

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA DE ALMEIDA RUELA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DA  
ÚLTIMA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO A PARTIR  
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE TELES PIRES

CURITIBA  
2016

ADRIANA DE ALMEIDA RUELA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DA  
ÚLTIMA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO A PARTIR  
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE TELES PIRES

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de  
Pós - Graduação em Sociologia da Universidade  
Federal do Paraná, pré-requisito para a obtenção do  
título de Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani

CURITIBA  
2016



Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Ruela, Adriana de Almeida

Desenvolvimento regional e usinas hidrelétricas no contexto da  
última fronteira hidroenergética brasileira: uma reflexão a partir do  
licenciamento ambiental da UHE Teles Pires / Adriana de Almeida  
Ruela – Curitiba, 2016.

217 f.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Usinas hidrelétricas – Licenças ambientais. 2. Usinas  
hidroenergéticas – Aspectos sociais. 3. Desenvolvimento regional –  
Impacto ambiental - Avaliação. I. Título.

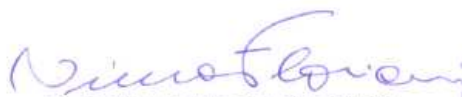
CDD 304.28

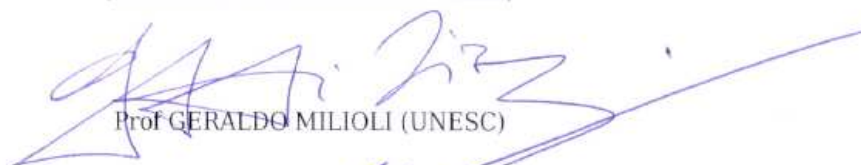


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA  
Código CAPES: 40001016032P2

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ADRIANA DE ALMEIDA RUELA**, intitulada: "**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DA ÚLTIMA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA BRASILEIRA**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO  
*O Prof. DR. JOSE LUIZ CERVEIRA ENVIOU SEU PARECER POR ESCRITO.*  
Curitiba, 24 de Março de 2016.

  
Prof DIMAS FLORIANI (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
Prof GERALDO MILIOLI (UNESC)

  
Prof JOSE LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO (UFPR)

  
Prof JOSE THOMAZ MENDES FILHO (UFPR)

  
Prof KATYA REGINA ISAGUIRRE (UFPR)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA  
Código CAPES: 40001016032P2

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA

No dia vinte e quatro de Março de dois mil e dezesseis às 14:00 horas, na sala 914, Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da doutoranda **ADRIANA DE ALMEIDA RUELA** para a Defesa Pública de sua Tese intitulada: "**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DA ÚLTIMA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA BRASILEIRA**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: DIMAS FLORIANI (UFPR), GERALDO MILIOLI (UNESC), JOSE LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO (UFPR), JOSE THOMAZ MENDES FILHO (UFPR), KATYA REGINA ISAGUIRRE (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a doutoranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A doutoranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Doutor em SOCIOLOGIA**. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, DIMAS FLORIANI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. OBSERVAÇÃO: O PROF. JOSÉ LUIZ CERVEIRA FILHO POR IMPOSSIBILIDADE DE PRESENÇA ENVIOU SEU PARECER POR ESCRITO.

Curitiba, 24 de Março de 2016.

Prof DIMAS FLORIANI (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof JOSE LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO (UFPR)

Prof JOSE THOMAZ MENDES FILHO (UFPR)

Prof KATYA REGINA ISAGUIRRE (UFPR)

Prof GERALDO MILIOLI (UNESC)

Pela paciência, amor e incentivo, dedico a tese à minha família.  
Sem vocês, nada faz sentido.  
A dedicação estende-se à “comunidade periférica”, pelo apoio,  
amizade incondicional e s milhares de risadas que compartilhamos  
ao longo dos últimos quatro anos.

## RESUMO

A presente tese insere-se nos estudos sobre conflitos ambientais. Trata-se de compreender a manifestação de um fenômeno social específico, vinculado à implantação de Usinas Hidrelétricas: a contestação, por parte das populações e poderes públicos locais, das promessas de desenvolvimento local como consequência inexorável da implantação dos empreendimentos. Para isso, foi transformado em objeto de estudo o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada nos municípios de Paranaíta (PA) e Jacareacanga (PA), influenciando ainda, no que diz respeito aos impactos socioeconômicos, o município de Alta Floresta (MT). Procurou-se analisar como um impacto socioeconômico negativo, até então frequentemente marginalizado nos processos de licenciamentos ambientais, tornou-se um dos principais conflitos envolvendo a implantação da Usina no norte do estado do Mato Grosso. O estudo de caso do processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires evidenciou a natureza dos conflitos envolvendo empreendedor, Municípios e Ministério Público do Estado do Mato Grosso, assim como as redes de apoio que se constituíram e os principais mecanismos (políticos, administrativos, discursivos e legais) utilizados pelos agentes na luta pela definição da natureza e magnitude dos impactos causados pela construção da usina. Os resultados demonstraram que apesar dos esforços no sentido de objetivação das demandas apresentadas pelos municípios, através da utilização de conhecimento técnico/científico para identificar e monitorar os impactos socioeconômicos sobre as municipalidades, as medidas compensatórias executadas pelo empreendedor dependeram, via de regra, da utilização de mecanismos de pressão política e judicial por parte de MPE- MT e Municípios de Paranaíta e Alta Floresta. Ressaltamos, por fim, que se faz urgente a incorporação dos interesses regionais tanto no planejamento quanto na instalação de obras dessa envergadura. Sem alteração no marco regulatório do setor elétrico e no processo de licenciamento ambiental, as regiões continuarão ausentes dos debates e das decisões que implicarão diretamente no cotidiano de vida de suas populações, que continuarão dependendo, caso a caso, da ação política de seus representantes eleitos e da atuação do Ministério Público para garantir o respeito aos seus direitos humanos.

Palavras-chaves: Conflitos Socioambientais. Desenvolvimento Regional. Usinas Hidrelétricas.

## **ABSTRACT**

This thesis is part of the studies on environmental conflicts. The aim was to understand the manifestation of a specific social phenomenon, linked to the implementation of hydroelectric plants: contestation of local people and authorities, about local development promises as an inexorable result of the implementation of the projects. In order to achieve this goal it has been transformed into object of study the environmental licensing of hydroelectric power plant (HPP) Teles Pires, located in the municipalities of Paranaíta (PA) and Jacareacanga (PA), influencing also with regard to socio-economic impacts, the municipality of Alta Floresta (MT). We tried to analyze how a negative socioeconomic impact, often marginalized in environmental licensing processes, has become one of the major conflicts involving the implantation of the facility in the northern state of Mato Grosso. The case study of the environmental licensing process HPP Teles Pires showed the nature of conflicts involving entrepreneur, Municipalities and Public Ministry of the State of Mato Grosso, as well as support networks that were formed and the main mechanisms (political, administrative, discursive and legal) used by agents in the struggle to define the nature and magnitude of impacts caused by the construction of the facility. The results showed that despite the efforts of objectification of demands presented by the municipalities, through the use of technical / scientific knowledge to identify and monitor the socio-economic impacts on municipalities, compensatory measures implemented by the entrepreneur depended on, as a rule, use political pressure mechanisms and judicial by MPE- MT and Municipalities Paranaíta and Alta Floresta. It is emphasized finally that is urgent the incorporation of regional interests of both the planning and the installation of constructions of this magnitude. Without changes in the regulatory framework of the electricity sector and in the environmental licensing process, the regions will remain absent from the debates and decisions that will impact directly the everyday life of their populations, and it will continue depending on case to case, of the political action of their elected representatives and the performance of the prosecution to ensure respect for their human rights.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts. Regional development. Hydroelectric plants.

## RESUMEN

Esta tesis forma parte de los estudios sobre los conflictos ambientales. Buscamos la comprensión de un fenómeno social específico, vinculado a la ejecución de las centrales hidroeléctricas: el reto de las promesas de desarrollo local como una consecuencia inexorable de la ejecución de los proyectos, por la población e las autoridades locales, promesas de desarrollo local como una consecuencia inexorable de la ejecución de los proyectos. Para ello se ha transformado en el objeto de estudio la licencia ambiental de la planta hidroeléctrica Teles Pires, que se encuentra en los municipios de Paranaíta (PA) y Jacareacanga (PA), influyendo también en relación con las repercusiones socioeconómicas, el municipio de Alta Floresta (MT). Tratamos de analizar como un impacto socioeconómico negativo, hasta entonces a menudo marginados en los procesos de licenciamiento ambiental, ha convertido en uno de los principales conflictos relacionados con la implantación de la planta en el norte del estado de Mato Grosso. El estudio de caso del proceso de licenciamiento ambiental CH Teles Pires mostró la naturaleza de los conflictos que implica empresario, municipios y el Ministerio Público del Estado de Mato Grosso, así como redes de apoyo que se formaron y los principales mecanismos (políticos, administrativos, discursiva y legal) utilizado por los agentes en la lucha por definir la naturaleza y magnitud de los impactos causados por la construcción de la planta. Los resultados mostraron que a pesar de los esfuerzos de objetivación de las demandas presentadas por los municipios, a través del uso del conocimiento científico / técnica para identificar y monitorear los impactos socioeconómicos de municipios, las medidas compensatorias aplicadas por el empresario dependían, por regla general, del uso de mecanismos de presión política y judicial por MPE- MT y municipios Paranaíta y Alta Floresta. Se señala, finalmente, que es urgente la incorporación de los intereses regionales de la planificación y la instalación de las obras de esta magnitud. Sin cambios en el marco regulatorio del sector eléctrico y en el proceso de licenciamiento ambiental, regiones siguen siendo ausente de los debates y las decisiones que conduzcan directamente a la vida cotidiana de sus poblaciones, que seguirá dependiendo de la acción política de sus representantes elegidos y la actuación de la fiscalía para garantizar el respeto de sus derechos humanos.

Palabras - clave: Conflictos socio-ambientales. Desarrollo regional. Centrales hidroeléctricas.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- MAPA DAS GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIRA .....	19
FIGURA 2- APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS PREVISTOS NO ESTUDO DE INVENTÁRIO DA BACIA DO RIO TELES PIRES .....	22
FIGURA 3- RELAÇÃO ENTRE TEP/CAPITA E INDICADORES SOCIAIS.....	40
FIGURA 4- ORGANIZAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO .....	68
FIGURA 5 - FLUXOGRAMA DO PLANEJAMENTO SETORIAL .....	73
FIGURA 6 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE OFERTA DE ENERGIA (2005 - 2030)...	75
FIGURA 7 - ESQUEMA DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL PDE 2017.....	83
FIGURA 8 - RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE USINAS HIDRELÉTRICAS.....	86
FIGURA 9 - VISTA EXTERNA DO LOCAL EM QUE OCORREU O SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO MPE-MT EM PARANAÍTA .....	141
FIGURA 10 - PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTA FLORESTA .....	142
FIGURA 11- EXEMPLO DE TEMA TRATADO NO SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DOS IMPACTOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS ORGANIZADA PELO MPE-PT EM PARANAÍTA (MT) EM OUTUBRO DE 2011. ....	142
FIGURA 12 - VISTA GERAL SEMINÁRIO SOBRE USINAS HIDRELÉTRICAS ORGANIZADA PELO MPE-PT EM PARANAÍTA (MT) EM OUTUBRO DE 2011 ....	143
FIGURA 13- HISTOGRAMA PREVISTO DE MÃO DE OBRA DA UHE TELES PIRES .	147



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - LIMITES DE INTERVENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ACORDO COM A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60 DE 2015 .....	31
TABELA 2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPONENTES E OBJETIVOS DE CADA UM DOS CINCO PILARES DO ECODESENVOLVIMENTO .....	44
TABELA 3 - MODALIDADES DE RESOLUÇÃO NEGOCIADA .....	51
TABELA 4- PRINCIPAIS ETAPAS NA FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1930) .....	69
TABELA 5- TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DE ENERGIA NO BRASIL (2005-2030) .....	74
TABELA 6 - PRAZOS INICIAIS PARA ENTREGA DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS .....	81
TABELA 7 - CLASSIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO TELES PIRES .....	84
TABELA 8 - ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS POR BACIA HIDROGRÁFICA .....	85
TABELA 9 - PLANEJAMENTO DA ENTRADA EM OPERAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS NA BACIA DO RIO TELES PIRES .....	87
TABELA 10 - PREÇO DE REFERÊNCIA X PREÇO DE LANCE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES .....	89
TABELA 11 - APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS SELECIONADOS NO ESTUDO DE INVENTÁRIO NA BACIA DO RIO TELES PIRES .....	92
TABELA 12 - EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS PREVISTOS NAS USINAS NO RIO TELES PIRES .....	106
TABELA 13 - POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS IMPACTADOS PELAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES .....	107
TABELA 14 - IDH-M MUNICÍPIOS - SEDE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES .....	107
TABELA 15 - DATA DE EMISSÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DA UHE TELES PIRES	

.....	109
TABELA 16 - ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES PELO IBAMA.....	120
TABELA 17 - COMPARAÇÃO DAS ESTIMATIVAS EM RELAÇÃO À GERAÇÃO DE EMPREGOS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (EIA X PBA) .....	124
TABELA 18 - ANÁLISE IBAMA ACERCA DAS RECOMENDAÇÕES DO MPE-MT NA NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA N°16/2011.....	130
TABELA 19- PRINCIPAIS AGENTES E ARGUMENTOS DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL.....	133
TABELA 20 - DADOS DO MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO APRESENTADO PELO CHTP .....	144

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACL – Ambiente de Contratação Livre  
ACR – Ambiente de Contratação Regulada  
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico  
AMIUH – Associação dos Municípios Impactados pelas usinas no rio Teles Pires  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CBB – Comitê Brasileiro de Barragens  
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe  
CESP – Companhia Energética de São Paulo  
CF – Constituição Federal  
CFURH – Compensação financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico  
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COPEL – Companhia Paranaense de Energia  
CTHP – Consórcio Teles Pires  
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental  
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
FFR – Fundo Federal de Eletrificação  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GW – Gigawatt  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA – Instituto Socioambiental

IUEE – Imposto Único de Energia Elétrica

GPI – Grande Projeto de Investimento

ISS- Imposto sobre Serviços

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

MAE – Mercado Atacadista de Energia

MME – Ministério de Minas e Energia

MPE - MT – Ministério Público do estado do Mato grosso

MPF - PA – Ministério Público Federal do estado do Pará

MT – Mato Grosso

MW - Megawatt

ONG - Organização Não – Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

NOS – Operador Nacional do Sistema

PA – Pará

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PBA – Projeto Básico Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PDE – Planos Decenais de Energia

PIB – Produto Interno Bruto

PMO – Plano Mensal de Operação

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNE – Plano Nacional de Energia

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PP – Partido Progressista  
PPS – Partido Popular Socialista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEMA – MT – Secretaria de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso  
TC – Termo de Compromisso  
TEP – Tonelada Equivalente de Petróleo  
UFG – Universidade Federal do Goiás  
UHE – Usina Hidrelétrica  
USP – Universidade de São Paulo  
VC – Valor Normativo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1	QUESTÕES METODOLÓGICAS .....	22
1.1.1	A ARTE DE FAZER CIÊNCIA LEGÍTIMA SEM A MEDIAÇÃO DO LABORATÓRIO .....	23
1.1.2	O EXERCÍCIO DA VIGILÂNCIA CONSTANTE .....	24
1.1.3	QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA .....	25
1.1.4	ESTRUTURA DA TESE .....	28
1.1.5	EM DEFESA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	30
<b>2</b>	<b>AS MÚLTIPLAS FACETAS DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>34</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO E ENERGIA: O DISCURSO DO SETOR ELÉTRICO .....	36
2.1.1	ENERGIA COMO CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: O DISCURSO DA ACADEMIA.....	38
2.2	DESENVOLVIMENTO SOB O OLHAR CRÍTICO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS .....	42
2.2.1	DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO ....	48
2.2.2	CONFLITOS AMBIENTAIS, USINAS HIDRELÉTRICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	55
<b>3</b>	<b>CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>61</b>
3.1	OS MODELOS ANTECESSORES DO “NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO” .....	61
3.2	O “NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO” .....	66
3.2.1	O PLANEJAMENTO SETORIAL COMO CONDIÇÃO PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA NO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	70
3.2.2	PLANEJAMENTO DE LONGO E MÉDIO PRAZO DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL	72
3.2.3	PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL .....	73
3.2.4	PLANOS DECENAIS DE ENERGIA .....	78
3.2.5	NATUREZA E SOCIEDADE NOS PLANOS DECENAIS DE ENERGIA: O EXEMPLO DOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS DA BACIA DO RIO TELES PIRES .....	79
3.2.6	A MODICIDADE TARIFÁRIA .....	88
3.2.7	UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO .....	90
<b>4</b>	<b>DESCONSTRUINDO O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: USINAS HIDRELÉTRICAS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SOBRE OS MUNICÍPIOS NA BACIA DO TELES PIRES .....</b>	<b>92</b>

4.1	“CARTA DO TELES PIRES”: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HIDRELÉTRICAS SOBRE A ÓTICA LOCAL .....	99
4.2	DESENVOLVIMENTO VERSUS PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA.....	102
4.2.1	<i>SE O RIO É O MESMO E O IMPACTO É IGUAL, PORQUE O TRATAMENTO É DIFERENTE?</i> .....	103
<b>5</b>	<b>ESTUDO DE CASO DA UHE TELES PIRES: UM DETALHAMENTO DA EMERGÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>110</b>
5.1	“SAINDO DO PAPEL”: A CONSTITUIÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA TELES PIRES COMO ELEMENTO DA REALIDADE LOCAL.....	111
5.2	A EMERGÊNCIA DO CONFLITO.....	116
5.3	LEGITIMIDADE E ESTRATÉGIAS DOS AGENTES NA FASE DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO. ....	122
5.4	QUE SE CUMpra O ACORDADO: CONFLITOS SOBRE A LEGITIMIDADE TÉCNICA DOS RESULTADOS APRESENTADOS.....	138
5.4.1	<i>CONFLITOS EM TORNO DA LEGITIMIDADE E CREDIBILIDADE DOS RESULTADOS APRESENTADOS</i> .....	143
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>155</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>162</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A implantação de um grande projeto de investimento em seus territórios foi, ao longo das décadas, motivo de orgulho para muitos municípios brasileiros. Orgulho tão acentuado que, em alguns casos, contribuiu para a construção de uma concepção oficial da própria história local a partir destes grandes marcos desenvolvimentistas:

A realidade de Tucuruí depende de dois momentos históricos. O primeiro foi a implantação da estrada de ferro do Tocantins que visava superar as corredeiras e cachoeiras do rio, e a segunda foi a construção da maior escultura do capital internacional da Amazônia, a hidrelétrica de Tucuruí (site oficial da prefeitura de Tucuruí, acesso em 13/05/2014).

Fronteira é um dos municípios com a melhor renda per capita<sup>1</sup> da região, graças ao ICMS recebidos pela geração de energia (Hidroelétrica de Marimbondo). (site oficial da prefeitura de Fronteira – MG, acesso em 13/05/2014).

Cada vez menos comum no âmbito dos municípios brasileiros, essa concepção desenvolvimentista, que associa os chamados Grandes Projetos de Investimentos (GPI)<sup>2</sup> à promessa de desenvolvimento regional e progresso, tem perdido fôlego nos últimos anos.

Nota-se, cada vez menos, a característica apontada por Vainer e Araújo (1992) de que prefeitos e governadores tornam-se, na prática, aliados dos empreendedores, em detrimento dos interesses e necessidades das populações locais.

Os impactos sociais causados pelos mega - projetos, especialmente usinas

---

<sup>1</sup> Renda per capita e investimentos que não se traduzem em qualidade de vida para a população local. De acordo com os dados divulgados pelo PNUD em 2010, Fronteira está na 2.332ª posição no ranking de IDH dos municípios brasileiros, com um índice de 0,619. O IDH de Minas Gerais ficou em 0,731 e o do Brasil em 0,730.

<sup>2</sup> Para Laurelli (1987, p. 133), os grandes projetos de investimentos (GPI) configuram-se como "(...) grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicada a sua exploração em bruto e/ou transformação em refinarias ou centrais termelétricas (...) grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores (...) complexos industriais portuários e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc."



hidrelétricas, tem orientado de maneira crescente os discursos e ações políticas das lideranças locais frente à implantação de projetos dessa grandeza.

Exemplo recente desse fenômeno pode ser encontrado na região centro-norte do estado do Mato Grosso, especificamente na “bacia do Rio Teles Pires”, região que a partir do início do século XXI, viu sua realidade ambiental e social alterada pelo planejamento e implantação de grandes Usinas Hidrelétricas no rio que a nomeia, um dos afluentes do Rio Tapajós:

Os impactos ao meio ambiente socioeconômico já estão sendo sentidos em alguns dos municípios, a exemplo de Colíder, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta e Paranaíta, que começaram, ainda em escalas diferentes, receber pessoas em busca de empregos e oportunidades. Ocorre que estes municípios não estão dotados de infraestrutura suficientes para receber tal população. Não há moradias disponíveis nem condições do sistema público de saúde, educação, saneamento básico e principalmente segurança pública. A prostituição e exploração sexual infanto-juvenil começam a aumentar drasticamente na região (ITAÚBA, Prefeitura de; CLÁUDIA, Prefeitura de; COLÍDER, Prefeitura de; NOVA CANAÃ DO NORTE, Prefeitura de; PARANAÍTA, Prefeitura de; ALTA FLORESTA, Prefeitura de; CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE; ENTIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS E REGIONAIS, 2011, p.1).

O significativo contingente populacional atraído pela construção de uma obra de grande porte <sup>3</sup> associado ao aumento de pressão sobre os equipamentos públicos locais tem passado a ser visto como aumento de gasto público e pauperização e não mais como promessa de receita (e “automaticamente” desenvolvimento e progresso).

Essa percepção, que desnaturaliza a lógica do desenvolvimento hegemônico no Brasil no que diz respeito aos seus efeitos regionais, tem se tornado frequente na região norte do país quando o assunto é usina hidrelétrica. Chamada de “Última Fronteira Hidroenergética”, a bacia hidrográfica amazônica <sup>4</sup> tem assistido nos últimos

<sup>3</sup> De acordo com informações disponibilizadas no site da prefeitura de Foz do Iguaçu “a construção da Hidrelétrica de Itaipu (Brasil - Paraguai), iniciada na década de 70, causou fortes impactos e aumentou consideravelmente o contingente populacional do município. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes registrando um crescimento de 385%, estimando-se hoje uma população de 255.900 habitantes. Site: [www.pmfi.pr.gov.br](http://www.pmfi.pr.gov.br). Acesso em 13 de maio de 2014.

<sup>4</sup> Trata-se da maior rede hidrográfica mundial. Cobre cerca de 40% da superfície do território nacional, com uma área de drenagem na ordem de 6.112.000 km².

anos à ocupação intensiva de seus rios e territórios por hidrelétricas. Os rios Xingu, Madeira, Tapajós e Teles Pires transformaram-se em grandes reservas de recursos hidroenergéticos, enquanto os municípios – sede dessas obras consideram-se incapazes, fiscal e administrativamente, em atender o aumento de suas populações.

FIGURA 1- MAPA DAS GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIRA



FONTE: Site: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). Acesso em 27/08/2015.

As cidades de Porto Velho, em Roraima, e Altamira<sup>5</sup>, no Pará, tornaram-se, nesse contexto, exemplos para os municípios – sede das consequências sociais e econômicas da construção de uma hidrelétrica.

O avanço sobre a “última fronteira energética” levou à arena política regional uma das questões já há muito debatidas pelos teóricos da justiça ambiental, a de que é

---

<sup>5</sup> Para informações sobre o tema, acessar o site: [licenciamento.ibama.gov.br](http://licenciamento.ibama.gov.br) ou o site do Instituto Socioambiental (ISA): [http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota\\_tecnica\\_final.pdf](http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_tecnica_final.pdf).

para as regiões pobres que se dirigem os empreendimentos econômicos danosos em termos ambientais e sociais (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Em torno da questão da pauperização e agravamento dos problemas sociais nos municípios impactados por Usinas Hidrelétricas, consolidou-se uma acirrada disputa simbólica sobre as causas, natureza e magnitude de tais consequências. Se de um lado empreendedores investem na demonstração axiomática de uma associação entre os benefícios fiscais gerados pela obra e operação do empreendimento com o desenvolvimento regional, do outro lado prefeitos, Ministério Público, lideranças locais, políticas e sociais, questionam a validade de tal associação e mobilizam - se em torno da legitimação de uma associação alternativa, ou seja, de aumento de demanda populacional sobre equipamentos públicos, piora nos indicadores sociais e pauperização.

Tal disputa simbólica não envolve apenas questões técnicas sobre os impactos sociais gerados por empreendimentos hidrelétricos e a natureza do desenvolvimento pretendido. Mais importante: o que se disputa, de fato, é a pretensão de validade dos discursos sobre desenvolvimento regional/local associados à implantação de grandes obras de investimento.

Por trás do embate desenhado, assentam-se configurações institucionais (político-econômicas) que, ao mesmo tempo em que expurgam os poderes e populações locais das decisões sobre planejamento energético, não definem as responsabilidades financeiras e administrativas de cada agente frente aos impactos sociais que incidem sobre os municípios.

A premissa adotada neste estudo é de que a combinação de processos decisórios centralizados associados a um modelo privatizante de concessão do serviço público de geração de hidroeletricidade em um contexto de oferta precária de serviços públicos locais estimulou um processo reflexivo, na região amazônica, em torno da efetivação em nível regional, das promessas básicas do pensamento desenvolvimentista nacional, projeto que historicamente vincula a categoria “desenvolvimento” aos chamados grandes projetos de investimento.

O objetivo desse estudo é o de contribuir para a compreensão desse fenômeno

social no Brasil do início do século XXI.

Para isso, foi transformado em objeto de estudo o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada nos municípios de Paranaíta (PA) e Jacareacanga (PA), influenciando ainda, no que diz respeito aos impactos socioeconômicos, o município de Alta Floresta (MT). Consideramos que os conflitos socioambientais envolvendo a questão da controvérsia desenvolvimento regional versus precarização da qualidade de vida da população local em decorrência da chegada da Usina Teles Pires, influenciou o conteúdo dos discursos e estratégias de ação dos municípios e empreendedores das outras Usinas em implantação no Rio Teles Pires, sendo seu estudo de caso, por isso, basilar para a compreensão desse fenômeno social de dimensão regional.

Além da influência significativa do licenciamento da UHE Teles Pires sobre os licenciamentos ambientais dos outros empreendimentos (UHEs Sinop, Colíder e São Manoel), ele tem servido de orientação para a ação política de outros municípios da região norte do país. Na bacia do Rio Tapajós, formou-se em 2013, o “Consórcio Intermunicipal do Tapajós <sup>6</sup>”, que surgiu já como uma organização política institucionalizada dos municípios que serão atingidos pelas Usinas hidrelétricas de Jatobá e São Luiz do Tapajós, ambas no rio Tapajós, no estado do Pará.

A tese que será defendida é a de que esse fenômeno social aponta o avanço da crise de legitimidade social do pensamento desenvolvimentista sobre o Estado Brasileiro, uma vez que um de seus entes federados, os municípios, passam a desnaturalizar e problematizar o discurso hegemônico sobre desenvolvimento, forçando a incorporação, pela união e empreendedores, de medidas específicas de controle dos danos sociais e econômicos e de estímulos ao desenvolvimento regional nos processos de licenciamento ambiental das grandes obras de infraestrutura, sendo os processos das usinas hidrelétricas as primeiras a sentirem as mudanças.

---

<sup>6</sup> Consórcio formado pelos municípios paraenses se Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

FIGURA 2- APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS PREVISTOS NO ESTUDO DE INVENTÁRIO DA BACIA DO RIO TELES PIRES



FONTE: Eletrobrás, 2005.

## 1.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Por trás da escolha do objeto e do tema de pesquisa subjazem certas concepções, por parte do pesquisador, sobre o papel do conhecimento científico, além de uma nem sempre clara vinculação a uma teoria do conhecimento do social e a uma teoria sociológica.

Explicitar e debater essas premissas e vinculações teóricas permite não apenas uma maior compreensão da pesquisa em si, mas também das escolhas metodológicas do autor *vis-à-vis* os objetivos que se pretende alcançar.

A compreensão do tortuoso percurso que é a construção da pesquisa científica

em Sociologia é o primeiro passo nesse sentido.

### *1.1.1 A ARTE DE FAZER CIÊNCIA LEGÍTIMA SEM A MEDIAÇÃO DO LABORATÓRIO*

A relação simbiótica entre a sociologia e o mundo social é um dos grandes desafios enfrentados pelos sociólogos na construção científica de seus objetos de pesquisa. Ciccourel (1980) lembra-nos que “os pesquisadores em ciências sociais defrontam - se com um problema metodológico singular” uma vez que “ao limitar o seu trabalho à sua sociedade está constantemente explorando seu fundo de experiências sociais como base de conhecimento” (CICCOUREL, 1980, p.87).

O grande desafio metodológico enfrentado pelo sociólogo assenta-se, portanto, no fato de que ele próprio é produto (BOURDIEU, 2000) do mundo social que pretende objetivar, uma vez que categorias, noções classificatórias, nomenclaturas de uso comum que ele emprega são, elas próprias, resultados de disputas simbólicas dentro da sociedade em que ele está inserido e que, portanto, reproduz.

Neste sentido, Bourdieu (idem) lembra-nos que qualquer pesquisa séria em Sociologia exige, como ponto de partida, romper com o senso comum:

(...) com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. (BOURDIEU, 2000, p.34).

O rompimento com o senso comum é, portanto, condição para que o sociólogo fuja da chamada “sociologia espontânea”:

(...) que ressurge com tal insistência e sob disfarces tão diferentes na sociologia erudita é, sem dúvida, porque os sociólogos que pretendem conciliar o projeto científico com a afirmação dos direitos da pessoa, direito à ação livre e direito à consciência clara da ação, ou, simplesmente, evitam submeter sua prática aos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico, voltam a encontrar, inevitavelmente, a filosofia ingênua da ação e da relação do sujeito à sua

ação aplicada na sociologia espontânea por sujeitos preocupados em defender a verdade vivida de sua experiência da ação social. (BOURDIEU, 2002, p.27)

Não existe um modelo ou um conjunto de técnicas de pesquisa que conduzam *ex ante* a pesquisa sociológica ao rompimento efetivo com a sociologia espontânea. A vigilância epistemológica é condição *sine qua non* da prática científica, ainda mais “no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures” (BOURDIEU et al, 2002).

Vinculamos - nos à orientação de Bourdieu et al (2002), qual seja, a de que os conceitos e métodos de pesquisa devem ser tratados como ferramentas de trabalho e que é através da reconciliação destes elementos que a “profissão” de sociólogo se manifesta.

### 1.1.2 O EXERCÍCIO DA VIGILÂNCIA CONSTANTE

Estudar um objeto triplamente público, por definição, visto que se trata de “concessão pública” que passa pelos processos administrativos de “licitação” e “licenciamento ambiental” antes de entrar em operação comercial, impõe ao pesquisador uma série de limites metodológicos.

Em um contexto em que o quê se diz é resultado de um discurso calculadamente elaborado, em que resultados negativos podem significar dispêndios financeiros de ordem milionária e ainda conflitos envolvendo entes federados e *players* do setor elétrico, há de se tomar cuidado com os discursos nesse campo como estratégia para evitar a sedução pela Sociologia espontânea.

De forma a evitar tais riscos na pesquisa, foram utilizados majoritariamente dados secundários (processo de licenciamento ambiental do empreendimento, documentos públicos, atas de reuniões, matérias jornalísticas, etc.). Os dados primários utilizados referem-se à visita de campo nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta no início de 2012 e em Jacareacanga em outubro de 2013.

Esta tese sustenta-se, portanto, em uma pesquisa qualitativa, de cunho documental. Gil (2008, p. 51) aponta que a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental é que enquanto a primeira “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

Como Triviños (1987, p. 162) consideramos impossível ao pesquisador fixar “sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos”, aquilo que Bourdieu (2004, p.45) chama de deter-se apenas nas “objetivações parciais e interessadas dos agentes engajados no campo” sob pena de reproduzir-se nada mais do que as posições interessadas dos agentes, revestindo-as de legitimidade científica.

### *1.1.3 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA*

Para os objetivos acima elencados, foi utilizada a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu, considerada aprioristicamente a mais adequada para a compreensão do fenômeno social objeto de estudo.

Consideramos que esse fenômeno social manifesta - se no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental, espaço social (institucionalizado) que permite aos agentes envolvidos no processo de implantação de uma grande obra de infraestrutura posicionar-se frente ao projeto e seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

Adotar a premissa de que as disputas simbólicas sobre os sentidos de desenvolvimento associados aos grandes projetos de infraestrutura manifestam-se no campo do licenciamento ambiental representa também uma vinculação com a literatura que adotou o conceito de campo na análise dos conflitos socioambientais, tais como Acserald (2004); Zhouri, Laschefski e Paiva (2005); Zhouri (2012).

O licenciamento ambiental torna-se, nesse contexto o campo de conflito em que



os agentes interessados lutam pelo direito legítimo de impor seus princípios de visão e divisão do mundo. Nas palavras de Ortiz (1994, p.19), o campo pode ser definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”.

Thiry-Cherques (2006, p.31) apresenta uma síntese sobre o esquema teórico-analítico desenvolvido por Bourdieu:

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas, a que ele denomina *habitus*. O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito estratégias não conscientes, que se fundam no *habitus* individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as posições particulares de todo agente na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus*.

Em Bourdieu (2000) a categoria “habitus” assim como a categoria “campo” constitui-se como saída metodológica relativa às oposições tradicionais do pensamento sociológico.

Com a noção de *habitus*, Bourdieu procurou romper com as dicotomias clássicas do pensamento sociológico, as que opõem indivíduo e sociedade ou ação e estrutura. Seu objetivo foi o de “pôr em evidência as capacidades, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente” (Bourdieu, 2000, p.61). O *habitus* é ao mesmo tempo um conhecimento adquirido e um haver, é referente a uma disposição incorporada, é o “lado ativo de um conhecimento prático” (Bourdieu, 2000, p. 61).

Com a noção de “campo”, compreendida como o “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2000, p.66), o sociólogo francês objetivou tirar as Ciências Sociais de outro dilema, a do localismo versus universalismo. Para ele, essa noção “descobre não só as propriedades específicas de cada campo, mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como casos particulares do possível”. (Bourdieu, 2000, p.66).

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. (BOURDIEU, 2004, p.21)

O campo do licenciamento ambiental brasileiro, espaço social em que ocorrem as disputas simbólicas sobre desenvolvimento regional/local e grandes projetos de investimentos, caracteriza-se pela heteronomia. Enquanto um campo autônomo caracteriza-se pelo seu poder de refração, ou seja, “pela sua capacidade de refratar, retraduzindo sob formas específicas as pressões ou as demandas externas” (BOURDIEU, 2004, p.22), a heteronomia manifesta-se “(...) pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente.” (IBIDEM).

As intervenções dos agentes (inclusive os políticos) no campo do licenciamento ambiental equilibram-se, portanto, entre as manifestações puramente técnicas (mais próximas de uma concorrência perfeita no campo) e aquilo que Bourdieu chama de “intervenções de forças puramente sociais” (BOURDIEU, 2004, p. 32), baseadas tanto nos argumentos como nas pressões de autoridades hierarquicamente superiores.

Os problemas políticos não se expressam diretamente no campo em função da presença nele de agentes políticos (prefeitos, secretários municipais, etc.) uma vez que no âmbito do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires esses agentes apostam, majoritariamente, em argumentos técnicos e evidências científicas para legitimar seus pontos de vista. Dito de outro modo: a presença de agentes políticos no campo não indica aprioristicamente, sua heteronomia. Essa característica expressa-se, mais claramente, nas posições e decisões emanadas dos órgãos ambientais licenciadores, tomadas frequentemente à revelia dos argumentos e evidências de naturezas técnicas.

Por fim assumimos como características do campo de licenciamento ambiental aquelas identificadas por Zhouiri (2012), como próprias do campo ambiental brasileiro:

De fato, o licenciamento ambiental representa um avanço significativo no marco regulatório ambiental brasileiro desde a década de 1980. Contudo, ele

evidencia na prática as dinâmicas de um campo ambiental marcado por posições hierarquizadas e relações de poder muito desiguais. As representações simbólicas do meio ambiente, seu uso e destinação são ali disputados e decididos. O capital específico do campo é caracterizado pela formação e pela reputação técnica e/ou científica dos agentes, pela “representatividade” de determinado grupo social e, finalmente, pelas relações pessoais. Há nessa dinâmica uma circulação de posições dos atores, ora em cargos públicos deliberativos, ora como consultores ambientais e até mesmo como empreendedores. (ZHOURI, 2012, p.47).

#### 1.1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese foi estruturada em seis capítulos. O segundo capítulo apresenta um debate sobre desenvolvimento em múltiplas dimensões. Enquanto a primeira seção apresenta um breve esboço dos debates sobre desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico, próprios da Ciência Econômica, a segunda debate os principais autores vinculados à temática desenvolvimento e meio ambiente, assim como as teorias que desafiam as perspectivas hegemônicas sobre desenvolvimento, denunciando os impactos do discurso e da prática hegemônica sobre o meio ambiente e populações humanas.

O terceiro capítulo pretende delinear o “pano de fundo”, ou seja, as condições institucionais que definem o modelo e os procedimentos nos quais são planejadas, implantadas e operadas obras de geração de energia hidrelétrica no Brasil. O principal objetivo do capítulo é demonstrar que o modelo vigente, baseado nas estratégias de “modicidade tarifária” e “segurança energética”, apesar do discurso de sustentabilidade que o acompanha, “no que diz respeito às questões sociais e ambientais, em nada alterou o rumo das tendências que se vinham afirmando desde o início dos anos 1990” (VAINER, 2007, p.128).

O objetivo do quarto capítulo é evidenciar a dimensão regional dos conflitos socioambientais envolvendo os municípios<sup>7</sup> impactados por Usinas Hidrelétricas na

---

<sup>7</sup> Os municípios impactados são: Paranaíta (UHE Teles Pires e UHE São Manoel), Jacareacanga (UHE Teles Pires e UHE São Manoel) e Alta Floresta (UHE Teles Pires e UHE São Manoel), Sinop (UHE

Bacia do Rio Teles Pires, Ministério Público Estadual e Federal e empreendedores das Usinas Hidrelétricas de Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel. A partir da análise das reivindicações expressas na “Carta do Teles Pires” e sua confrontação com os conteúdos dos discursos sobre desenvolvimento versus precarização das condições de vida das populações locais, expressos nos Estudos de Impacto Ambiental das Usinas, procuraremos demonstrar o contexto em que emergiram os conflitos socioambientais sustentados, de um lado, na promessa de desenvolvimento local/regional e de outro, no temor das consequências negativas da chegada das Usinas sobre os municípios.

Já o quinto capítulo debruça-se sobre o estudo de caso do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires. Primeira hidrelétrica a receber a licença de instalação e a licença de operação, é também a única dos quatro aproveitamentos hidrelétricos em operação comercial na data de finalização desse estudo. É a maior Usina da bacia em termos de megawatts produzidos por hora (1820 MW/h) e seu caso serviu como modelo, tendo inspirado todos os outros processos de licenciamentos ambientais (UHEs Sinop, Colíder e São Manoel) no que diz respeito aos impactos socioeconômicos gerados pela implantação das hidrelétricas sobre os municípios. A análise sistemática do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires permitiu a compreensão da dinâmica do conflito socioambiental, uma vez que foi possível identificar os principais agentes, as redes de apoio formadas, assim como os principais argumentos e mecanismos utilizados em busca da legitimação de suas posições e concretização de suas reivindicações.

Por fim, o sexto e último capítulo, à luz do que se espera de uma sociologia que se pretende pública (BUROWAY, 2006) apresenta uma reflexão sobre as possíveis consequências desse fenômeno social no processo de planejamento, implantação e operação de Usinas Hidrelétricas, uma vez que ele agrega aos conflitos socioambientais clássicos um conflito de natureza federativa, dificultando e encarecendo, aos olhos da União e empreendedores, a implantação de grandes projetos hidrelétricos e, portanto, criando óbices à efetivação de política setorial federal,

---

Sinop), Cláudia (UHE Sinop), Ipiranga do Norte (UHE Sinop), Itaúba (UHE Colíder e UHE Sinop), Sorriso (UHE Sinop), Colíder (UHE Sinop) e Nova Canaã do Norte (UHE Sinop).

tornando, no médio prazo, inviável a manutenção do modelo decisório centralizado e as estratégias políticas-administrativas-econômicas sobre onde e como serão instaladas Usinas Hidrelétricas no Brasil.

#### *1.1.5 EM DEFESA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL*

No período em que esse trabalho foi escrito, multiplicaram-se nas esferas decisórias do Estado Brasileiro, normas, portarias e projetos de lei objetivando, de uma forma ou outra, “facilitar”, “simplificar” e “desburocratizar” o processo de licenciamento ambiental.

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011<sup>8</sup> representou um significativo avanço nesse sentido. Embora a normativa tenha preenchido a lacuna sobre as competências comuns no que tange à preservação do meio ambiente, transferiu aos entes federados responsáveis pelo processo de licenciamento ambiental a responsabilidade de controle e fiscalização, ou dito de outro modo, o poder de polícia ambiental. Sabe-se que, via de regra, Estados e Municípios possuem sistemas de meio ambiente deficitários e que a absorção dessa atividade representa, de fato, uma diminuição da capacidade do Estado Brasileiro em fiscalizar a adequação ambiental das atividades degradadoras do meio ambiente realizadas em seu território.

A Portaria Interministerial nº 419 de 6 de outubro de 2011, substituída posteriormente pela Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, foi promulgada visando regulamentar a forma e o prazo de atuação dos órgãos da administração pública federal (Fundação Nacional do Índio, Instituto Chico Mendes Para Conservação da Biodiversidade, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Saúde,

---

<sup>8</sup> Art. 1º Esta Lei Complementar fixa normas, nos termos dos [incisos III, VI e VII do caput](#) e do [parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal](#), para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

etc.), de forma a tornar o processo de licenciamento ambiental mais célere sob a ótica do empreendedor. Além da definição das formas de atuação e prazos de manifestações dessas entidades, a portaria, em seu anexo I, definiu *ex ante* o que o licenciamento ambiental define por “intervenção<sup>9</sup>” de um empreendimento:

TABELA 1 - LIMITES DE INTERVENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ACORDO COM A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60 DE 2015

TIPOLOGIA	DISTÂNCIA (KM)	
	AMAZÔNIA LEGAL	DEMAIS REGIÕES
<b>Empreendimentos lineares (exceto rodovia)</b>		
<b>Ferrovias</b>	10	5
<b>Dutos</b>	5	3
<b>Linhas de transmissão</b>	8	5
<b>Rodovias</b>	40	10
<b>Empreendimentos pontuais (portos, mineração e termelétricas).</b>	10	8
<b>Aproveitamentos Hidrelétricos (UHEs e PCHs)</b>	40 km* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante.	15 km ou reservatório acrescido de 20 km à jusante.

\*medido a partir do eixo do barramento e respectivo corpo central do reservatório.

Independente da forma de exploração dos recursos naturais, da racionalidade específica de cada grupo social e mesmo das relações ecológicas entre os seres vivos,

<sup>9</sup> Art. 3º § 2º - Para fins do disposto no *caput*, presume-se a intervenção:

I - em terra indígena, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I;

II - em terra quilombola, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra quilombola ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra quilombola, respeitados os limites do Anexo I;

III - quando a área de influência direta da atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em área onde foi constatada a ocorrência dos bens culturais acautelados referidos no inciso II do *caput* do art. 2º; e

IV - quando a atividade ou o empreendimento localizar-se em municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária.

a portaria definiu que apenas duas variáveis são significativas para definir *ex ante* os “limites” de “afetação” de uma obra de infraestrutura sobre as populações humanas: distância territorial e tipo do empreendimento. Não há laudo antropológico, mecanismo de consulta popular, enfim, nenhuma variável de natureza social, democrática e participativa para subsidiar tal constatação.

Vainer (2008, p.40) lembra-nos que a noção de atingimento (ou seus sinônimos intervenção, afetação) não é somente técnica ou econômica, sendo uma categoria em disputa.

Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.

E os exemplos das tentativas de enfraquecimento do processo de licenciamento só aumentam. Ainda no final do ano de 2015, encontrava-se em tramitação no Senado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 654/2015, que cria um “rito sumário”, de cerca de oito meses, para o licenciamento ambiental de empreendimentos que sejam classificados como estratégicos pelo governo. Em resposta, várias associações de proteção ao meio ambiente e dos direitos humanos assinaram<sup>10</sup> o “Manifesto em Defesa do Licenciamento Ambiental: não ao PLS 654/2015” em que se posicionam no sentido de que:

O desenvolvimento sustentável, com o qual o governo e vários setores da economia constantemente reafirmam seu compromisso, demanda do país um licenciamento ambiental mais robusto e eficaz, com mais participação e melhores condições aos órgãos competentes para atuar, seja no nível federal, seja no âmbito dos estados e municípios.

Sabe-se que o processo de licenciamento ambiental é um dos mecanismos de “adequação ambiental” (ZHOURI, 2014), inserido, portanto, na lógica do paradigma da

---

<sup>10</sup> Mais de 130 associações assinam o manifesto, entre elas: Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário, Instituto Socioambiental, Movimento Atingido por Barragens, etc.

modernização ecológica. Defender, portanto, a permanência e o fortalecimento desse procedimento administrativo implica, em consequência, uma defesa, ainda que tímida, dos pressupostos básicos do paradigma supracitado..

É fundamental esclarecer esse ponto para não haver dúvidas sobre o objetivo do estudo ora apresentado: não se trata, aqui, de propor uma reflexão sobre a construção e/ou concretização de formas alternativas de apropriação dos recursos naturais, a defesa de outras formas de racionalidade ou ainda a emergência de novos paradigmas de sustentabilidade. Trata-se, antes, de apontar a fundamental necessidade de fortalecimento do procedimento de licenciamento ambiental como forma de assegurar, ainda que imperfeitamente, que os direitos humanos sejam considerados e internalizados pela lógica do capital.

O estudo de caso da Usina Teles Pires ilustrará este ponto, uma vez que foi a partir do processo de licenciamento ambiental, mais especificamente, da realização das Audiências Públicas, que a população dos municípios atingidos e lideranças políticas locais atentaram-se para a dimensão negativa dos impactos socioeconômicos sobre os municípios.

Importante também frisar que aceitar o paradigma da modernidade ecológica, neste caso, não é concordar ou mesmo aceitar a produção de desigualdades sociais, a homogeneização das racionalidades e tampouco a monetarização da natureza. Antes, consideramos que na atual correlação de forças sociais da sociedade brasileira contemporânea, defender a modernidade ecológica é um ato de resistência à investida desenfreada do capital. Nas palavras de Zhouiri; Laschefski; Paiva (2014, p.112).

(...) é importante salientar que, apesar de todas essas falhas no que tange a sua função de averiguar e avaliar a viabilidade ambiental e social de empreendimentos causadores de irreversíveis impactos socioambientais, o licenciamento ambiental ainda é combatido, pois a ele tem sido atribuído o caráter de “entrave” ao desenvolvimento econômico do país. Tal situação indica um real ameaça aos tímidos passos até agora dados em direção a processos menos autoritários e mais abertos ao monitoramento por parte da sociedade. Nessa medida, a atual campanha pública que propõe o desmantelamento do sistema político ambiental, fortemente defendida pelo setor energético e pelo governo federal, este último a propósito do condicionamento do crescimento econômico à maior disponibilidade de produção energética, representa o risco de retrocedermos ao autoritarismo implacável de trinta anos atrás.



## 2 AS MÚLTIPLAS FACETAS DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

Na história do pensamento econômico, a categoria “desenvolvimento” foi por séculos uma ideia tácita, sinônimo de desenvolvimento econômico, fracamente problematizada pelos pensadores e intrinsecamente vinculada à ideia de crescimento econômico.

Datam do final da década de 1940, nos países capitalistas centrais, os primeiros estudos autônomos de desenvolvimento econômico: Harrod, (1939); Domar (1946) e Solow (1956). Para esses pensadores, as teorias do desenvolvimento econômico seriam o “gênero”, para usar um conceito da biologia, onde se associavam uma espécie, qual seja, “as teorias do crescimento econômico”. As teorias do crescimento econômico caracterizar-se-iam pelo foco no crescimento da renda per capita a partir de um número mais restritivo de variáveis enquanto as teorias do desenvolvimento seriam mais amplas e incluiriam “toda a complexidade do processo de desenvolvimento” (BRESSER - PEREIRA, 2008, p.18).

Crítico da separação conceitual entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, que considera sinônimos, Bresser-Pereira (2008), defende que desenvolvimento econômico é condição, na história do capitalismo, para transformações estruturais nas sociedades. Para ele, nas situações normais <sup>11</sup> “mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura e das próprias estruturas básicas da sociedade” (BRESSER- PEREIRA, 2004, p.4).

Em Celso Furtado (1967, p.76) a ideia de crescimento econômico está presente na ideia de desenvolvimento econômico, embora o autor não diferencie “desenvolvimento econômico” de outras formas de desenvolvimento. De sua perspectiva:

---

<sup>11</sup> Situações normais, de acordo com Bresser-Pereira são aquelas que excetuam as economias de tipo enclave, como são os países exportadores de petróleo do Oriente Médio, e a doença holandesa.

Crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo da renda, ao nível de um subconjunto especializado e o desenvolvimento é o mesmo fenômeno do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior.

Embora considere as categorias “desenvolvimento econômico” e “crescimento econômico” sinônimos e defenda que:

Identificar o processo de desenvolvimento econômico com crescimento econômico ou com aumento do valor adicionado por capita não implica apenas dar um sentido econômico claro ao conceito, mas adicionalmente identifica-lo com a realização de um dos objetivos políticos fundamentais das sociedades modernas. “Não significa desconsiderar o valor das demais, mas sugere que sejam distinguidos com clareza os diversos objetivos políticos das sociedades democráticas” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.9).

Bresser-Pereira não toma “desenvolvimento econômico” como sinônimo de “desenvolvimento”, considera-o, entretanto, condição para o alcance de outros tipos de desenvolvimento associados ao que ele chama de “objetivos políticos das sociedades humanas” (BRESSER, PEREIRA, 2008, p.10), quais sejam, segurança, paz, liberdade, bem – estar, justiça social e proteção ambiental.

Autores como Ignacy Sachs (2004) e Amartya Sen (1999), um dos desenvolvedores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), diferenciam desenvolvimento “no geral” de desenvolvimento econômico. Ambos identificam a ideia geral de desenvolvimento com “desenvolvimento humano” e não associam, à lá Bresser-Pereira, desenvolvimento econômico com outras formas de desenvolvimento. Sachs (2004, p.8) distingue o que chama de desenvolvimento includente de um desenvolvimento de tipo excludente:

(...) no início, o crescimento econômico serviu com um substituto do desenvolvimento. Posteriormente, outras dimensões foram gradativamente adicionadas ao conceito, levando a uma litania de adjetivos (...) trabalho hoje com o conceito de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Não há consenso teórico em torno da palavra desenvolvimento. A categoria pode ser considerada sinônimo de desenvolvimento econômico e crescimento econômico,

medida através do “aumento do valor adicionado per capita através da transferência de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que pegam salários mais altos” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.15), ou ser vinculada a uma concepção humanística que define desenvolvimento como liberdade e aumento das capacidades humanas (SEN, 1999) fato é que “desenvolvimento” pode significar quantas coisas forem necessárias para legitimar ações econômicas e políticas de grupos e classes sociais distintas.

Apesar do amplo leque de sentidos que o conceito comporta, os intelectuais e cientistas que trabalham com a questão energética, além do próprio setor elétrico brasileiro, no geral, não se preocupam com o sentido de desenvolvimento em suas publicações, tomando “desenvolvimento” como um misto de desenvolvimento econômico e social, igualmente aplicável e de resultados similares à economia nacional e às economias locais.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO E ENERGIA: O DISCURSO DO SETOR ELÉTRICO

Em “A história das Barragens no Brasil: Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do comitê brasileiro de barragens” (2011), o setor elétrico<sup>12</sup>, ao menos aquela parte vinculada à produção de energia elétrica a partir de matriz hidráulica, rememora sua história e expõe algumas de suas concepções sociopolíticas sobre o papel das barragens na história do Brasil e das localidades impactadas por empreendimentos dessa natureza.

---

<sup>12</sup> O Comitê Brasileiro de Barragens agradece às seguintes empresas pela participação na elaboração do livro em questão: Arcadis Tetraplan S/A; Banco Bradesco S/A; Camargo Corrêa Energia e Construções S/A; Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Companhia Energética de São Paulo (CESP); Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF); Construtora Norberto Odebrecht S/A; Construtora Queiroz Galvão S/A; Construtora Andrade Gutierrez S/A; Companhia Paranaense de Energia (COPEL); Departamento Nacional de Obras contra a seca (DNOCS); Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS); Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE); Engevix Engenharia S/A; Furnas Centrais Elétricas S/A; Gebrugg Ag –Protection Systems; Grupo Energia; Intertechne Consultores S/A; Itaipu Binacional; Jeene Juntas Impermeabilizações Ltda; Light S/A; Mc Bauchemie Brasil; Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A; Norte Energia S/A; Pires Giovanetti Engenharia e Arquitetura Ltda; Santo Antônio Energia.

Encontram-se referências a ideia de “desenvolvimento e progresso” vinculadas às empresas e obras de energia já no índice: “A São Paulo Light, fomentadora de progresso” e “A História da CHESF, indutora do Progresso no Nordeste” são títulos de dois dos capítulos da obra.

Enquanto o primeiro capítulo não faz qualquer menção a “desenvolvimento” no corpo do texto e se restringe às obras de engenharia associadas à implantação de barragens para geração de energia elétrica, o segundo capítulo resume a “indução” ao “progresso” no Nordeste em uma única frase: “Além de sua vital importância econômica e social para todo o Nordeste, (UHE) Paulo Afonso passou a ser visitado por vastos contingentes de pessoas para apreciar a grandeza das obras ali implantadas”. (CBB, 2011, p.178).

O que se nota é que apesar das experiências recentes do setor elétrico relativas à implantação das Usinas Hidrelétricas, por exemplo, Belo Monte<sup>13</sup> e Jirau<sup>14</sup>, no que diz respeito aos impactos socioeconômicos causados pelas obras, tais experiências parecem não influenciar a concepção de desenvolvimento propagada pelo setor, conclusão que pode ainda ser extraída dos enxertos abaixo:

Atualmente, Tucuruí (...) é a principal responsável pelo intenso desenvolvimento regional, fruto da abundante oferta de energia e recolhimento de impostos resultantes da comercialização e compensação pela utilização de recursos hídricos. (...) (CBB, 2011, p.220).

No que se refere ao desenvolvimento econômico e social da região com a implantação do Projeto Itaipu, verifica-se que além do aumento populacional, houve melhorias e expansão da infraestrutura nos municípios da área de influência do reservatório (...). Nessas cidades e em outras, próximas a elas, houve notório incremento da circulação econômica, tanto pelo atendimento da diversidade de suprimentos necessários às diversas frentes das obras, o que desenvolveu o comércio e a prestação de serviços locais, como pelo consumo de bens e serviços proporcionados pelos milhares de trabalhadores que recebiam salários e benefícios de seus empregadores vinculados ao projeto (CBB, 2011, p.331).

<sup>13</sup> G1-Globo. Belo Monte será hidrelétrica menos produtiva e mais cara, dizem técnicos. São Paulo, 2010. Disponível em: < [www.g1.globo/economia-e-negocios/noticia/2010/04/belo-monte-sera-hidreletrica-menos-produtiva-e-mais-cara-dizem-tecnicos-html](http://www.g1.globo/economia-e-negocios/noticia/2010/04/belo-monte-sera-hidreletrica-menos-produtiva-e-mais-cara-dizem-tecnicos-html)> . Acesso em 23/07/2014.

<sup>14</sup> Carta Capital. Fator Jirau. Rondônia, 2011. “Fator Jirau”. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/sociedade/fator-jirau/](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fator-jirau/)>. Acesso em 23/07/2014.

O discurso positivo envolvendo relações causais entre “geração de energia elétrica, crescimento econômico e desenvolvimento” é constantemente reeditado, apesar das evidências objetivas apontarem com frequência o oposto no que diz respeito às regiões – sede desses projetos.

### *2.1.1 ENERGIA COMO CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: O DISCURSO DA ACADEMIA*

A importância da disponibilidade de energia para o crescimento econômico<sup>15</sup> de um estado - nação é um daqueles debates que lograram o êxito de se tornarem “caixas-pretas” (LATOURET, 2000, p.14), ou seja, aquilo “a respeito do qual não é preciso saber nada”, uma controvérsia já resolvida, premissa sobre a qual se sustentarão as hipóteses futuras.

A importância da energia, assim como outras fontes de infraestrutura como estradas, ferrovias, portos e aeroportos, no processo produtivo e em outras atividades fundamentais para o crescimento econômico é o fato estilizado dentro da teoria econômica. (CARMINATI; SCALCO, 2013, p.356).

Carminati e Scalco (2013, p.357) apontam diversos trabalhos que tratam das relações de causalidade entre Produto Interno Bruto (PIB) e Energia.

Por exemplo, os estudos de Paul e Brattacharya (2004), Yoo (2005), Akinlo (2008) encontraram uma relação bi-direcional entre energia e produto. Por outro lado, os trabalhos de Chontanawat et al (2008), Narayan e Smyth (2008) comprovaram a relação unidirecional, no sentido da energia para o PIB. Ao contrário, o trabalho de Kraft e Kraft (1978) evidenciou a relação unidirecional no sentido do PIB para a energia.

---

<sup>15</sup> Supondo-se que assumimos como verdadeira a premissa de Bresser-Pereira (2010) que entende desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico.

Goldemberg (1998) aperfeiçoa a associação entre energia e crescimento econômico ao incluir indicadores de desenvolvimento humano e relacioná-los ao consumo de energia comercial:

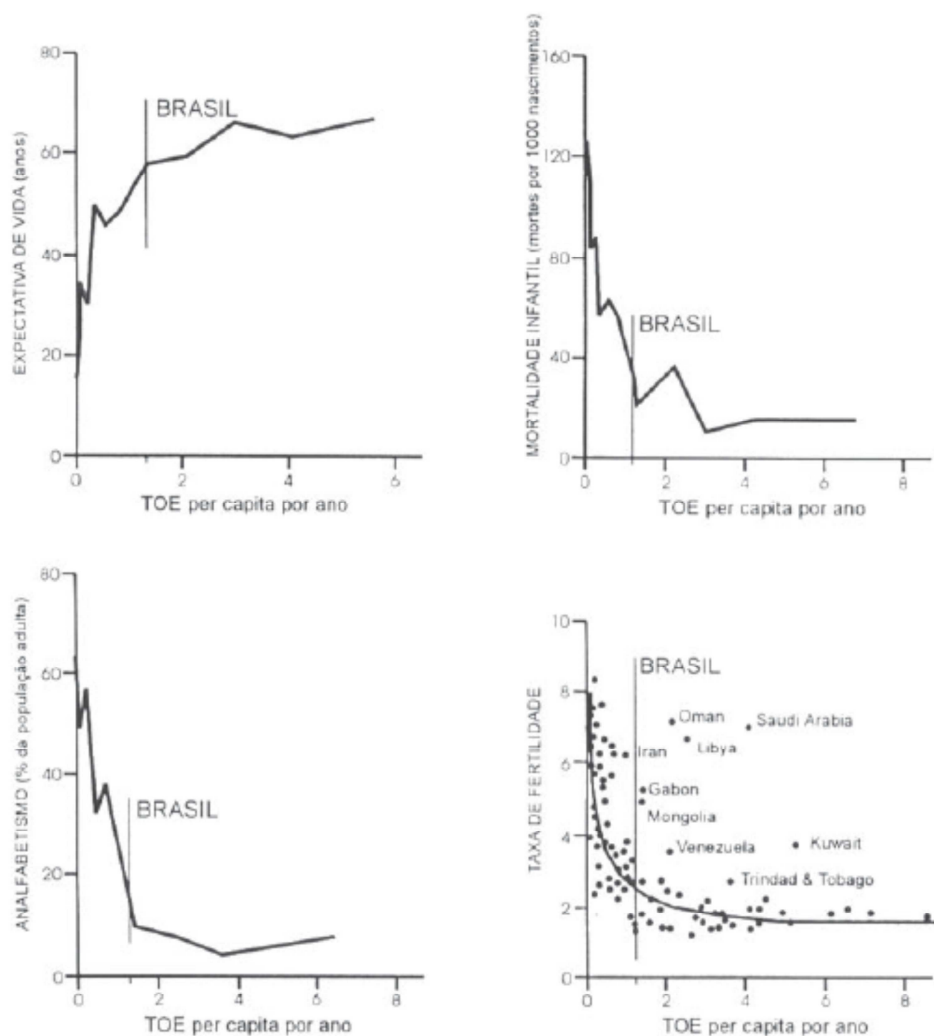
Na maioria dos países, nos quais o consumo de energia comercial *per capita* está abaixo de uma tonelada equivalente de petróleo (TEP) por ano, as taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fertilidade total são altas, enquanto a expectativa de vida é baixa. **Ultrapassar a barreira 1 TEP/capita parece ser, portanto, essencial para o desenvolvimento.** À medida que o consumo de energia comercial *per capita* aumenta para valores acima de 2 TEP (ou mais), como é o caso dos países desenvolvidos, as condições sociais melhoram consideravelmente. O consumo médio *per capita* nos países industrializados da União Europeia é de 3.22 TEP/capita; a média mundial é de 1.66 TEP/capita. (GOLDEMBERG, 1998, p.7)

Goldemberg (1998, p.8) apresenta ainda evidências estatísticas que relacionam TEP/capita<sup>16</sup> aos indicadores sociais supracitados:

---

<sup>16</sup> De acordo com a International Energy Agency (IEA) em 2012 o Brasil apresentou um índice TPE/Capita de 1,42

FIGURA 3- RELAÇÃO ENTRE TEP/CAPITA E INDICADORES SOCIAIS



FONTE: Goldemberg (1998, p.8)

As teses acima elencadas reafirmam, portanto, o que a caixa-preta já diz: energia, crescimento econômico e desenvolvimento são processos relacionados, considerando-se tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda agregada. No caso brasileiro, os resultados dos testes de causalidade entre as variáveis consumo de energia e produto interno bruto corroboram a tese de que o aumento de investimento em infraestrutura de energia é condição para o desenvolvimento:

Nesse sentido, políticas públicas que tem em vista aumentar ou estimular o investimento em infraestrutura, dentre a qual a infraestrutura energética, podem servir como instrumentos para promoção do crescimento econômico, no longo prazo. De forma inversa, interrupções na oferta de energia podem causar sérias perdas econômicas e financeiras ao país. Finalmente, pode-se argumentar que o Brasil depende de mais energia para ambicionar maior crescimento econômico. Nesse sentido, o aumento da infraestrutura, em particular, a energética, pode galgar maiores expectativas e desempenhar melhores condições para o crescimento sustentado da economia brasileira. (CARMINATI; SCALCO, 2013, p.371-372).

Indo mais fundo no debate, Tolmasquim et al (2005) relacionam aproveitamento de potencial hidrelétrico a desenvolvimento (sem, entretanto, explicitar o que entendem como tal) e chegam a conclusão de que quanto mais desenvolvido é o país, maior é o aproveitamento de seu potencial hidráulico.

Olhando esses mesmos dados, Conceição e Seixas (2013, p. 212) afirmam, talvez apressadamente, que “quanto maior o aproveitamento hidrelétrico de um país, maiores serão as chances deste país também se desenvolver, visto que a energia é um dos recursos fundamentais para o progresso” e concluem finalmente:

(...) que se o Brasil quiser se desenvolver economicamente ao mesmo nível que os países ricos e industrializados, terá que explorar ainda mais o seu potencial hidráulico para geração de eletricidade O que já fizeram e continuam fazendo países como França, Alemanha, Japão, Noruega, Estados Unidos e Suécia, que lideram o ranking de países com maior aproveitamento do potencial hidrelétrico. (CONCEIÇÃO E SEIXAS, 2013, p. 214).

Assim, as análises sobre desenvolvimento e energia misturam, em uma mesma narrativa, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, qualidade de vida, progresso e energia elétrica, através de um processo analítico que em alguns casos lembra aquilo que Schumpeter (1954, p. 41) chamava de “visão do processo social”:

De qualquer forma, o objetivo não é tanto o de polemizar a relação de causalidade entre energia e crescimento econômico, mas sim demonstrar que essa caixa-preta opera sobre uma dimensão macroeconômica, não sendo automaticamente transportável para análises microeconômicas, como supõe os agentes envolvidos com a temática energética. O deslocamento espacial dessa caixa-preta resulta, frequentemente, em conclusões que padecem tanto de evidências empíricas quanto de



precisões conceituais, principalmente no que diz respeito às definições conceituais de desenvolvimento, raramente explicitadas, e a inadequação dos indicadores selecionados. É na seara dos estudos ambientais que aparecem as críticas mais contundentes à lógica desenvolvimentista.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SOB O OLHAR CRÍTICO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS

Os debates envolvendo desenvolvimento e meio ambiente multiplicaram-se no ocidente a partir da década de 60 do século passado e tiveram seu auge na divulgação do documento “Os Limites do Crescimento” (1972), pelo Chamado “Clube de Roma”, liderado pelo pesquisador Dennis L. Meadows.

A publicação do documento causou mal-estar entre vários economistas, uma vez que nele:

(...) foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais (...). A novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não renováveis. Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se desenvolvimento econômico, para qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, p.11)

A obra operou uma transformação paradigmática nas teorias econômicas de desenvolvimento, baseadas que eram exclusivamente na ideia de desenvolvimento econômico, alicerçada por sua vez, numa ideia de crescimento econômico que se postergava ad *infinitum*. A partir dele a academia, empresariado e Estados Nacionais viram - se confrontados com a ideia, não amigável, de que o modelo de desenvolvimento hegemônico “industrial – urbano - capitalista” não pode ser

universalizado.

Ratificando a tese de que o padrão de desenvolvimento hegemônico não pode ser universalizado sob pena de colapso civilizatório, o Clube de Roma concluiu que:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. (BRUSEKE, 1994, p.15).

Outro marco importante na consolidação de visões alternativas de desenvolvimento foi a apresentação em 1987, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), do relatório que ficou conhecido pelo sobrenome do então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da organização, o chamado “Relatório Brundtland”, oficialmente denominado “Nosso futuro comum”. Esse documento apresentou, pela primeira vez, o conceito de “desenvolvimento sustentável” baseando-se na ideia de que o crescimento econômico deveria pautar-se na busca da eficiência e racionalização, satisfazendo as necessidades das gerações atuais sem, entretanto, comprometer as necessidades das gerações futuras. “Desenvolvimento Sustentável” tornou-se, desde então, o que Silva (2009, p.30) denomina ora como “conceito elástico”, ora como “conceito em disputa”, ou seja, um conceito cujo significado está atrelado à correlação de forças da sociedade.

Embora popularizados a partir desses marcos históricos, a concepção de que um outro tipo de desenvolvimento, anti - economicista e anti - antropocentrismo, era possível, já era debatido academicamente na década de 1970 do século passado. O conceito de ecodesenvolvimento, criado por Maurice Strong e popularizado por Ignacy

Sachs (1981, p.14) propunha-se em “gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver.” Trata-se, portanto, de uma proposta de adoção de uma nova racionalidade, associada à dimensão humana do desenvolvimento, com o olhar voltado para o futuro.

Ainda de acordo com Sachs (1993), o ecodesenvolvimento seria composto de cinco dimensões de sustentabilidade, a saber: a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial ou geográfica e sustentabilidade cultura.

TABELA 2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPONENTES E OBJETIVOS DE CADA UM DOS CINCO PILARES DO ECODESENVOLVIMENTO <sup>17</sup>

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVO
<b>Sustentabilidade Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada a melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional.</li> <li>• Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.</li> </ul>	Redução das desigualdades sociais
<b>Sustentabilidade Econômica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo).               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo eficiente dos recursos.</li> </ul> </li> <li>• Absorção pela empresa dos custos ambientais.</li> <li>• Endogeneização: contar com suas próprias forças</li> </ul>	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.
<b>Sustentabilidade Ecológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas.</li> <li>• Prudência no uso de recursos não-renováveis.</li> <li>• Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis.</li> <li>• Redução de intensidade energética e conservação de energia.</li> </ul>	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações

<sup>17</sup> Em outro momento, Sachs (2009) inclui mais três dimensões à sustentabilidade. São elas: a sustentabilidade Ambiental, referente ao do respeito em realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; a sustentabilidade Política (Nacional), referente à capacidade do Estado em implementar um projeto nacional, com um nível razoável de coesão social, pautado na democracia como apropriação universal dos direitos humanos; e a sustentabilidade Política (Internacional), voltada para a prevenção de guerras, garantia da paz, pacto Norte-Sul de co-desenvolvimento baseado no princípio da igualdade, proteção ao meio ambiente e na cooperação internacional .

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.</li> <li>• Cuidados ambientais.</li> </ul>	
<b>Sustentabilidade Espacial ou Geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descentralização espacial (de atividade, de população).</li> <li>• Desconcentração: democratização local e regional do poder.</li> <li>• Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos)</li> </ul>	Evitar excesso de aglomerações
<b>Sustentabilidade cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Soluções adaptadas a cada ecossistema.</li> <li>• Respeito à formação cultural comunitária.</li> </ul>	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Adaptado de Montibeller Filho, Texto de Economia, Florianópolis, v.4 , nº 1,1993, p.134.

No Brasil, um importante autor que propõe uma reflexão e sistematização sobre as ideias e teorias envolvendo as categorias “desenvolvimento” e “meio ambiente” é Veiga (2005).

Refletindo mais fortemente sobre o conceito de “desenvolvimento sustentável”, o autor identifica, historicamente, a hegemonia de três entendimentos sobre o tema: a) desenvolvimento como crescimento econômico; b) como ilusão ou mito; c) crítica à ideia de desenvolvimento.

A adoção de desenvolvimento como puro e simples “crescimento econômico” é para o autor a mais fácil das saídas, uma vez que facilita sua mensuração, feita normalmente através de PIB per capita. Veiga (2005, p.18) considera a permanência dessa associação com o concomitante uso desse indicador um tanto quanto estranha uma vez que:

Desde que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) para evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento com o crescimento.

Além disso, chama atenção para o fato de que, nos países em desenvolvimento, os altos índices de crescimento econômico vinculados às políticas desenvolvimentistas, a partir de meados do século passado, não se transformaram em melhoria da qualidade de vida da população, que permaneceu carente e sem acesso aos serviços sociais

básicos.

Ressalta ainda que tais evidências e constatações não parecem ter afetado o “núcleo duro” da ciência econômica, uma vez que:

(...) até o final do século XX, os manuais que servem para transmitir às novas gerações o paradigma da ciência econômica convencional (ou “normal”, no dizer de Thomas Khun) tratavam despidoradamente desenvolvimento e crescimento econômico como simples sinônimo. Quando o IDH começou a se afirmar mundialmente como um indicador mais razoável de desenvolvimento, ocorreram dois tipos de reações entre os autores de textos introdutórios à economia (...) a mais significativa foi simplesmente banir o termo desenvolvimento. (VEIGA, 2005, p.19).

No que diz respeito à segunda classificação “desenvolvimento como quimera”, Veiga (2005) critica autores como Arrighi (1998) e Furtado (1974), acusando-os de reforçarem a equivalência entre riqueza e desenvolvimento. Enquanto Arrighi (1998) sustenta a tese de Wallerstein de que o desenvolvimento é uma ilusão e busca demonstrar que não há ascensão sob capitalismo, uma vez que países periféricos e semiperiféricos não entram no núcleo orgânico do capitalismo, Furtado (1974, p.16) chama de mito do desenvolvimento econômico a ideia de que os padrões de vida desfrutados pela população dos países desenvolvidos podem ser alcançados pelos países subdesenvolvidos. Sobre a tese de Furtado devemos nos deter por alguns instantes.

Impactado, porém crítico em relação aos resultados apresentados em “*The Limits to Growth*”, o intelectual brasileiro considera que o referido estudo afirma-se em uma ideia de desenvolvimento sustentada em uma estimativa de um superuso dos recursos naturais não renováveis com base na ideia de que é possível, no futuro, a universalização do padrão de consumo dos países centrais para os países periféricos. Para Furtado, essa premissa é um mito, pois o processo de desenvolvimento capitalista baseia-se na concentração do padrão de consumo em uma população reduzida (países centrais e minorias favorecidas dos países periféricos).

Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente

concentração. (FURTADO, 1974, p.45).

E conclui, na sequencia, que:

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p.89).

Diferente de Veiga (2005) que vê em “o Mito do Desenvolvimento Econômico” o reforço da visão quantitativa de desenvolvimento, e, portanto, uma leitura conservadora sobre desenvolvimento, Cavalcanti (2003) olha para o mesmo texto e nota seu vanguardismo:

Mais surpreendente, porém, era a tese da obra – e aqui considero a segunda questão que lhe é específica – definindo o desenvolvimento como um *mito*, haja vista que o Brasil, na ocasião, experimentava os anos do chamado “milagre”, com taxas de crescimento do produto interno bruto real, por ano, que haviam sido de 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973, atingindo em 1974, ano de publicação do volume, 9,0%. Dentro desse panorama, em face de crescimento econômico tão espetacular, era preciso presciência, visão consistente da realidade e, com mais razão, coragem para afirmar com todas as letras que tudo aquilo não passava de miragem. (CAVALCANTI, 2003, p.74),

Crítico do que chama de “reducionismo econômico e sociológico” (Veiga, 2005, p.30) da categoria “desenvolvimento”, o autor centra sua análise em um discurso alternativo (ao pensamento hegemônico) sobre desenvolvimento que considera, centralmente, a criatividade cultural e a morfogênese social.

Veiga baseia-se na concepção do economista indiano Amartya Sen (1999) que considera desenvolvimento como liberdade, no sentido de que a liberdade é, ao mesmo tempo, principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Neste sentido, a promoção do desenvolvimento exige “(...) que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos.” (VEIGA, 2005, p.35).

A conclusão geral do autor é que as categorias de desenvolvimento associadas historicamente ao paradigma do industrialismo estão superadas, sendo necessária a construção de uma utopia para o futuro no qual o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se seu eixo estruturante.

O debate sobre desenvolvimento e meio ambiente multiplicou-se no decorrer das últimas décadas, acompanhado ora por avanços (em termos de políticas internacionais ou mesmo de políticas públicas nacionais), ora por retrocessos. O debate em torno dessas categorias é, entretanto, interminável, uma vez que os conceitos (e as relações intrínsecas que os conectam) são objeto de uma disputa simbólica por seus sentidos e significados e nele são exercidas forças sociais, por vezes antagônicas, que visam estabelecer através da definição de seu sentido, sua própria concepção de mundo. (BOURDIEU, 2000). Trata-se, de fato, de uma disputa política em que o *status quo* se vê compelido a (re) afirmar seu poder simbólico e econômico frente às forças contra-hegemônicas.

### 2.2.1 DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As situações de conflito envolvendo desenvolvimento e meio ambiente no Brasil compõem, atualmente, um campo de investigação específico (Zhourí et al, 2010). Liderados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o campo de pesquisa centra-se nas consequências sociais e ambientais dos projetos de desenvolvimento do país, estejam eles em fase de planejamento, implantação ou em operação.

Conflitos Ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial. (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p.18).

Os pesquisadores contestam a alteração do significado original de desenvolvimento sustentável, que teria passado de uma relação entre “homem e natureza” para uma relação “homem X natureza”, sustentando uma concepção política baseada na ideia de que as dimensões sociais, ambientais, políticas e econômicas seriam conciliáveis e que exigiriam a formação de um consenso via “gestão ambiental”. A gestão ambiental caracterizaria o que Zhouri e Laschefski (2010, p.13) chamam de “administração da estratégia de desenvolvimento sustentável”, ou seja, “toda a dinâmica de implementação de sistemas regulatórios e institucionais” (Ibdem), incluindo o licenciamento ambiental, vinculado a um processo de modernização ecológico <sup>18</sup>.

Apesar da crítica dos autores aos processos de “modernização ecológica”, eles ressaltam que no cenário atual brasileiro, mesmo essas medidas (código florestal, licenciamento ambiental, consulta aos povos tradicionais, etc.) são consideradas “entraves” ao desenvolvimento pelo Estado e grupos empresariais.

A ação do Estado Nacional é, entretanto, dúbia: (...) de um lado surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.17).

A ambiguidade da ação do Estado é característica notada também por pesquisadoras como Ferreira (2006, p.33), ao afirmar que:

O Estado não pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil.

Zhouri e Laschfeski (2010) chamam de “agentes de conflitos ambientais” os atores que resistem às práticas desenvolvimentistas e propõem a classificação de três tipos diferentes de conflitos ambientais:

---

<sup>18</sup> Para Zhouri e Lacheffski (2010) o conceito de modernização ecológica é aquele proposto pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), vinculado à ideia de que as limitações ecossistêmicas ao crescimento econômico não são absolutas, ou seja, são impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social. Neste sentido, “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico”. (CNMAD, 1991, p.9).



1. Conflitos ambientais distributivos: indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais;
2. Conflitos ambientais espaciais: “abrangem aqueles causados por efeitos de impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas (...) (ZHOURI; LASCHFESKI, 2010, p.21)”. Equivalente ao termo jurídico “difuso”;
3. Conflitos ambientais territoriais: surgem quando há sobreposição de interesses de apropriação de um determinado recorte espacial por grupos sociais distintos (portadores de identidades e racionalidades diferentes).

Inseridos nesse campo de estudos, Acserald e Bezerra (2010) analisam a dimensão da formação de “consensos sociais” atrelados à lógica da modernização ecológica, através do que denominam de “projetos voltados para a disseminação de tecnologia de resolução de conflitos ambientais” na América Latina em um contexto de avanço da fronteira de exploração de recursos naturais.

De acordo com os autores, esses projetos, postos a cabo por organismos internacionais como o Banco Mundial <sup>19</sup>, visam “adequar” os poderes judiciários locais às práticas dos mercados internacionais, além de “(...) psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os ‘pontos quentes’ em “comunidades de aprendizado”. (ACSERALD; BEZERRA 2010, p.35).

Baseadas na lógica da teoria dos jogos, as tecnologias de resolução negociadas partem da premissa de “que todos ganham” devendo haver um “equilíbrio de interesses” na definição dos resultados finais dos processos envolvendo conflitos ambientais. Neles, os atores apresentar-se-iam como dotados de autoridade para “dirimir litígios, contribuindo conseqüentemente, para uma reconfiguração relativa das regras do jogo vigentes indiretamente no campo ambiental”. (ACSERALD; BEZERRA 2010, p. 45).

---

<sup>19</sup> Através do documento técnico n°39, chamado “O setor judiciário na América Latina e no Caribe”, o Banco Mundial propôs a adoção de “mecanismos alternativos de resolução de conflitos” visando minimizar a judicialização de processos relativos à implantação de obras de infraestrutura. (ACSERALD, BEZERRA, 2010).

Os autores identificaram cinco modalidades de “resoluções negociadas” de conflitos ambientais no Brasil: a negociação direta, a conciliação, a facilitação, a mediação e a arbitragem. As principais características de cada modalidade encontram-se na tabela 3:

TABELA 3 - MODALIDADES DE RESOLUÇÃO NEGOCIADA

MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
<b>Negociação Direta</b>	Processo pelo qual as partes em disputa encontram-se com o intuito de chegar a uma resolução mutuamente aceitável. Cada parte representa seus próprios interesses.
<b>Conciliação</b>	Processo pelo qual um ente externo ao conflito une as partes em disputa para discutirem entre si. Ao contrário da mediação, a conciliação normalmente conota somente um envolvimento preliminar pela parte de fora do conflito. Conciliadores usualmente não assumem um papel ativo no sentido de resolver a disputa, mas podem ajudar com a colocação de uma agenda, mantendo um registro (gravação) e administração, podendo atuar como “mediadores” quando as partes não se encontram diretamente, ou como um “moderador” durante encontros diretos.
<b>Facilitação</b>	Similar à conciliação, constituindo uma forma menos ativa de mediação. Facilitadores podem atuar como moderadores em grandes encontros, assegurando que todos sejam capazes de falar e ser ouvidos. Não é esperado que eles ofereçam suas próprias ideias ou participem ativamente conduzindo as partes em direção a um acordo. Facilitação pode também ser aplicada no nível <i>one-to-one</i> , para guiar um indivíduo através de processos estratégicos, tais como solucionando, priorizando e planejando o problema.
<b>Mediação</b>	Processo durante o qual as partes em uma disputa dialogam (conjuntamente e também reservadamente) com uma terceira parte exterior ao conflito em quem confiam, sendo neutra e independente (o mediador), para explorar e decidir como o conflito entre eles será resolvido. O mediador auxilia as partes a chegar a um acordo, porém não possui nenhum poder de impor resultado sobre eles. A mediação seria comumente definida como um processo de ajuste de conflitos no qual uma parte de fora do conflito supervisiona a negociação entre duas partes em disputa. O mediador é uma parte neutra que, embora não tenha capacidade de dar um julgamento, atua de certa forma como um facilitador do processo de busca por um acordo. A qualidade central do mediador tem sido descrita por sua capacidade para reorientar as partes em direção um do outro, não pela imposição de regras sobre eles, mas auxiliando-os para que alcancem uma percepção nova e compartilhada de seu relacionamento, uma percepção que redirecionará suas atitudes e disposições em direção um ao outro.
<b>Arbitragem</b>	Geralmente usada como uma alternativa menos formal de ir para o tribunal. Este é um processo o qual um ente ou júri neutro, e não envolvido no conflito, encontram-se com as partes em disputa, ouve as apresentações de cada lado e faz uma sentença ou uma decisão. Tal decisão pode ser aplicada nas partes se eles previamente concordarem com a mesma. Ao contrário do tribunal, as partes em disputa podem participar escolhendo o árbitro (que é com frequência um <i>expert</i> no

assunto de sua disputa) e determinando as regras que governam o processo. Audiências de arbitragem são geralmente mantidas privadamente. Algumas vezes as partes em disputa usam um processo combinado como “*med-arb*”, a fim de manter as vantagens tanto da mediação quanto da arbitragem. Se o mediador não estiver sendo bem sucedido na resolução da disputa por meio de acordo entre as partes, então o mediador torna-se um árbitro com o poder de emitir uma decisão.

FONTE: Acserald; Bezerra (2010).

A conclusão dos autores é que, além de ineficientes, as tecnologias de “resolução negociadas” são ideologicamente construídas com base na premissa de que há aceitação ideológica tácita, entre as partes envolvidas, sobre os valores e princípios relativos à gestão e utilização dos recursos naturais objetos do conflito. O resultado é a legitimação de “consensos forçados” envolvendo atores com acentuada desigualdade de poder. Nesse sentido, Acserald e Bezerra (2010, p.55) veem nessas tecnologias a função de “desmobilização social central para a construção do que Francisco de Oliveira chama de uma ‘dominação sem política’”.

Nesse debate, Sevá Filho (2010) contribui ao analisar os problemas sociais e ambientais decorrentes da expansão das atividades mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica na Amazônia. Embora o autor identifique, inicialmente, que os conflitos entre “desenvolvimento”<sup>20</sup> e forças sociais decorram da inserção do Brasil na economia – mundo, acaba por analisar os impactos das atividades supracitadas na Amazônia legal, incluindo processos não relacionados diretamente com a inserção e expansão da economia brasileira em nível internacional. Tratando desenvolvimentismo como “a doutrina do desenvolvimento”, concentra-se na análise dos impactos socioambientais de obras de infraestrutura questionando a lógica de crescimento econômico que pressupõe a utilização crescente de recursos naturais. Além de contestar a lógica do “crescimento econômico permanente”, Sevá Filho (2010, p.116) retoma a denúncia do movimento e dos teóricos da justiça ambiental, a de que a “(...) expansão da infraestrutura e do capital fixo sempre se faz à custa dos recursos naturais locais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou

<sup>20</sup> Sevá Filho (2010, p.115) define desenvolvimento como o equivalente “(...) à acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos”.

ampliadas”.

No que diz respeito aos impactos sociais gerados especificamente pelas obras relacionadas à produção de energia elétrica através de matriz hidráulica, o autor acompanha a grande maioria dos estudos sobre impactos sociais de Usinas Hidrelétricas e foca nos conflitos envolvendo populações ribeirinhas e/ou tradicionais. Além de denunciar as ações degradantes e ilegais, em certos casos, das empresas estrangeiras e nacionais que atuam na região com o respaldo dos Estados Nacionais, sobre o meio ambiente e populações humanas, condena a “tecnificação” da dominação política presente nos conflitos ambientais, alinhando-se com autores como Acserald e Bezerra (2010) e Eduardo Viveiro de Castro e Lúcia Andrade (1988, p.10):

A noção de impacto ambiental presta-se assim facilmente ao mascaramento da dominação política. Pois os efeitos de obras como o Complexo Hidrelétrico do Xingu não são simplesmente ou principalmente ambientais ou “socioeconômicos”. Eles são essencialmente políticos, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas o seu lugar de sujeito de direitos, isto é, de grupos sociais dotados de uma positividade política.

Pereira e Penido (2010), por sua vez, dirigem seus olhares sobre desenvolvimento e conflito ambiental para as disputas simbólicas e políticas envolvendo a apropriação, pelo Estado e empresas, de territórios de comunidades ribeirinhas atingidas por reservatórios artificiais de usinas Hidrelétricas. Ressaltam que apesar do contexto democrático, as políticas de Estado insistem em não incluir as dimensões sociais e ambientais na formulação de uma agenda econômica nacional.

Como exemplo, as premissas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa de natureza desenvolvimentista, não incluíram nas discussões a participação das áreas social e ambiental do governo, nem mesmo as áreas estratégicas, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário. (PEREIRA; PENIDO, 2010, p.251).

Concluem que os projetos de desterritorialização e reterritorialização que acompanham a implantação dessas obras refletem um processo ancorado em uma ideia de desenvolvimento que se vincula exclusivamente à dimensão de crescimento

econômico e que explicita:

(...) conflitos de interesse e de legitimação. De um lado, os interesses do Estado e das grandes empresas (...) e, do outro, da população local (seringueiros, pescadores e indígenas) das ONGS, dos movimentos sociais e ambientais em prol da Amazônia, da biodiversidade, do modo de vida, da pesca tradicional, enfim, do desenvolvimento local autossustentável. (PEREIRA; PENIDO, 2010, p.263).

Por fim, analisando a política nacional de meio ambiente, Agra Filho (2010, p.353) afirma que a abordagem dos conflitos ambientais lhe é implícita, instrumentalizada através dos “mecanismos orientados para os procedimentos de participação pública no processo de discussão”. Tais mecanismos seriam os colegiados decisórios (conselhos de meio ambiente em nível federal, estadual e municipal) e as audiências públicas para discussão dos Estudos de Impacto Ambiental (exigida em lei específica). Pondera que enquanto os colegiados têm atuação precária no que diz respeito à resolução de conflitos ambientais, as audiências públicas são utilizadas ritualisticamente, ou seja, construídas para evitar a explicitação dos conflitos ambientais em torno de projetos de infraestrutura. O autor ressalta que a qualidade dos Estudos Ambientais no Brasil (EIA/RIMA) contribui para o agravamento das situações de conflito, uma vez que negligenciam a questão da justiça social, e apresenta algumas evidências:

- a) abordagem precária e reducionista das questões sociais na elaboração dos diagnósticos. Em geral, os diagnósticos se restringem a inventariar uma situação estática dos equipamentos convencionais de serviços públicos e das estatísticas correspondentes aos atendimentos de educação e saúde, carecendo de uma contextualização e avaliação pertinente para balizar a magnitude e o significado socioambiental de uma intervenção.
- b) Medidas mitigadoras previstas revelam uma flagrante e deliberada visão de socialização dos ônus e concentração dos benefícios, na medida em que propõem geralmente ações e investimentos de responsabilidade do poder público.
- c) Omissão de medidas de monitoramento das consequências sociais. Os programas de monitoramento ambiental estão geralmente circunscritos aos aspectos biofísicos, induzindo, portanto, a que haja omissão de medidas de monitoramento dos benefícios e ônus social gerados pelos empreendimentos ou, pelo menos, dificultando qualquer avaliação posterior nesse sentido.
- d) Omissão em geral de procedimentos de cálculos consistentes para dimensionar os aspectos sociais. Na fase de análise dos impactos ambientais,

os aspectos sociais favoráveis são exacerbados e os desfavoráveis geralmente subdimensionados. Exemplos típicos de exacerbação são as possibilidades de geração de empregos e de elevação de arrecadação de tributos.

e) Crônica deficiência ou deliberada precariedade da linguagem e do conteúdo dos relatórios de impactos ambientais (os Rimas), comprometendo as possibilidades de participação pública. (AGRA FILHO, 2010, p. 356)

Ou seja, sua conclusão é de que os instrumentos de resolução de conflitos ambientais dispostos na política nacional de meio ambiente são ineficazes tanto por mascararem a problemática da justiça ambiental quanto pela frequente interferência política sobre o cumprimento das normas legais referentes aos procedimentos de participação pública.

As análises apresentadas no âmbito do campo de estudo “desenvolvimento e conflitos ambientais” demonstram, em seu conjunto, que o paradigma da “modernização ecológica”, que orienta a política ambiental brasileira, reforça a exclusão das dimensões sociais e ambientais da tomada de decisão sobre obras de infraestrutura no país ao mesmo tempo em que ratifica, tacitamente, a ideia de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Nesse contexto, em que a natureza continua a ser compreendida como fonte de recursos naturais (esgotável, objeto, portanto de ações corretoras visando à manutenção de sua perenidade) e que não se admite (ou compreende-se) a diversidade cultural envolvendo os modos de vida e apropriação territorial dos grupos sociais, os conflitos ambientais tendem a se multiplicar e intensificar, transformando-se em espaços de resistência à investida do capital, constituindo-se o que Almeida (2004) chama de “unidades de mobilização”<sup>21</sup>.

## **2.2.2 CONFLITOS AMBIENTAIS, USINAS HIDRELÉTRICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

---

<sup>21</sup> De acordo com Almeida (2004) este conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura.

Apesar da grande quantidade de publicações sobre os impactos ambientais e sociais de Usinas Hidrelétricas (Fearnside, 1990; Lemos 1999; Vainer, 2007; Zhouri e Oliveira, 2007; Zhouri et al, 2011), poucos são aqueles que tratam especificamente dos impactos sociais sobre os municípios, considerando o grande fluxo de população migrante atraída para as regiões - sede dessas grandes obras.

O que se tem, em grande medida, são as evidências da força simbólica dos discursos hegemônicos que associam os grandes projetos de investimento à desenvolvimento, tanto no que diz respeito aos “sacrifícios” que devem ser feitos em nome do “bem comum” quanto às “certezas” do desenvolvimento regional, discursos reproduzidos de norte a sul do país, independente do CNPJ ou filiação política dos envolvidos com o projeto.

Seja na implantação da UHE Tijuco Alto, na divisa entre Paraná e São Paulo (LEMOS, 1999), nos discursos sobre a superação da situação de “miséria” no Vale do Jequitinhonha em decorrência da implantação da Usina de Irapé, em Minas Gerais (ZUCARELLI, 2006), em relação à implantação da Usina de Salto Caxias (KARPINSKI, 2007) no Paraná ou ainda sobre a UHE Belo Monte (SEVÁ FILHO, 2010) no Pará, o discurso de desenvolvimento regional está sempre presente, partindo de empreendedores ou de representantes do Estado.

Os exemplos multiplicam-se. Laschefski (2011, p.35) cita o discurso do então presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) sobre a pretensa “urgência” na construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, como condição para que a região se transformasse em um “oásis”.

Se nós não iniciarmos nos primeiros dias de maio (a construção da obra), certamente o governo do Estado poderá perder a concessão, o que significa, aproximadamente, cinco a oito anos para inicia-la. O processo voltará para o governo federal, e o empreendimento voltará para o governo federal. Haverá uma nova licitação e isso prejudicará não apenas as 700 famílias que serão removidas, e sim mais de três milhões de pessoas. (...) entendo a problemática de nossos técnicos (FEAM - Fundação estadual do Meio ambiente), mas eu faço aqui um apelo para que possamos, juntos e parceiros, elaborarmos esse projeto tão importante para o nosso Estado e para os senhores e para aquele Vale da Pobreza hoje que pode se transformar (...) eu tenho certeza vai se transformar no oásis dentro do nosso Estado”.

Discurso salvacionista tão poderoso que mobiliza agentes desvinculados do setor elétrico ou da região que sofrerá o impacto pela construção da obra, para não apenas reproduzi-lo, mas incrementá-lo através de técnicas de amedrontamento:

Estamos na antevéspera de **enorme tragédia social e política se houver mais retardo no início da construção da usina salvadora**. A população daquela parte de Minas, solidária com o governo Itamar Franco e a Cemig, está disposta a reagir com todo o seu potencial e vigor para impedir a consumação desse **vergonhoso ato de desprezo e falta de patriotismo**<sup>22</sup>. (ZHOURI, 2007, p.115)

As audiências públicas sobre as UHEs Jirau e Santo Antônio, em Rondônia são outros exemplos trazidos pela literatura no que tange a capilaridade do discurso desenvolvimentista reproduzido como mito, ou seja, a partir de uma visão do processo social que não exige, portanto, demonstração empírica para se tornar socialmente legítima.

Eu sou governador, eu não ganho um tostão, eu não ganho uma Cibalema pra nada. Mas depois lá na frente é outra história, tá, gente! Porque o progresso é imediato, num tem como evitar isso, as cidades vão crescer tanto, que não tem mais como frear<sup>23</sup>. (BARAÚNA; MARIN, 2011, p.101)

Porque eu não tenho a menor dúvida de que o povo de Porto Velho é a favor da construção das hidrelétricas, como também não tenho dúvida que essas hidrelétricas venham significar melhoria da qualidade de vida, inclusão social para a população que mora nesse município<sup>24</sup> (BARAÚNA, MARIN, 2011, p. 105)

A contestação do discurso desenvolvimentista é atividade restrita àqueles que Laschefski (2011, p.25) denomina de subalternos “pessoa ou grupo sem acesso às

<sup>22</sup> Texto publicado por Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras, no jornal Estado de Minas, às vésperas do julgamento da Licença de Instalação da UHE Irapé, em 25/04/02 reproduzido pela autora.

<sup>23</sup> Reprodução de discurso do então Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol, na época do Partido Popular Socialista (PPS).

<sup>24</sup> Reprodução do discurso do então prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, do Partido dos Trabalhadores (PT).



estruturas hegemônicas de poder, caracterizando, assim, um estado de exclusão”.

Para os moradores do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, a vinculação de sua região com miséria é injusta e causa rejeição, uma vez que eles não assumem os valores da modernidade urbana - industrial como indicadores de qualidade de vida.

Embora, sem dúvida, muitos moradores do Vale do Jequitinhonha desejem um melhoramento nesse sentido, o seu conceito de miséria está ancorado em outros valores, tais como a perda da independência econômica através da própria produção para satisfazer as necessidades básicas, a inibição da reciprocidade e da troca com os vizinhos e, sobretudo, em relação à alternativa de vida no caso de desterritorialização por causa de um dos projetos urbano-industrial: a cidade, que tem como condição básica de sobrevivência a disponibilidade de dinheiro. (LASCHEFSKI, 2011, p. 36)

A Universidade é outra instituição regional que questiona a validade do discurso desenvolvimentista no que diz respeito às promessas de “desenvolvimento regional/local” associadas à implantação da Usina Hidrelétrica:

Porque, pra mim, não está claro; o discurso que vem atender o desenvolvimento de Rondônia não está claro! Eu tô colocando isso como professor da Universidade, porque na minha universidade, que tá o nome, nós não discutimos. Se na Universidade não se discutiu, eu quero saber se na associação de moradores se discutiu? Se discutiu nas entidades de classe? <sup>25</sup> (...). (BARAÚNA, MARIN, 2011, p.100),

Especificamente sobre o impacto dos grandes projetos de investimento (GPI) sobre as regiões, têm-se as contribuições pioneiras de Vainer e Araújo (1992) sobre o tema. Os autores relembram a origem dos GPI, surgidos no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), que operavam como instrumentos da lógica modernizadora que permeava o novo padrão de planejamento nacional, compondo uma forma de ação estatal que decretou o sepultamento do planejamento regional, ao mesmo tempo em que o “território passa a ser apropriado, diretamente, a partir e no âmbito da política e do planejamento setoriais”. (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.29).

O resultado foi à submissão do planejamento regional ao setorial e a ratificação da lógica da integração nacional a partir do controle, pelo poder político central, dos

---

<sup>25</sup> Fala de um dos professores da Universidade Federal de Rondônia, etnografada pelas autoras.

recursos naturais locais. Nesse contexto, foi sucessivamente ratificada a exclusão dos poderes locais dos processos decisórios referentes à implantação dessas grandes obras de engenharia civil.

As prefeituras, e mesmo os governos estaduais, veem acumular-se necessidades em habitação, saneamento básico, transporte, saúde, serviços básicos e infraestrutura em geral. Na ausência de efeitos indutores que viariam dinamizar a economia local/regional, a consequência é a pura e simples proliferação de carências. Pequenas e (mesmo médias) municipalidades(...) tem restrita capacidade de barganha, pois são parceiros de pequena monta frente aos interlocutores, os grandes grupos empresariais – privados os estatais – que manejam os GPIs. (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.37).

Os autores ressaltam que os GPIs constituem não apenas enclaves econômicos, mas políticos, uma vez que implicam uma redução da esfera e da capacidade de decisão e ação dos poderes locais e regionais.

Vainer e Araújo (1992, p.41) não se restringem à identificação e análise dos processos de implantação dos GPIs sob a ótica da construção da “questão regional” e propõem uma agenda política com vistas à superação da visão que vê o espaço regional “apenas à luz da rubrica custos de implantação”. A agenda inclui: a) reformulação dos processos de decisão de forma a incluir os interesses regionais (mas não apenas de suas elites); b) rompimento com a lógica autoritária que vincula à decisão dessas grandes obras aos interesses capitalistas dos centros nacionais e internacionais hegemônicos.

(...) a inserção adequada dos grandes projetos no espaço regional suporia, como condição, a inserção dos interesses regionais no processo em que se decide sobre a realização do investimento. Isto significaria o estabelecimento de formas de negociação – institucionalizadas ou não – em que o empreendedor forneceria informações substanciais acerca do projeto e de suas características para que as forças regionais pudessem identificar a melhor forma de preservar seus interesses frente à intervenção externa.

Entretanto, não foi esse o caminho adotado pelo Estado brasileiro. Ao invés de incluir as regiões no planejamento e debate sobre a implantação dos grandes projetos de investimentos associados à geração de energia hidrelétrica, aprofundou a centralidade decisória sobre o planejamento do setor elétrico, privatizou os serviços

(agora objetos de concessão pública baseados no princípio de modicidade tarifária) e adotou mecanismos de compensação financeira devidos aos municípios e Estado sob a justificativa de “utilização dos recursos hídricos”. O resultado das múltiplas determinações político-econômicas sobre a expansão do setor elétrico tem sido o aprofundamento dos impactos socioeconômicos sobre as regiões atingidas, que passam, entretanto, a questionar a validade do discurso desenvolvimentista e tornam-se, na prática, “obstáculos” à implantação desses projetos. Aos já chamados “obstáculos” ambientais pelos agentes do setor elétrico, somam-se “obstáculos” federativos, uma vez que municípios passam de parceiros a oponentes de um modelo setorizado que socializa os ônus sociais.

### **3 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

O objetivo dessa seção é analisar criticamente o modelo vigente do setor elétrico nacional, compreendendo sua configuração atual a partir de uma perspectiva histórica. A partir dessa reflexão o que nos interessa é a compreensão de que dois dos três princípios<sup>26</sup> básicos do modelo vigente, quais sejam, a garantia da segurança do suprimento de energia elétrica e a promoção da modicidade tarifária, aprofundam aquilo que Vainer (2007) chama de “dívida socioambiental do setor elétrico”. Enquanto o primeiro orienta o modelo de planejamento tecnocrático da expansão do setor, o segundo define os comportamentos esperados pelos agentes (Estado e empresas) na condução dos processos de concessão e implantação dos projetos, incluindo as ações dos chamados “empreendedores” frente aos processos de licenciamento ambiental dos projetos.

#### **3.1 OS MODELOS ANTECESSORES DO “NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO”**

Tolmasquim (2011) perpassa a trajetória de organização do setor elétrico e identifica quatro marcos que lhe são característicos: a) predominância de um modelo estatal, que vigorou entre 1930 e 1990; b) abertura do setor à exploração privada, a partir de meados da década de 90; c) reforma do setor e transição entre o modelo estatal e o da década de 1990; d) crise no abastecimento de 2001, o chamado “apagão”.

O modelo estatal, que passou a vigorar a partir da promulgação da constituição de 1934 e da publicação do código das águas (1934), centralizou na união a outorga de todas as fases da indústria de energia elétrica, ou seja, geração, transmissão e

---

<sup>26</sup> O terceiro é o da inserção social, em particular pelos programas de universalização de atendimento.

distribuição. Superou, portanto, as características da fase anterior, em que a indústria elétrica era majoritariamente explorada por empresas privadas<sup>27</sup>, com ausência de legislação específica para o setor e em que a regulação dos serviços:

(...) era feita, em grande medida, por meio de contratos celebrados entre os municípios e os empreendedores. Estes contratos tinham por base a ocupação de bens públicos e, por vezes, do potencial hidráulico. Nesse período a participação político-institucional da união era tímida, apenas cuidando de outorgar potenciais hidráulicos de rios federais. (TOLMASQUIM, 2011, p.4)

A legislação supracitada constituiu-se, portanto, como o primeiro ato de centralização decisória na União, consolidando seu domínio regulatório. De regulador o Estado passou, nas décadas subsequentes, a empreendedor. Nesse contexto, a União passou a assumir a construção de grandes usinas e sistemas de transmissão enquanto os estados assumiram a distribuição. Algumas empresas estaduais como a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Companhia Paranaense de Energia (Copel) e Companhia Energética de São Paulo (Cesp) tornaram-se, nesse período, empreendedoras de obras de geração de hidroeletricidade.

Entretanto, a expansão do setor não dependia apenas da ação reguladora da União, mas principalmente de sua capacidade de financiamento. Nesse sentido, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que posteriormente tornou-se agente administrador do Fundo Federal de Eletrificação (FFR) e do Imposto Único de Energia Elétrica (IUEE), foi fundamental para o financiamento da expansão do setor a partir da década de 1950. (Tolmasquim, 2011, p.4).

A partir de 1962, a então recém-criada Eletrobrás assumiu a responsabilidade pelo planejamento, financiamento e expansão da oferta. Tolmasquim (2011, p. 5) aponta que “esse modelo foi muito bem-sucedido, aumentando a oferta de energia elétrica a taxas de quase 9% ao ano no período 1955-1960 e acima de 8% ao ano no período 1960-1965”.

A conclusão geral do autor é a de que:

---

<sup>27</sup> Tratam-se principalmente das empresas Light e Amforp, ambas de capital estrangeiro que chegaram ao Brasil no início do século XX.

No modelo estatal, portanto, os recursos do imposto único, do empréstimo compulsório e da receita garantida constituíram uma sólida base financeira para a expansão do sistema elétrico. Esse modelo funcionou bem até o fim da década de 1970, quando a União passou a usar as tarifas das empresas do setor elétrico como instrumento de política monetária, a fim de conter a inflação. (TOLMASQUIM, 2011, P.5).

O chamado “modelo estatal” não suportou a crise fiscal e econômica do Estado brasileiro na década de 1980 que se tornou incapaz de financiar a expansão do sistema. O chamado “modelo estatal” não incluía, tanto no planejamento quanto na política de financiamento da expansão do sistema, as dimensões sociais e ambientais das localidades atingidas. O modelo estatal baseou-se naquilo que Cavalcanti (1994, p. 9) denomina de “visão desenvolvimentista tradicional”, onde se percebe a natureza “como uma cornucópia fornecedora inexaurível de recursos e, ao mesmo tempo, como um esgoto de infinita capacidade de absorção de dejetos.” Alguns dos grandes passivos sociais e ambientais gerados pela implantação de Usinas Hidrelétricas no Brasil datam desse período (Itaipu, Tucuruí, Balbina, etc.).

O avanço das concepções neoliberais de Estado, no ocidente, a partir da década de 1980, repercutiu sobre a regulamentação do setor elétrico brasileiro, que passou por uma ampla reforma a partir da década de 1990. A reforma caracterizou-se pela limitação da atuação das estatais através de privatizações, consolidando-se a visão de que o setor deveria ser mais competitivo. Ainda de acordo com Tolmasquim (2011), a reestruturação do setor teve um caráter eminentemente liberal, orientado para o aumento da participação privada, com três objetivos principais: a) equacionamento do déficit fiscal, por meio da venda de ativos<sup>28</sup>; b) restauração do fluxo de investimentos para um programa de investimentos; c) aumento da eficiência das empresas de energia.

Enquanto o Plano Nacional de Desestatização (Lei Federal nº 8.031 de 1990) foi o primeiro passo na implantação da concepção neoliberal de Estado, a chamada lei

---

<sup>28</sup> O Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais (PEPE), através do BNDES, “antecipava recursos financeiros aos Estados por conta das receitas que seriam obtidas nos leilões, após aprovação do plano de privatização pelas respectivas Assembleias Legislativas estaduais. (PIRES, 2010).

“Elizeu Rezende <sup>29</sup>” (Lei Federal nº 8.631 de 1993), foi o primeiro passo no sentido de “sanear” financeiramente o setor elétrico, sem, entretanto, como aponta Tolmasquim (2011, p.7) modificar o modelo de organização vigente.

A lei geral das Concessões (Lei Federal nº8.987 de 1995) definiu as regras para a prestação dos serviços públicos, os direitos e obrigações dos concessionários e usuários do sistema elétrico e instituiu a cobrança do serviço pelo preço, que seria objeto de reajustes e revisões tarifárias, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiros das concessões. (TOLMASQUIM, 2011).

De acordo com Gomes e Vieira (2009, p.313), em seguida à promulgação da referida lei foram privatizadas várias distribuidoras de energia elétrica. As empresas distribuidoras Escelsa (Espírito Santo), Light e Cerj (Rio de Janeiro), RGE e AES Sul (Rio Grande do Sul), CPFL (São Paulo), Enersul (Mato Grosso do Sul), Cemat (Mato Grosso) foram alguns dos ativos vendidos para a exploração da iniciativa privada.

Se o processo de privatização das distribuidoras de energia elétrica alcançou seus objetivos no prazo desejado, o mesmo não pode se dizer dos ativos de geração. Para este segmento fazia-se necessário reestruturar o setor, criando novas instituições que dessem conta das novas funções que o Estado deveria assumir. Entre os papéis desse “Estado Mínimo”, sobressaía-se a função reguladora.

O Estado abriria mão, gradualmente, dos meios de produção do setor elétrico e passaria a ser regulador e fiscal da qualidade dos serviços prestados à população no novo mercado que se estabeleceu no país depois da introdução da livre competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica. (PEGOLLO, 2007, p.278).

Para o setor elétrico essa função passou a ser desempenhada com a Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL<sup>30</sup>, a partir da publicação da Lei federal nº9.427 de 1996. Buscando aprofundar a reestruturação do setor com vistas à

---

<sup>29</sup> Os principais pontos da lei foram: extinção da equalização tarifária; b) instituição do serviço pelo custo da própria concessionária; c) encerramento da Conta de Resultados a Compensar, deficitária que utilizava recursos do tesouro; d) obrigatoriedade de celebração de contratos de suprimento entre geradores e distribuidores.

<sup>30</sup> A estrutura regimental da Agência foi aprovada através do Decreto Federal nº2.335 de 1997 e seu regimento interno foi aprovado em 1997 pelo Ministério de Minas e Energia através da Portaria 349.

privatização dos ativos de geração, além da criação da Aneel foi apresentado, em 1997, pela Eletrobrás, um novo modelo para o setor, baseado nas experiências internacionais da época. Foi criada a figura do Operador Nacional do Sistema “ONS”, responsável pela operação interligada nos sistemas elétricos nacionais. O BNDES tornou-se financiador do setor elétrico substituindo a Eletrobrás e o planejamento setorial, antes realizado no âmbito da Eletrobrás, foi transferido para o Ministério de Minas e Energia.

Gomes e Vieira (2009, p.314) apontam que na época:

O campo organizacional do setor elétrico brasileiro apresentava (...) um alto grau de institucionalização, com aumento significativo do número de atores, resultante da implantação de um novo modelo institucional. Esse campo era composto, principalmente, pelo agente público regulador, pelas concessionárias de energia elétrica de capital estatal e privado, pelo órgão financiador, pela entidade operadora do sistema interligado, por uma grande quantidade de associações de classe e pelos diversos fornecedores de bens e serviços. O seu principal ator era a Aneel, a agência reguladora do setor, que arbitrava os conflitos entre os demais atores.

A crise de racionamento de energia elétrica, em 2001, paralisou o processo de privatização dos ativos de geração do país que fora iniciada pela Eletrobrás<sup>31</sup>, exigindo a Criação de uma câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica no ano de 2001. Com a crise, o Estado brasileiro viu-se, novamente, protagonista no planejamento e implantação de políticas e programas setoriais com vistas à superação da crise.

Do ponto de vista social e ambiental, a implantação do chamado “modelo híbrido” do setor elétrico, não modificou os modelos antecessores, uma vez que essas dimensões permaneceram excluídas do processo de planejamento e implantação dos ativos hidrelétricos. Vainer (2007, p.123) ao olhar para as leis de concessões (Lei nº 8.987 e Lei nº.9.074 de 1995) nota “a completa omissão acerca das questões sociais e ambientais porventura associadas à prestação dos serviços concedidos.” De fato:

A lei determina que “nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado

---

<sup>31</sup> De acordo com Tolmasquim (2011), a reestruturação da Eletrobrás começou com a cisão da Eletrosul.



sem a definição do ‘aproveitamento ótimo’ pelo poder concedente” (artigo 5º, § 20). E a lei esclarece: considera-se “aproveitamento ótimo” todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica. (artigo 5º, § 30). Será necessário destacar que a visão de aproveitamento ótimo se restringe ao conceito de eficiência energética, desconhecendo integralmente o que poderíamos chamar de eficiência social e ambiental.

### 3.2 O “NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO”

A crise de 2001 evidenciou tanto a ausência de segurança no abastecimento de energia elétrica no Brasil quanto a onerosidade do modelo para o consumidor final. Tolmasquim (2011, p.22) ressalta que “as geradoras e distribuidoras negociavam energia com base no V.N<sup>32</sup> e não na efetiva competição. Além disso, a própria crise de suprimento acarretou elevados custos com a contratação emergencial”.

Uma nova reestruturação do setor mostrou-se, portanto, necessária tanto para a expansão do sistema quanto para a garantia da segurança no abastecimento. Nesse sentido, entre 2003 e 2004, o governo federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro, sustentado pelas Leis nº 10.847 e 10.848, ambas de 15 de março de 2004 e pelos Decretos nº 5.081<sup>33</sup>, nº5.163<sup>34</sup>, nº 5.177<sup>35</sup>, nº5.184<sup>36</sup> e nº5.195<sup>37</sup> de 2004.

---

<sup>32</sup> O Valor Normativo (VN) era usado como referência para o repasse do preço de energia das distribuidoras. Seu fundamento era o artigo 10 da Lei nº9.648 de 1998.

<sup>33</sup> Regulamenta a atuação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

<sup>34</sup> Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia, entre outros.

<sup>35</sup> Dispõe sobre atribuições, organizações e funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

<sup>36</sup> Cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aprova seu Estatuto Social.

<sup>37</sup> Instituiu o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

O processo decisório que culminou na implantação do novo modelo do setor elétrico foi centralizado, envolvendo apenas Estado e setor elétrico, além de socialmente excludente, uma vez que:

A ausência de um debate público consistente e abrangente sobre o novo modelo institucional, bem como sobre suas implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado as experiências de participação e negociação, fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social nos processos de decisão – sejam aqueles referentes aos planos de longo e médio prazos sejam aqueles direta e imediatamente associados à implantação de projetos específicos. (VAINER, 2007, p. 121/122).

A ausência do debate público, envolvendo todos os segmentos da sociedade civil e não apenas os agentes do setor elétrico não parece influenciar a percepção dos próprios agentes do setor elétrico, que consideram que o processo de decisão sobre o novo modelo do setor foi democrático e participativo.

**A etapa de implantação** do Novo Modelo **ensejou intensa participação social**. Nesse período, e ainda antes, a ministra Dilma Rousseff incentivou um amplo processo de discussão do governo **com associações representativas** dos mais diversos interesses do **setor**. (...) Destaca-se o relevante papel das associações representativas de cada segmento setorial: os geradores, por meio da Abrage<sup>38</sup> e da Apine<sup>39</sup>, os comercializadores por meio da Abracel<sup>40</sup>, os grandes consumidores por meio da Abrace<sup>41</sup> (...). (TOLMASQUIM, 2011, p.26).

Em termos institucionais, o novo modelo definiu a criação de uma entidade responsável pelo planejamento do setor elétrico de longo prazo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE); uma instituição com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e uma instituição para dar continuidade às atividades do Mercado Atacadista

---

<sup>38</sup> Associação Brasileira de empresas Geradoras de Energia Elétrica.

<sup>39</sup> Associação Brasileira dos produtores Independentes de Energia Elétrica

<sup>40</sup> Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia.

<sup>41</sup> Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores livres.

de Energia (MAE), relativa à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Outras alterações importantes foram a definição do exercício do Poder Concedente ao Ministério de Minas e Energia (MME) e a ampliação da autonomia do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

A figura 4 apresenta a configuração institucional do novo modelo do setor elétrico, modelo institucional em que se insere o processo de implantação de Usinas Hidrelétricas na Região da Bacia Hidrográfica Amazônica, no geral, e na bacia do rio Teles Pires, em particular:

FIGURA 4- ORGANIZAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO



FONTE: [http://www.ons.org.br/institucional\\_linguas/relacionamentos.aspx](http://www.ons.org.br/institucional_linguas/relacionamentos.aspx). Acesso em 19/04/2015.

O novo modelo do setor elétrico foi estruturado visando o atendimento de três objetivos principais:

- Garantir a segurança do suprimento de energia elétrica;
- Promover a modicidade tarifária;
- Promover a inserção social do Setor Elétrico Brasileiro, em particular através de programas de universalização de atendimento.

A garantia de segurança do suprimento de energia elétrica está diretamente associada à função “planejamento” setorial, atividade que no novo modelo do setor elétrico voltou a ser centralizada e desempenhada pela União. Aprofundar-nos na questão é fundamental para a compreensão do fenômeno social que analisamos.

TABELA 4- PRINCIPAIS ETAPAS NA FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1930)

PERÍODO	PRINCIPAIS EVENTOS
<b>1931-45</b>	Presença do Estado — o Estado elabora as primeiras regulamentações no setor, com destaque para a implantação do Código de Águas, em 1934. A aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro corresponde a um aumento da demanda de energia que não tem contrapartida em investimentos. Corresponde ao governo de Getúlio Vargas.
<b>1946-62</b>	Estado indutor — com a queda de Vargas, é estabelecida uma maior participação do Estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais. Criação da Eletrobrás em 1962.
<b>1963-79</b>	Modelo estatal — a Eletrobrás é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, efetuando grandes investimentos. É consolidado um novo modelo institucional que atingiu seu ápice em 1979.
<b>1980-92</b>	1980-92 Crise institucional — com a crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado. Em 1992, a inadimplência é generalizada e o modelo estatal é questionado.
<b>1993-2002</b>	Modelo híbrido — promulgada a Lei no 8.631/93, que equaciona os débitos. Começam as mudanças institucionais no setor elétrico brasileiro. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era Principalmente privada.
<b>2003-atual</b>	Novo Modelo — retomou-se o planejamento setorial centralizado pelo Estado

---

através da Empresa de Pesquisa Energética. Expansão do setor através de contratação regulada por meio de leilões, podendo a energia ser comercializada em dois ambientes, o de Contratação Regulada (ACR) e de Contratação Livre (ACL).

---

FONTE: Adaptado de Gomes e Vieira (2009, p. 300).

### *3.2.1 O PLANEJAMENTO SETORIAL COMO CONDIÇÃO PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA NO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA*

Um dos três principais objetivos que estruturam o “novo modelo” do setor elétrico, a garantia no abastecimento de energia foi tratada nos âmbitos de contratação e planejamento setorial. Se no que diz respeito à contratação o modelo previu um conjunto de medidas<sup>42</sup> a serem observadas pelos agentes, no que tange o planejamento foram adotadas medidas institucionais como a criação da “Empresa de Pesquisa Energética” (EPE), que a partir de 2003 tornou-se a responsável pelo planejamento da expansão do setor.

De acordo com Tolmasquim (2011, p.43) a EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), tornou-se responsável pela realização das seguintes atividades:

- Realizar estudos e projeções da matriz energética brasileira;
- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar de articulações para aproveitamento de rios compartilhados por vizinhos;
- Realizar estudos para determinar os aproveitamentos ótimos dos potenciais hidráulicos;

---

<sup>42</sup> Exigência de contratação de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, nova metodologia de cálculo do lastro para venda de geração, contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo de suprimento, bem como o monitoramento permanente da continuidade e da segurança de suprimento, visando detectar desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda.

- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações de empreendimentos hidrelétricos e de transmissão selecionados pela EPE;
- Elaborar os estudos necessários para o desenvolvimento dos planos de expansão da geração e transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazo.
- Promover estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação entre reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando a autossuficiência sustentável;
- Promover estudos de mercado visando definir cenários de demanda e oferta de petróleo, seus derivados e produtos petroquímicos;
- Desenvolver estudos de impacto social, viabilidade técnico - econômica e socioambiental para os empreendimentos de energia elétrica e de fonte renováveis;
- Efetuar o acompanhamento da execução de projetos e estudos de viabilidade realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;
- Elaborar estudos relativos ao plano diretor para o desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil;
- Desenvolver estudos para avaliar e incrementar o uso de energia de fontes renováveis;
- Dar suporte e participar nas articulações visando à integração energética com outros países;
- Promover estudos e produzir informações para subsidiar programas de desenvolvimento energético ambientalmente sustentáveis, incluindo eficiência energética;
- Promover planos de metas voltados à utilização racional e à conservação de energia, podendo estabelecer parcerias de cooperação com esse fim;
- Promover estudos voltados a programas de apoio, a fim de modernizar e capacitar a indústria nacional, visando maximizar a participação desta no

esforço de fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor energético;

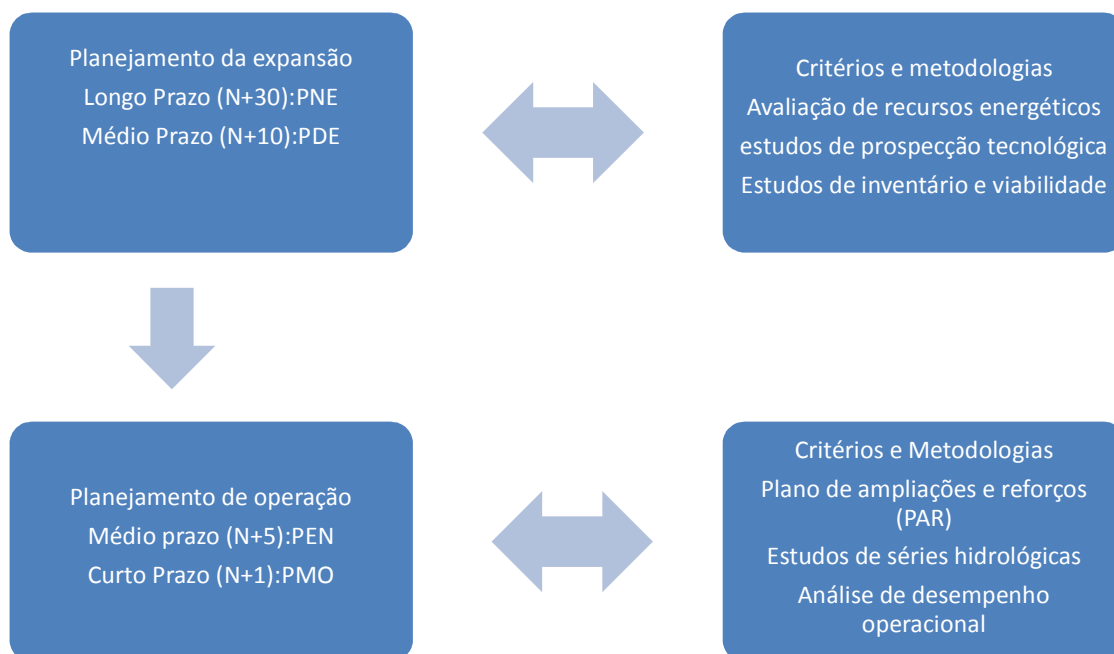
- Desenvolver estudos para incrementar a utilização de carvão mineral natural;
- Elaborar e publicar estudos de inventário de potencial de energia elétrica, proveniente de fontes alternativas.

Podemos classificar essa seara de competências em duas categorias: a) as de planejamento, propriamente dito, englobando todos os estudos sob responsabilidade da EPE; b) as de concessão, vinculadas aos processos de habilitação dos empreendimentos que participam dos leilões de energia realizados pela Aneel. No que diz respeito às atividades de planejamento, citamos os estudos de longo e médio prazo, quais sejam, o Plano Nacional de Energia 2030 e os Planos Decenais de Energia. Sobre eles nos deteremos por alguns instantes, dadas suas implicações nos processos de planejamento e implantação dos empreendimentos hidrelétricos da Bacia do Rio Teles Pires no geral, e da Usina Hidrelétrica Teles Pires, em particular.

### *3.2.2 PLANEJAMENTO DE LONGO E MÉDIO PRAZO DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL*

O planejamento energético nacional é subdividido entre planejamento da expansão, do qual fazem parte o Plano Nacional de Energia (PNE) e os Planos Decenais de Energia (PDE) e planejamento da operação, composto pelo Plano Anual de Operação Energética (PEN) e Programa Mensal de Operação (PMO).

FIGURA 5 - FLUXOGRAMA DO PLANEJAMENTO SETORIAL



FONTE: Tolmasquim (2011, p.89).

O Plano Nacional de Energia (PNE) contempla o planejamento de longo prazo no horizonte de trinta anos, considerando a expansão das fontes de energia e da rede elétrica, incluindo as interligações regionais e internacionais, além de realizar estudos de prospecção tecnológica nas áreas de geração e de transmissão. (TOLMASQUIM, 2011).

### 3.2.3 PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

Nosso objeto de estudo encontra-se inserido no “Plano Nacional de Energia 2030”, publicado pela EPE em novembro de 2007, que possui como premissa a prospecção da demanda futura de energia (curto, médio e longo prazo) como balizadora das estratégias de suprimento.



Os estudos que balizam as projeções de demanda energética consideraram quatro trajetórias possíveis, com taxas anuais médias de crescimento do PIB para o período 2005/2030: a) 5,1%; b1) 4,1%; b2) 3,2%;d) 2,2%. A esses cenários foram associadas quatro trajetórias de consumo energético distintas, considerando que: a) do consumo de 165 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP) em 2005, o consumo final de energia em 2030 variaria entre 309 e 474 milhões de TEP; b) do consumo de 375 terawatts (TWh) de energia elétrica em 2005, passaria - se a um consumo entre 847 e 1.244 TWh em 2030. Ou seja, partiu-se da premissa de aumento constante do consumo de energia durante o período. O cenário B1 foi o utilizado para o estabelecimento da expansão do sistema energético nacional.

TABELA 5- TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DE ENERGIA NO BRASIL (2005-2030)

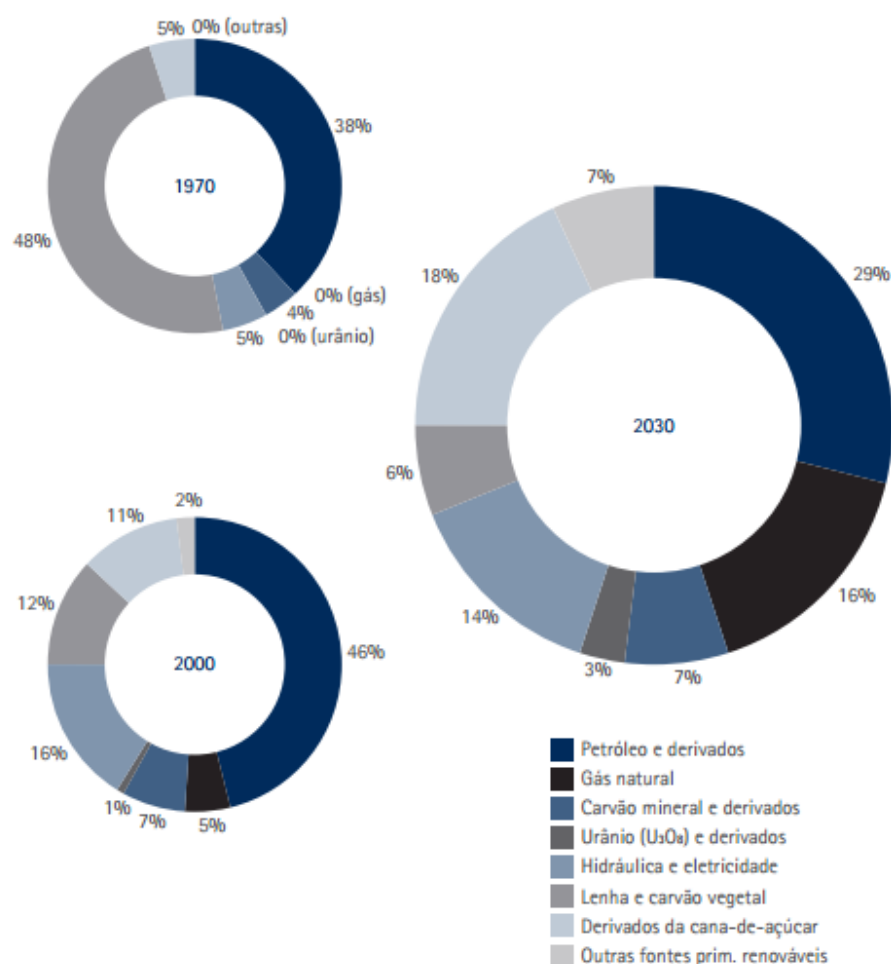
	CENÁRIO A	CENÁRIO B1	CENÁRIO B2	CENÁRIO C
<b>Energia*</b>	4,3	3,6	3,1	2,5
<b>Energia Elétrica</b>	5,1	4,1	3,9	3,5

\*Exclusive consumo no setor energético e usos não energéticos

FONTE: PNE, 2030.

Um dos objetivos do novo modelo institucional do setor elétrico, o da segurança no abastecimento energético, está intrinsecamente relacionado com a diversificação das fontes de oferta de energia.

FIGURA 6 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE OFERTA DE ENERGIA (2005 - 2030)



FONTE: PNE, 2030, p.240.

No cenário estimado pelo PNE 2030, haveria, portanto, uma diminuição da dependência energética nacional relativa aos combustíveis fósseis (que passaria de 46% em 2000 para 29% em 2030), com o concomitante aumento da oferta de fontes renováveis, que passaria de aproximadamente 25% em 2000 para cerca de 30% em 2030.

Se no que diz respeito a essas duas fontes energéticas há uma significativa expectativa de alteração na composição da matriz energética do país, o mesmo não se pode dizer da matriz hidráulica, que permaneceria constante nesses dois cenários,

apresentando uma pequena redução de sua participação na matriz energética (de 16% em 2000 para 14% em 2030).

A manutenção da participação de fontes hidráulicas no patamar de 13%-14% dependeria, entretanto, da utilização do “potencial” hidráulico na região Amazônica, uma vez que dos 174 Gigawatt (GW) considerados aproveitáveis, grande parte encontra-se nessa região.

Assim, sem avaliação dos impactos sociais e ambientais na região, o Plano Nacional de Energia 2030 afirma, sem delongas que:

(...) os aproveitamentos hidráulicos na Região Norte, são necessários e estratégicos nesse plano de longo prazo. Nessa região encontra-se a maior parte dos recursos hidrelétricos nacionais para desenvolvimento, a partir de 2010. O não aproveitamento desse potencial implicaria na necessidade de desenvolver um programa termelétrico adicional, em montantes da ordem de 50 GW. (PNE, 2030, p. 30)

Além da concepção da questão ambiental como “obstáculo”, a conclusão do parágrafo é ainda mais desprovida de sustentação teórica e/ou técnica, uma vez que esboça uma tentativa de análise ambiental comparativa.

As dificuldades relacionadas com os aspectos ambientais, de suprimento de combustível, e de custos de tal programa termelétrico seriam muito mais complexas do que o desenvolvimento das hidrelétricas amazônicas, com reflexos na dependência externa de energia e de importação de tecnologia. (PNE, 2030, p.31).

Não à toa, das treze <sup>43</sup> recomendações presentes no PNE 2030, as cinco primeiras reafirmam a opção prioritária do país por hidroeletricidade associando tal priorização

---

<sup>43</sup> As recomendações são: 1) Considerar a fonte primária hidrelétrica como a opção prioritária, em termos quantitativos, para o suprimento dos requisitos de energia elétrica do país, no período 2015/2030. Assim, considerando a capacidade instalada hidrelétrica prevista de 98 GW, em 2015, a estratégia de expansão, no período 2015/2030, prevê um montante de 70 GW hidrelétricos adicionais, com cerca de 60% deste valor constituído de usinas na Região Norte, resultando numa capacidade instalada total no país de 168 GW, em 2030; 2) Planejar o aproveitamento das bacias hidrográficas da Região Norte, por razões de viabilidade socioambiental, sem grandes reservatórios de regularização plurianual. No planejamento e no dimensionamento destas usinas hidrelétricas e dos respectivos sistemas de transmissão, considerar que a regularização anual e plurianual da geração sazonal das mesmas seria viabilizada através da integração com o Sistema Interligado Nacional, que apresenta um elevado grau de regularização, proporcionado pelos grandes reservatórios já existentes; 3) Reavaliar, com novos estudos de engenharia e socioambi-

ao “aproveitamento do potencial hidroenergético” dos rios amazônicos. Vainer (2007, p.129) chama a atenção de que o Novo modelo institucional do setor elétrico representa, na prática, um recuo frente ao debate ambiental nos últimos anos.

Ao tratar a energia como uma *commodity* como outra qualquer, ao conceber a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica como uma indústria – melhor seria dizer um negócio – como outra qualquer, a reestruturação fez tábula rasa de todo o debate ambiental dos últimos vinte anos, bem como da experiência recolhida na implantação de grandes projetos hidrelétricos. A pretensão de externalizar a questão social e ambiental, isto é, considerá-la

---

entais, a parcela de 86 GW do potencial hidrelétrico nacional, não considerada na parcela a ser aproveitada até 2030. Isto objetiva caracterizar a viabilidade de seu aproveitamento, com o enfoque de uso múltiplo do recurso hídrico, após o horizonte deste Plano, considerando a importância estratégica para o país deste recurso natural; 4) Priorizar a realização, até o ano de 2012, dos estudos de inventário das bacias hidrográficas e dos rios onde se localizam as usinas hidrelétricas consideradas para aproveitamento até 2030. Simultaneamente à conclusão destes inventários, desenvolver os estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas, com os melhores índices de economicidade, visando disponibilizar uma carteira de projetos hidrelétricos para ser considerada nas atividades de planejamento, no âmbito dos Planos Decenais; 5) Prosseguir o aproveitamento dos recursos hidrelétricos nacionais, incluindo as PCHs, nos montantes estabelecidos por este Plano, nas diversas regiões geográficas do país. Nas usinas da região Norte, priorizar o atendimento dos mercados da própria região, disponibilizando os excedentes para o Sistema Interligado Nacional; 6) Incorporar nos futuros Planos Decenais um programa termelétrico nos montantes identificados neste Plano e analisar sua economicidade visando a inclusão de usinas termelétricas nos futuros leilões de energia, nas regiões geográficas identificadas neste Plano; 7) Definir o prosseguimento do programa nuclear brasileiro, após Angra III, com uma expansão mínima de 4 GW, podendo alcançar 8 GW até 2030, nas regiões Sudeste e Nordeste, iniciando os estudos de localização destas novas centrais nucleares; 8) Programar a elevação da produção de petróleo, do valor atual de 1,7 milhões de barris/dia em 2005, para 3 milhões de barris/dia em 2030, procurando ajustar a produção à demanda prevista, mantendo neste horizonte de longo prazo a auto-suficiência nacional no setor de petróleo. Continuar o esforço em exploração e produção, priorizando a pesquisa para avanços no conhecimento geológico das bacias sedimentares e nas tecnologias de prospecção e extração, de forma a manter a relação reserva/produção em níveis semelhantes aos atuais no Brasil, considerando também a prática internacional. 9) Considerar a agroenergia como uma contribuição importante para a solução dos problemas da sustentabilidade do fornecimento de combustíveis, com menor impacto ambiental, social e econômico para o consumidor. Monitorar as áreas agriculturadas e agriculturáveis, e investir em tecnologia para a melhoria do processo produtivo, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável; 10) Promover a elevação da produção nacional de gás natural, reduzindo a necessidade de importação no longo prazo, minimizando a dependência do país deste energético. Realizar um estudo específico visando estabelecer a participação mais adequada, quanto às importações, sob a ótica de estratégia de abastecimento, entre gasodutos oriundos dos países vizinhos e GNL; 11) Promover a eficiência energética para que se torne uma opção sustentável aos investimentos na expansão da oferta de energia, com o objetivo de minimizar impactos ambientais, por meio de mecanismos estruturantes e operacionais, para induzir os consumidores e produtores de energia a atingir as metas definidas neste Plano; 12) Analisar mecanismos de fomento às fontes alternativas renováveis de forma a aumentar a participação destas fontes na Matriz Energética Nacional, tais como da agroenergia (biomassa da cana, óleos vegetais e resíduos sólidos urbanos) e a energia eólica, conforme apontado neste Plano; 13) Direcionar os recursos de P&D disponíveis no setor para as áreas prioritárias estudadas neste documento, com especial destaque para os temas bioenergia, eficiência energética e energias renováveis, além de reservar uma parcela dos recursos para novas pesquisas.

como externa ao empreendimento, representou lamentável recuo em relação à consciência, que parecia consolidada mesmo nas agências multilaterais, de que a questão social e ambiental é intrínseca aos grandes projetos, deles inseparável.

De fato, embora a recomendação número dois estabeleça que sejam excluídos projetos de usinas hidrelétricas com reservatórios plurianuais (diminuindo o tamanho dos reservatórios), a recomendação número quatro ressalta que nos estudos de viabilidade deve ser respeitado o princípio da economicidade e não o da viabilidade social e ambiental dos projetos.

Com base nas diretrizes e recomendações estabelecidas no PNE 2030, são divulgadas, anualmente, os Planos Decenais de Energia<sup>44</sup> que estabelecem, em um horizonte de dez anos, as alternativas de expansão do parque gerador e as interligações regionais. As alternativas são analisadas a partir de um conjunto de estudos, tais como energéticos e elétricos. As datas de entrada dos projetos são definidas a partir de critérios de segurança e economicidade definidos no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética. (CNPE).

#### 3.2.4 PLANOS DECENAIIS DE ENERGIA

Instrumento setorial de planejamento da expansão energética nacional de médio prazo, os planos decenais de energia (PDE) estabelecem as orientações para expansão da oferta de energia no intervalo de dez anos, indicando a composição da matriz energética futura e um cronograma dos projetos com sinalização das datas em que devem entrar em operação.

A política energética baseia-se na premissa da escassez energética e os planos decenais são estruturados a partir dessa “espinha dorsal (...): se há falta de energia e combustível, providencia-se mais” (HERNANDEZ, 2012, p. 795). Os primeiros capítulos

---

<sup>44</sup> Até a data de elaboração da tese foram divulgados nove PDES. Para maiores informações acessar: <http://www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx>

dos PDES são um esforço nesse sentido, apresentado com projeções econômicas e demográficas que sustentam, sob esta ótica, a lógica da expansão da oferta de energia.

Bermann (2012, p. 16) questiona a real existência de “planejamento” setorial, uma vez que os sucessivos planos de energia preveem o atendimento das cargas futuras projetadas.

Sob influência do capital financeiro internacional, e sob influência da *Dam Industry*, o Brasil construiu seu sistema elétrico priorizando a geração hidrelétrica, estimulou sub-setores industriais e atendeu o suprimento a determinados setores em detrimento de outros. Por este desenvolvimento histórico, criou-se um emaranhado de interesses que não nos permite afirmar que possa existir uma capacidade previsível de planejamento. Pelo contrário, apenas um atendimento de cargas futuras, multiplicando o cenário presente para o futuro muito incerto, diante da complexidade do arranjo de interesses que estão em jogo. Dentro deste campo estão empreiteiras, indústrias de equipamentos, geradoras, comercializadoras, agências reguladoras, grupos políticos e econômicos que conflitam entre si, e disputam com governos a utilização do discurso da energia para angariar votos. (IBDEM).

Além do caráter “ofertista” do planejamento setorial, outro ponto amplamente questionado refere-se à forma como é incorporada a dimensão socioambiental no planejamento energético de médio e longo prazo no Brasil. Sobre este aspecto devemos nos deter por alguns instantes.

### **3.2.5 NATUREZA E SOCIEDADE NOS PLANOS DECENAIIS DE ENERGIA: O EXEMPLO DOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS DA BACIA DO RIO TELES PIRES**

Tanto o Plano Nacional de Energia quanto os sucessivos Planos Decenais trazem capítulos específicos sobre meio ambiente. Enquanto o Plano Nacional apresenta uma avaliação de impactos socioambientais de tipo “clássico”, ou seja, com foco nas chamadas “interferências” dos projetos sobre unidades de conservação e comunidades tradicionais, os planos decenais apresentam metodologias de “incorporação” dos aspectos socioambientais distintos em cada ciclo. Incorporação, em aspas, deve-se ao fato de que a decisão pela implantação dos empreendimentos independe dos impactos sociais e ambientais por eles gerados e que,

independentemente da metodologia aplicada na análise dos impactos socioambientais, os planos apresentam tão e somente caracterizações socioambientais gerais sustentadas por dados oficiais, incapaz de realizar qualquer inferência válida cientificamente sobre a viabilidade socioambiental real dos projetos.

Os Planos Decenais de Energia apresentam quatro modalidades do que chamam de metodologia<sup>45</sup> de análise dos aspectos socioambientais nos projetos que compõem a carteira de investimentos previstos no planejamento de expansão do parque de geração hidrelétrica. As chamadas metodologias diferem-se apenas pelo tratamento que os resultados apresentados devem receber dos planejadores do Estado e investidores (Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética, Empresas do setor de geração de energia hidrelétrica etc.) e não pela natureza e confiabilidade dos dados utilizados, uma vez que em todos os ciclos são utilizados exclusivamente dados secundários, originados de respostas dadas pelos próprios agentes do setor elétrico a questionários de avaliação socioambiental e não de conclusões apresentadas nos estudos de viabilidade<sup>46</sup> ou nos estudos ambientais, apresentados aos órgãos licenciadores.

A avaliação foi feita com base em numerosas informações obtidas junto aos agentes interessados que responderam, por solicitação da EPE, a um questionário detalhado sobre os aspectos socioambientais abordados nos estudos de inventário, de viabilidade e nos EIA/RIMA de cada empreendimento. (EPE 2006, p.240).

---

<sup>45</sup> Conforme dito anteriormente, tratam-se de modelos de tratamento (administrativo, político e/ou social) que os planejadores, gestores públicos e investidores devem dar aos projetos visando à viabilização dos leilões de energia nova e cumprimento do prazo de entrada em operação comercial previsto no PDE, uma vez que a natureza, origem e confiabilidade das informações permanecem as mesmas. O PDE 2015 apresenta uma metodologia cujo resultado visa o estabelecimento do “Nível de Incerteza” dos projetos no cumprimento dos prazos estabelecidos no planejamento para entrada em operação comercial, sugerindo ações de cunho administrativo aos gestores. Os PDEs 2016 e 2017 utilizam o “Nível de Ação” e visam estabelecer os Níveis de Ação necessários para “viabilização dos empreendimentos” (PDE, 2017, p.352), também com foco em sugestões de ação de cunho administrativo por parte dos gestores públicos ou privados dos projetos previstos no plano. Os PDEs 2019,2020 e 2021 tentam apresentar uma nova metodologia, baseada “no índice de sustentabilidade” dos projetos. Já os PDEs de 2022 e 2023 retomam a problemática da viabilização dos projetos e utilizam a metodologia “Temas prioritários para gestão ambiental”.

<sup>46</sup> O Estudo de Viabilidade da UHE Teles Pires foi aprovado em 2010 (Despacho Aneel nº3.807/2010); o da UHE Colíder em 2010 (Despacho Aneel nº1.689 de 2010); o da UHE São Manoel em 2013 (Despacho 4.236/2013) e o da UHE Sinop em 2012 (Despacho nº 3.164/201).

Causa estranheza, portanto, que à época de elaboração do PDE 2015 (2005) foram utilizados dados do EIA/RIMA dos três maiores empreendimentos hidrelétricos previstos naquele momento, quais sejam, UHE Belo Monte, UHE Santo Antônio e UHE Jirau, empreendimentos que tiveram as Licenças Prévias emitidas, respectivamente, em 2010, 2007 e 2007.

Independente da metodologia utilizada, esse padrão repete-se em todos os Planos lançados. No PDE 2016, os empreendimentos planejados na Bacia do Rio Teles Pires <sup>47</sup> aparecem rapidamente como projetos indicativos, sem a correspondente e esperada análise (individualizada e /ou por bacia) da dimensão socioambiental. O PDE apresenta uma tabela contendo a situação das hidrelétricas com estudo de viabilidade em elaboração e com entrega prevista à época para 2008:

TABELA 6 - PRAZOS INICIAIS PARA ENTREGA DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

USINA	RIO	UF	POTÊNCIA (MW)	AGENTE INTERESSADO	DATA
<b>Breão</b>	Do Sono	GO	75,0	Eletronorte + EDP	15/02/2008
<b>Novo Acordo</b>	Do Sono	GO	160,0	Eletronorte + EDP	25/02/2008
<b>Buriti Queimado</b>	Das Almas	GO	142,0	Furnas + Rialma	20/12/2008
<b>Maranhão</b>	Maranhão	GO	125,0	Furnas+ Energética Tech+ JP Eng. + PCE = Rialma	30/07/2008
<b>Verde 11 Alto (*)</b>	Verde	MT	48,3	Galvão Engenharia S/A	10/03/2008
<b>Verde 11 Alto (*)</b>	Verde	MT	48,3	Cia Técnica de Eng. Elétrica	25/08/2008
<b>Porteiras</b>	Maranhão	MT	86,0	Furnas	10/03/2008
<b>Colíder (*)</b>	Teles Pires	MT	342,0	Eletronorte + Furnas +	10/03/2008

<sup>47</sup> O PDE 2016 previu a implantação de seis Usinas Hidrelétricas na Bacia do Rio Teles Pires, totalizado 3.697 MW de potência. São elas (de montante à jusante): UHE Magessi, UHE Sinop, UHE Colíder, UHE Teles Pires, UHE São Manoel e UHE Foz do Apicás.



				Andrade Gutierrez	
<b>Colíder (*)</b>	Teles Pires	MT	342,0	EPE	10/03/2008
<b>Foz do Apiacás (*)</b>	Apiacás	MT	275,0	OAS + L&S	30/07/2008
<b>Foz do Apiacás (*)</b>	Apiacás	MT	275,0	EPE	10/03/2008
<b>Magessi</b>	Teles Pires	MT	53,0	EPE	30/07/2008
<b>São Manoel</b>	Teles Pires	MT	746,0	EPE	10/03/2008
<b>Sinop (*)</b>	Teles Pires	MT	461,0	Eletronorte + Furnas + CCCC	25/03/2008
<b>Sinop (*)</b>	Teles Pires	MT	461,0	EPE	31/01/2008
<b>Teles Pires (*)</b>	Teles Pires	MT	1820,0	Eletronorte + Furnas + PCE + Engevix + CCCC	31/01/2008
<b>Teles Pires (*)</b>	Teles Pires	MT	1820,0	EPE	15/02/2008
<b>Travessão</b>	Manhaçu	GO	55,0	Poente Energia	25/02/2008
<b>Banharão</b>	Pardo	GO	63,0	Poente Energia	20/12/2008
	Pardo	GO	67,0	Poente Energia	30/07/2008

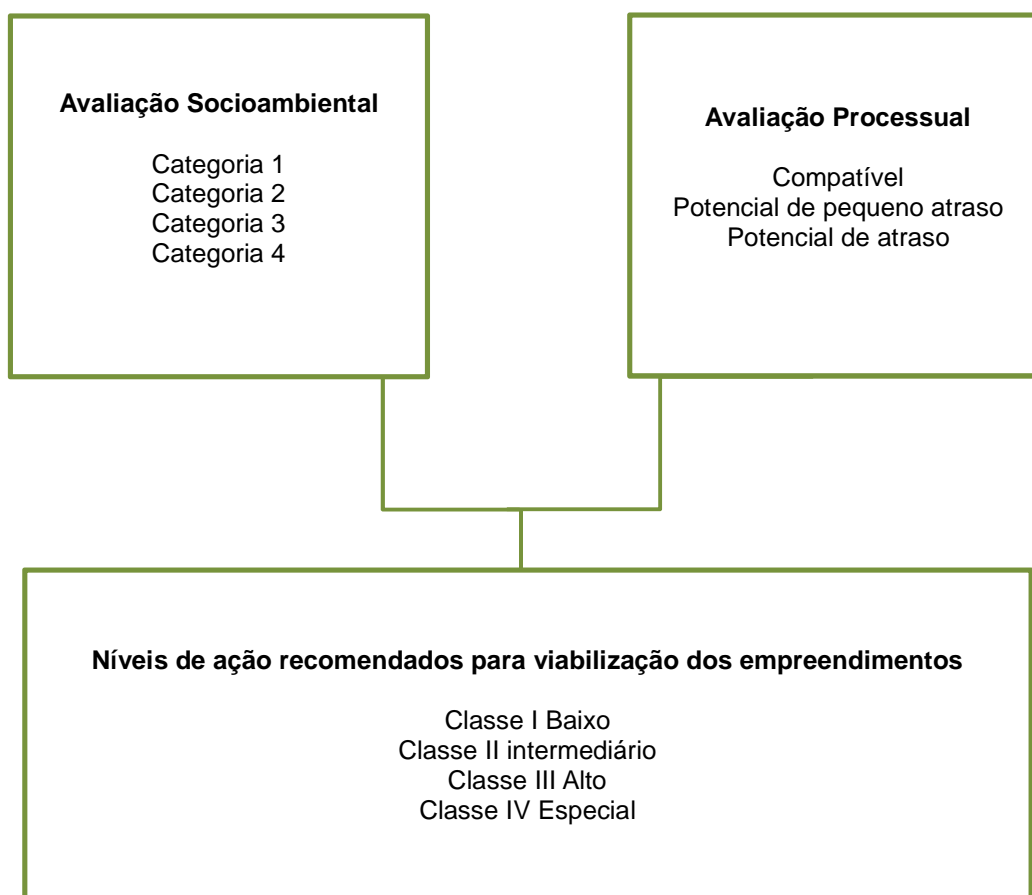
FONTE: EPE, 2007.

\*Empreendimentos que, naquela ocasião, possuíam de dois registros ativos junto à Aneel.

É no PDE 2017 que os empreendimentos da Bacia do Rio Teles Pires aparecem de forma mais consistente, com indicação de data para entrada em operação das Usinas Hidrelétricas planejadas e análise socioambiental individualizada dos projetos, realizada a partir da “(...) participação dos agentes do setor na realização dos estudos, formalizada pela participação em reuniões dos estudos socioambientais (discussão dos critérios, fornecimento de informações, consolidação das avaliações e análise dos resultados” (EPE, 2009, p.351).

Utilizando a metodologia que denominamos “Nível de Ação”, o referido plano cruzou as variáveis “Avaliação Socioambiental” e “Avaliação processual” visando o estabelecimento de “Níveis de ação” recomendados para viabilização dos empreendimentos que deveriam ser seguidos pelos agentes do setor elétrico.

FIGURA 7 - ESQUEMA DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL PDE 2017



FONTE: EPE, 2009.

A tabela 7 apresenta a classificação dos projetos hidrelétricos de Sinop, Colíder, Teles Pires, São Manoel a partir da aplicação da metodologia supracitada. A primeira letra da coluna “impacto” designa o grau de impacto sobre o meio biótico e a segunda para o meio socioeconômico, considerando uma escala em que “a” representa o menor impacto socioambiental e “d” o maior.

TABELA 7 - CLASSIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO TELES PIRES

UHE	POTÊNCIA (MW)	ETAPA PROJETO	DATA PLANO	AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL		NÍVEL DE AÇÃO
				Impactos	Categoria	
<b>Sinop</b>	461	Viabilidade	2015	DB*	3	Alto
<b>Colíder</b>	342	Viabilidade	2015	BC	2	Intermediário
<b>Teles Pires</b>	1820	Viabilidade	2016	CB	2	Intermediário
<b>São Manoel</b>	746	Viabilidade	2015	BB	1	Especial
<b>Foz do Apiacás</b>	375	Viabilidade	2015	BC	2	Intermediário

FONTE: EPE, 2009.

De acordo com a avaliação socioambiental presente do planejamento setorial da expansão da geração, dos empreendimentos da Bacia do Rio Teles Pires nenhum apresenta impactos socioambientais extremamente significativos (categoria 4), apesar da localização de todos os projetos na região amazônica, do quantitativo de vegetação nativa a ser suprimida, do atingimento de Assentamento Rural (UHE Sinop) e da proximidade com a Terra Indígena (T.I) Kayabi (São Manoel e Foz do Apiacás<sup>48</sup>, cujas barragens distam 2 quilômetros<sup>49</sup> e 1 quilômetro<sup>50</sup>, respectivamente, da T.I.

O PDE 2019, por sua vez, apesar de propor uma metodologia de incorporação dos aspectos socioambientais baseada na ideia de “sustentabilidade<sup>51</sup>”, ratifica a

<sup>48</sup> Até o momento da elaboração da tese, a UHE Foz do Apiacás não havia recebido a licença prévia do empreendimento.

<sup>49</sup> Fonte: <http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/Rimas/Rima%20-%20UHE%20S%C3%A3o%20Manoel.pdf>

<sup>50</sup> Fonte: <http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/Rimas/Rima%20-%20UHE%20Foz%20do%20Apiac%C3%A1s.pdf>

<sup>51</sup> De acordo com A EPE (2010, p. 269) as análises socioambientais dos aproveitamentos hidrelétricos foram baseadas em um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável escolhidos com base na experiência do setor elétrico e no rol de indicadores formulados para o Brasil pelo Instituto Brasileiro de

avaliação anterior sobre os projetos hidrelétricos previstos na Bacia do Rio Teles Pires:

TABELA 8 - ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS POR BACIA HIDROGRÁFICA

BACIA HIDROGRÁFICA/CLASSIFICAÇÃO	MUITO ALTA	ALTA	MÉDIA	TOTAL DE PROJETOS
Araguaia	-	3	-	3
Araguaia-AP	-	1	1	1
Doce	-	1	-	1
Grande	1	-	-	1
Iguaçu	-	1	-	1
Paraíba do Sul	-	-	1	1
Paranaíba	-	1	-	1
Parnaíba	-	1	4	5
Tapajós	-	3	3	6
Teles Pires	-	2	3	5
Tibagi	-	1	-	1
Tocantins	-	1	2	3
Uruguai	-	3	-	3
Xingu	-	-	-	1
Total de Projetos	1	18	14	33

FONTE: EPE, 2010.

A primeira característica que salta à vista é o fato de nenhum projeto hidrelétrico ser enquadrado no rol de “baixa sustentabilidade”, seguida pela surpresa em notar que, conforme demonstrado na figura 8, os dados “otimistas” são sustentados pelos indicadores socioeconômicos<sup>52</sup>, com inclusão dos chamados “benefícios fiscais e

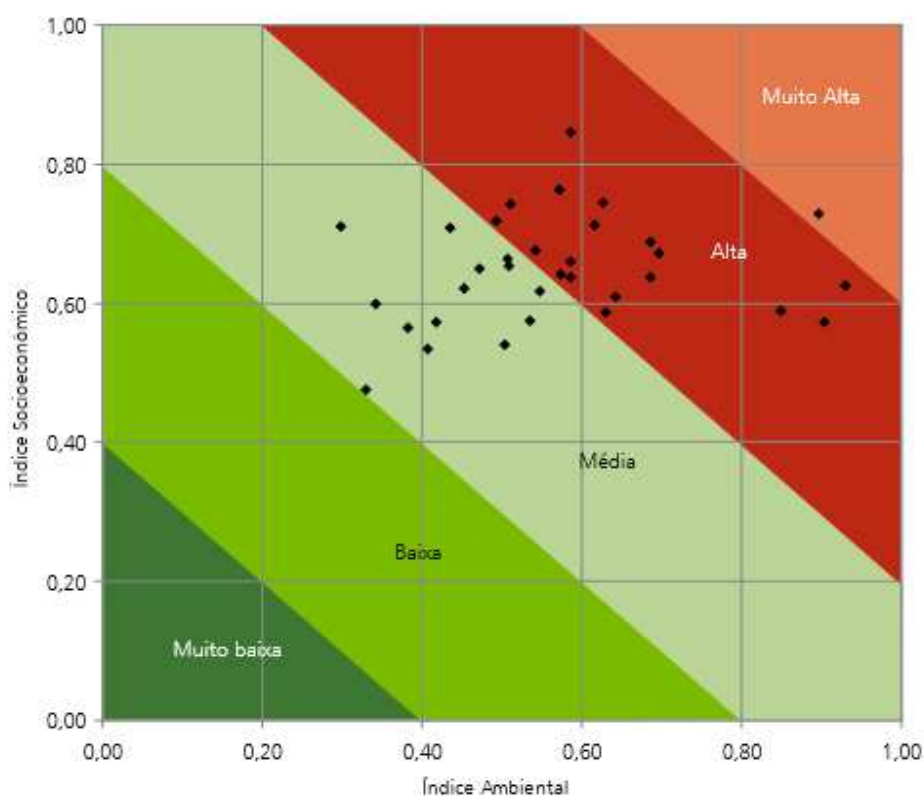
---

Geografia e Estatística (IBGE) e pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS). Os temas e indicadores foram selecionados tendo como foco as especificidades do setor elétrico e, em particular, as usinas hidrelétricas.

<sup>52</sup> As categorias socioeconômicas são: população afetada (hab), interferência em terra indígena, interferência em assentamento do Incra, nº de pessoas atraídas/população residente no Município de apoio à obra, população desocupada/ população economicamente ativa, Interferência em área urbana, interferência na circulação e comunicação regional, Compensação Financeira/ Receita dos municípios, ISS/Receita do município, Perda de área produtiva/área produtiva total dos Municípios.

econômicos da obra” no computo de “sustentabilidade”, enquanto os indicadores ambientais<sup>53</sup> restringem-se aos impactos irreversíveis ao meio ambiente.

FIGURA 8 - RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE USINAS HIDRELÉTRICAS



FONTE: PDE, 2010, p.270.

A efetividade da incorporação da dimensão socioambiental no planejamento do setor elétrico permanece distante de concretização. A viabilidade ou a sustentabilidade dos projetos não está associada aos resultados dos estudos exigidos na legislação ambiental e tampouco é resultado de debates envolvendo o conjunto da sociedade

<sup>53</sup> As categorias ambientais são: área alagada por potência instalada (km<sup>2</sup>/MW), perda de vegetação (km<sup>2</sup>), trecho do rio alagado (km), interferência em área Prioritária para Conservação da Biodiversidade (APCB) e Interferência em Unidade de Conservação (UC).

brasileira. As características de poder típicas da formação do Estado Brasileiro, ou seja, seu caráter “exclusivista que obedece a processos de decisão que respondem a interesses particulares de grupos mais bem organizados (...), forte padrão tecnocrático hierárquico e formalístico de resolução de conflitos” (FERREIRA, 1997, p. 80) são reeditados a cada ciclo do planejamento setorial. O constante atraso nas obras e aumento dos custos ambientais relacionados à implantação de Usinas Hidrelétricas tem demonstrado que tal estratégia não tem sido eficaz para o próprio setor.

TABELA 9 - PLANEJAMENTO DA ENTRADA EM OPERAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS NA BACIA DO RIO TELES PIRES

PREVISÃO ENTRADA EM OPERAÇÃO	EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS (UHE)			
	Sinop	Colíder	Teles Pires	São Manoel
<b>PDE 2015</b>	-	-	-	-
<b>PDE 2016</b>	Julho 2014	Fevereiro 2015	Setembro 2015	Janeiro 2015
<b>PDE 2017</b>	Janeiro 2015	Janeiro 2015	Janeiro 2016	Janeiro 2015
<b>PDE 2019</b>	Dezembro 2015	Janeiro 2015	Janeiro 2015	Novembro 2015
<b>PDE 2020</b>	Janeiro 2016	2015	2015	Dezembro 2016
<b>PDE 2021</b>	Janeiro 2017	2015	2015	Fevereiro 2017
<b>PDE 2022</b>	2018	2015	2015	Fevereiro 2018
<b>PDE 2023</b>	2018	2015	2015	2018
Edital Leilão	Janeiro 2018	Janeiro 2015	Janeiro 2015	Maio 2018

A tabela evidencia o que tem sido, na última década, uma constante no planejamento energético nacional, ao menos no que diz respeito à expansão hidroenergética: a dificuldade da União em cumprir os prazos estabelecidos em sua própria agenda, decorrente, em sua maioria, de um planejamento da expansão que relativiza a importância dos aspectos socioambientais dos projetos, fato que torna ainda mais complexo e conflituoso o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos.

### 3.2.6 A MODICIDADE TARIFÁRIA

Assim como a segurança energética, o princípio da modicidade tarifária é eixo estruturante do novo modelo do setor elétrico brasileiro, “fator essencial para o atendimento da função social da energia e que concorre para a melhoria da competitividade da economia”. (MME, 2006, p.3). Visando a modicidade tarifária, o novo modelo do setor buscou maximizar a competição<sup>54</sup> entre os agentes geradores de energia, através de licitações pelo critério de menor tarifa.

Um dos elementos centrais do novo modelo são os leilões para a compra de energia. No modelo anterior, as distribuidoras podiam contratar energia de empresas geradoras do mesmo grupo empresarial. Elas tinham autorização para passar o preço dessa energia mais cara para a tarifa dos consumidores de sua região. O novo modelo do setor elétrico obrigou as distribuidoras a comprarem toda a sua energia através de leilões públicos. (TOLMASQUIM, p XVII, 2011).

O Novo Modelo do Setor Elétrico prevê a compra de energia elétrica em dois ambientes: no ambiente de contratação regulada (ACR) e no ambiente de contratação livre (ACL). Enquanto no ACL geradoras e produtoras independentes comercializam energia em quantidades e preços livremente negociados para os consumidores livres, o ACR caracteriza-se pela compra de energia pelas distribuidoras por meio de leilões. A compra de energia é feita a partir do critério da menor tarifa, objetivando a redução do custo de aquisição da energia elétrica a ser repassada para a tarifa dos consumidores cativos.

No âmbito da licitação de Usinas Hidrelétricas, o novo modelo adequou-se ao princípio da modicidade tarifária:

No modelo anterior, ganhava o leilão de concessão de hidrelétrica quem

---

<sup>54</sup> De acordo com Tolmasquim (2011, p.22) o modelo anterior, baseado no chamado “Valor Normativo” (VN), mostrou-se oneroso para o consumidor final, pois não captava os ganhos de eficiência, uma vez que as geradoras e distribuidoras negociavam energia com base na VN e não na competição. O VN era usado como referência para o repasse do preço de energia das distribuidoras. (Art. 10, Lei nº9.648 de 1998).

oferecesse o maior ágio pelo Uso do Bem Público (UBP). No novo marco regulatório, o vencedor é quem aceita o menor preço pela venda da energia. O vencedor da licitação, além de ganhar a concessão, recebe um contrato de longo prazo, eliminando o risco de construir uma usina e ficar descontratado. (TOLMASQUIM, p XVII, 2011).

A tabela 10 apresenta os preços – teto para lance dos aproveitamentos hidrelétricos da Bacia do Rio Teles Pires, confrontando-os com os valores dos lances e de venda para as distribuidoras.

TABELA 10 - PREÇO DE REFERÊNCIA X PREÇO DE LANCE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES

EMPREENHIMENTO	PREÇO DE REFERÊNCIA (R\$)	PREÇOS FINAIS	
		Lance (R\$)	Venda (R\$)
<b>UHE Sinop</b>	118,00	109,40	109,40
<b>UHE Colíder</b>	116,00	103,42	103,42
<b>UHE Teles Pires</b>	87,00	58,36	58,35
<b>UHE São Manoel</b>	107,00	83,49	83,49

FONTE: Aneel.

Os Preços de Referência, preços - teto dos empreendimentos são aqueles considerados nos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica <sup>55</sup> dos aproveitamentos, calculados pela empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e não contemplam as exigências presentes nas licenças

<sup>55</sup> De acordo com o Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas da Eletrobrás (2007), os Estudos de Viabilidade são uma etapa na qual são efetuados estudos mais detalhados, para a análise da viabilidade técnica, energética, econômica e socioambiental que leva à definição do aproveitamento ótimo que irá ao leilão de energia. Os estudos contemplam investigações de campo no local e compreendem o dimensionamento do aproveitamento, do reservatório e da sua área de influência e das obras de infraestrutura locais e regionais necessárias para sua implantação. Incorporam análises dos usos múltiplos da água e das interferências socioambientais. Com base nesses estudos são preparados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de um empreendimento específico, tendo em vista a obtenção da licença prévia (LP) junto aos órgãos ambientais.



ambientais prévias, uma vez que os estudos de viabilidade ou são elaborados anteriormente ou simultaneamente aos estudos de impacto ambiental.

O princípio da modicidade tarifária, tal qual desenhado pelo Novo Modelo do Setor Elétrico, no que diz respeito aos Leilões de Energia Hidrelétrica, tem efeito paradoxal: se de um lado entende que o aumento da competição entre os geradores de energia é condição para o estabelecimento de tarifas socialmente justas, de outro faz isto à custa dos impactos sociais e ambientais que os estes projetos causam as regiões que os recebem, uma vez que os preços de referência dos empreendimentos não compreendem as avaliações dos impactos e medidas que deverão ser adotadas pelos empreendedores, uma vez que estas definições só ocorrerão no decorrer dos processos de licenciamento ambiental.

### *3.2.7 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO*

Segurança no suprimento e modicidade tarifária são princípios estruturantes do novo modelo do setor elétrico que definem os procedimentos administrativos de concessão, implantação e operação de obras associadas à geração de energia elétrica no Brasil.

Se, de uma forma ou outra, esses princípios tem estado presentes nos modelos anteriores do setor, é no Novo Modelo que se associam a um modelo de licitação do serviço público que apregoa o aumento da competitividade entre geradores de energia a partir de um planejamento centralizado de expansão da oferta de energia.

No sentido de estimular a propagada competição, o novo modelo do setor elétrico, contrariando a legislação ambiental <sup>56</sup>, passou a exigir, como condição de habilitação para os leilões, que os empreendimentos hidrelétricos apresentassem licença ambiental prévia emitida (e válida) pelo órgão licenciador. Essa exigência nada tem a ver com incorporação dos impactos sociais e ambientais dos projetos no custo da

---

<sup>56</sup> Resolução Conama 237/1997, art. 10°.

obra, uma vez que não estão contemplados em seus preços de referência.

Acontece, porém, que, no afã de entregar a empreendedores privados concessões para exploração de potenciais hidrelétricos, a Aneel começou a aceitar que, ao contrário do que estabelecia a lei, a licença passasse a ser solicitada, e fornecida, antes mesmo que se soubesse quem seria o empreendedor, isto é, antes da licitação. Em favor desse procedimento, tornado regra pelo chamado novo modelo do setor elétrico instaurado no primeiro governo Lula, seus defensores arguem que nenhuma empresa privada se interessaria em participar da licitação de um aproveitamento sem saber se, e em que condições, seria obtida a licença ambiental. Nas novas condições, estabelecidas inicialmente na prática e posteriormente na lei, a empresa vencedora da licitação obtém a concessão sem ter assumido nenhum compromisso com as populações atingidas ou com o órgão ambiental, como tampouco sem ter participado das audiências públicas realizadas como momentos do processo de licenciamento. (VAINER, 2007, p.125).

Do exposto, não resta alternativa a não ser o de concordar com Vainer (2007, p. 128) que “o chamado novo modelo do setor elétrico (...), no que diz respeito às questões sociais e ambientais, em nada alterou o rumo das tendências que se vinham afirmando desde o início dos anos 1990”.

A questão dos impactos socioeconômicos dos aproveitamentos hidrelétricos sobre os municípios impactados pelas Usinas de Colíder, Sinop, Teles Pires e São Manoel é exemplo significativo deste contexto. Mergulhados na ideia de que grandes projetos de infraestrutura geram desenvolvimento e progresso para as regiões em que se instalam, os impactos sobre os equipamentos públicos e indicadores sociais foram subavaliados no preço de referência dos projetos, gerando uma série de embates entre empreendedores, Ministério Público e Municipalidades sobre as responsabilidades frente a esse quadro, considerando a implantação das usinas Hidrelétricas de Colíder, Sinop, Teles Pires e São Manoel.

#### 4 DESCONSTRUINDO O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: USINAS HIDRELÉTRICAS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SOBRE OS MUNICÍPIOS NA BACIA DO TELES PIRES

Os primeiros estudos visando identificar possíveis áreas para implantação de Usinas Hidrelétricas no Rio Teles Pires remontam à década de 1980, realizados pelas Centrais Elétricas do Norte do País S/A (Eletronorte). Tais estudos, não concluídos, foram retomados em 2001 por algumas das empresas que compõem o sistema “Centrais Elétricas Brasileiras S.A” (Eletrobrás), no caso, Eletrobrás, Eletronorte e Furnas.

O estudo chamado “Inventário hidrelétrico da bacia do Rio Teles Pires” foi finalizado em 2005 e selecionou <sup>57</sup> 6 (seis) aproveitamentos hidrelétricos, com potência instalada total de 3.697 MW e potência média total de 1.961 MW. A tabela 11 detalha os aproveitamentos selecionados, as respectivas potências instaladas, áreas do reservatório e municípios atingidos por cada uma:

TABELA 11 - APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS SELECIONADOS NO ESTUDO DE INVENTÁRIO NA BACIA DO RIO TELES PIRES

APROVEITAMENTOS	POTÊNCIA INSTALADA	ÁREA DO RESERVATÓRIO (KM²)	UF	MUNICÍPIOS ATINGIDOS
<b>Magessi</b> <sup>58</sup>	53 MW	59,70	MT	Nova Ubiratã, Paranatinga, Santa Rita do Trivelato, Sorriso.
<b>Sinop</b>	461 MW	329,60	MT	Sinop, Cláudia, Ipiranga

<sup>57</sup> O inventário não apenas “identifica” os locais de “potencial” energético do rio. A partir da “identificação” dos locais com “potencial” energético, calcula-se o Índice Custo/Benefício do aproveitamento. Para maiores informações da metodologia utilizada no cálculo acessar: [http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/LeilaoA-2005\\_5/Metodologia%20de%20Calculo%20do%20ICB\\_R2.pdf](http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/LeilaoA-2005_5/Metodologia%20de%20Calculo%20do%20ICB_R2.pdf).

<sup>58</sup> Uma vez que esse aproveitamento hidrelétrico não foi desenvolvido posteriormente, as análises que seguem nos próximos capítulos desconsideram a UHE Magessi.

				do Norte, Itaúba e Sorriso.
<b>Colíder</b>	342 MW	123,30	MT	Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte.
<b>Teles Pires</b>	1820 MW	147,72	MT/PA	Paranaíta, Jacareacanga
<b>São Manoel</b>	746 MW	70,79	MT/PA	Paranaíta, Jacareacanga
<b>Foz do Apiacás<sup>59</sup></b>	275 MW	89,60	MT	Apiacás, Nova Monte Verde, Paranaíta
<b>TOTAL</b>	<b>3.697 MW</b>	<b>820,71</b>	<b>-</b>	

FONTE: LEME-CONCREMAT, 2009.

O objetivo desse capítulo é evidenciar a dimensão regional dos conflitos socioambientais envolvendo empreendedores, órgãos ambientais, Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e Municípios quanto aos impactos sociais e econômicos gerados pela implantação de Grandes Projetos de Investimentos sobre as realidades municipais. Trata-se de demonstrar que o discurso de desenvolvimento regional frequentemente associado às grandes obras de infraestrutura, no caso dos municípios da Bacia do Rio Tele Pires, foi substituído pelo seu oposto, ou seja, o discurso de precarização das condições de vida da população dos municípios atingidos por essas obras.

Dialogaremos com as ideias apresentadas por Vainer e Araújo (1992, p.34) de que “As regiões de implantação, de modo geral, tem restado à desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado na população, o desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental”.

Entretanto, se naquele momento os autores viam uma espécie de alinhamento dos poderes locais aos interesses dos empreendedores, reconhecendo que a implantação

<sup>59</sup> Embora exista um EIA/RIMA para a UHE Foz do Apiacás, seu processo de licenciamento encontra-se parado há mais de cinco anos, uma vez que este empreendimento situa - se a menos de 1 (um) quilômetro dos limites territoriais da Terra Indígena Kayabi.

de uma grande obra de infraestrutura “vai geralmente implicar uma redução da esfera e da capacidade de decisão e ação dos poderes locais e regionais.” (Vainer; Araújo, 1992, p.37), demonstraremos que tal “alinhamento” e assimetria de poder que incentivava tais alinhamentos enfraqueceram-se quando o assunto é a precarização dos serviços públicos, crescimento desordenado da população e marginalização social gerado pelo intenso fluxo de trabalhadores que migram para as regiões que sediam as obras, ao menos no caso da região em estudo.

Identificamos que dois movimentos, complementares entre si, promoveram uma alteração significativa na compreensão que as populações e poderes públicos locais possuem sobre as consequências da implantação de uma Usina Hidrelétrica sobre os municípios: o fortalecimento institucional do Ministério Público, processo permanente que se desenvolve desde a redemocratização do país e a ampliação do acesso à informação, que tem permitido a troca de experiências entre regiões distantes dos grandes centros consumidores que não se conectavam com rapidez há duas ou três décadas.

Esses movimentos encontram-se e conectam-se no decorrer dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos, que tem sido, do ponto de vista sociológico, não apenas processos administrativos de Estado, mas campos, no sentido aplicado por Bourdieu nos quais ocorrem os conflitos socioambientais em torno não apenas da natureza, magnitude e compromissos frente aos impactos sociais e econômicos gerados pela (s) obra (s), mas também em torno da legitimidade dos agentes em pronunciar-se nesse espaço social.

Nesse e no próximo capítulo procuraremos compreender de que forma, ou seja, quais os mecanismos discursivos, políticos, legais e administrativos foram mobilizados pelos agentes locais (lideranças políticas, sociais, Promotores Públicos, etc.) visando o atendimento de suas reivindicações acerca da responsabilização dos empreendedores frente ao quadro de pressão sobre os serviços públicos municipais. Se em um primeiro momento, na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, tanto não houve registros de conflitos envolvendo esse tema como há registros de apoio dos Prefeitos e Secretários Locais à implantação das Usinas, as condutas mudaram após a realização

das Audiências Públicas. A circularidade maior de informações advindas dos impactos sociais e econômicos que as obras das usinas de Jirau e Santo Antônio causaram em Porto Velho, a ação do Ministério Público e as pressões populares durante as Audiências Públicas foram alguns dos gatilhos que iniciaram um movimento regional de contestação das promessas de desenvolvimento regional/local e de responsabilização dos empreendedores frente ao quadro de crescimento demográfico de potencial devastador sobre sistemas públicos municipais de saúde, segurança, assistência social e educação.

Em um primeiro momento, mobilizaremos algumas informações que evidenciam o caráter regional do movimento contestatório às promessas de desenvolvimento regional/local associados à implantação de hidrelétricas na região da Bacia do Rio Teles Pires. Em um segundo momento, analisaremos como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) das quatro Usinas trataram o assunto, buscando demonstrar as diferentes concepções de desenvolvimento local quando vinculadas à implantação de grandes obras de infraestrutura presentes nesses estudos, assim como, associadas a esta concepção, os diferentes entendimentos sobre eventuais impactos negativos sobre os municípios e as responsabilidades de cada agente para enfrentá-los, por fim, quando tratarmos especificamente do conflito socioambiental no capítulo seguinte, focaremos no Estudo de Caso da UHE Teles Pires, uma vez que foi no âmbito desse licenciamento que ocorreram os principais conflitos em decorrência dos impactos sobre os municípios, tendo esse processo estabelecido o padrão que foi posteriormente seguido nos outros licenciamentos ambientais das usinas hidrelétricas do rio Teles Pires. Além disso, a UHE Teles Pires é a única com licença de operação emitida pelo órgão ambiental e que permite acesso completo aos documentos do processo de licenciamento, fatores que permitem uma compreensão completa e integral dos conflitos e seus resultados.

Ressalta-se que há, atualmente, pouquíssimos estudos que visam aferir se, afinal, de contas, Usinas Hidrelétricas geram ou não desenvolvimento regional. Apesar de não ser objetivo do nosso trabalho fazer essa medição, faz-se importante apontar as conclusões distintas, de três estudos com essa temática:

Da Universidade de Brasília (UNB) podemos citar duas dissertações de mestrado,

ambas de 2007, que tem como objeto de estudo a questão do desenvolvimento regional vinculado à implantação de Usinas Hidrelétricas. O primeiro, de Silva, G (2007), objetivou identificar se a Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos<sup>60</sup> (CFURH) impactou em desenvolvimento dos municípios atingidos pelo reservatório artificial da Usina Hidrelétrica Três Marias, em Minas Gerais. Foram analisados dados socioeconômicos (econômicos, demográficos, sociais), assim como o montante de CFURH recebido entre 2000 e 2006 pelos municípios de Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias. A autora conclui, com suporte nessa base de dados, que embora a Compensação represente um importante incremento de receitas para oito dos nove municípios, a CFURH não demonstra impactos no desenvolvimento da região, entendendo-se desenvolvimento regional como melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Para ela, o problema de transformar recursos financeiros em desenvolvimento reside em questões que são a um só tempo regulatórias e políticas, visto que “a grande falta de definição na destinação dos recursos impossibilita avaliar a eficácia e retorno de sua aplicação e dificulta avaliar se está trazendo de fato desenvolvimento para o município” (SILVA, G. 2007,p. 111).

Outro trabalho, do mesmo ano e da mesma Universidade, aponta resultados distintos. Silva, L. (2007) apresenta já no título de seu trabalho, a conclusão: a de que a Compensação Financeira Pela Utilização dos Recursos Hídricos é um instrumento de desenvolvimento social, econômico e ambiental para os municípios impactados por Usinas Hidrelétricas. A partir de uma análise comparada dos indicadores sociais e econômicos locais (IDH, PIB per capita, relação entre receita/investimento, etc.) antes e após recebimento da CFURH pelos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, (Novo Repartimento, Tucuruí, Goianésia do Pará, Jacundá, Breu Branco. Itupiranga e Nova Ipuxina) *vis-à-vis* outros municípios da região não atingidos pelo

---

<sup>60</sup> A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de Energia Elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988. As concessionárias de geração de energia elétrica pagam 6,75 % do valor da energia produzida à título de Compensação Financeira. O montante a ser pago é calculado da seguinte forma: CFURH: 6,75% x energia gerada x tarifa atualizada de referência. Essa tarifa é definida anualmente pela Aneel. O total é distribuído como segue: 45 % para os municípios cujas terras são atingidas pelo reservatório artificial; 45 % para o Estado e 10% para a União.

reservatório da Usina, a autora concluir que a CFURH não é apenas arrecadatária, tendo contribuído para a melhoria dos indicadores sociais de todos os municípios atingidos pelo reservatório de Tucuui.

Os municípios que recebem Compensação Financeira efetivamente apresentam um progresso nos indicadores sociais e econômicos quando comparada à situação antes e depois do recebimento da Compensação Financeira. Mais do que evoluírem ao longo dos anos de 1991 e 2000, período analisado, esses municípios apresentaram um avanço superior aos demais municípios da região. Além disso, houve uma diminuição da heterogeneidade entre os municípios envolvidos. (SILVA, L. 2007, p. 132).

Reconhece, entretanto, não ser possível estabelecer uma relação de causalidade entre a CFURH e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação direta entre o crescimento dos indicadores socioeconômicos e os montantes distribuídos a título de Compensação Financeira, a análise dos dados orçamentários dos municípios analisados permite algumas considerações. A primeira delas é que dentre os municípios que apresentaram os maiores crescimentos nos indicadores sociais e econômicos destacam-se aqueles que mais destinam parte de sua receita à realização de investimentos em infraestrutura. A segunda é que os municípios, no qual a Compensação Financeira tem um peso significativo na receita municipal ou nos montantes destinados a investimentos, também apresentaram resultados superiores aos demais. (SILVA, L. 2007, p.132).

Finalmente, a autora acaba por reconhecer que o incremento de receitas em decorrência da CFURH só é benéfico quando os recursos são transformados em políticas públicas destinadas “à redução das desigualdades econômicas e sociais (...), promovendo ações voltadas para a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos, a geração de trabalho e renda, e a promoção da cidadania” (SILVA, L. 2007, p.132), ou seja, a CFURH pode tornar-se instrumento de desenvolvimento (seja social, econômico ou ambiental) desde que, como qualquer outro tributo, aplicada para esse fim.

Por fim, citamos a tese de Silva. R. (2015) que teve como um dos objetivos verificar a existência de relação de causalidade entre a implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá, localizada na Bacia do Rio Tibagi, no Estado do Paraná e mudanças no perfil



social e econômico dos municípios por ela impactados, no caso, Telêmaco Borba e Ortigueira.

Em comum com os trabalhos acima apresentados, são utilizados preponderantemente dados quantitativos em busca dessa aferição, a partir da análise comparada de indicadores sociais e econômicos (IDHM, Fluxo escolar comparado, IPDM, PIB, etc.) de 2008 (início das obras de construção da Usina) e dos anos de 2012 e 2013 (fim das obras e entrada em operação comercial).

De forma a tentar estabelecer a relação de causalidade Silva, R. (2015) utilizou uma metodologia elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e apresentada através da Nota Técnica DEA 17/12, cujo objetivo era a análise da viabilidade socioambiental dos empreendimentos hidrelétricos previstos nos planos decenais de energia.

Nesse trabalho a EPE utilizou, para o meio socioeconômico, indicadores de “impactos socioeconômicos” e “benefícios socioeconômicos”. Silva, R. (2015) utiliza apenas os indicadores de “benefício”, quais sejam: empregos gerados, incremento temporário na arrecadação municipal e incremento permanente na arrecadação municipal. Utilizando integralmente a metodologia proposta pela EPE, o autor conclui serem insignificantes os “benefícios” gerados pela Usina Hidrelétrica:

De todos os dados que foram expostos, podemos então concluir esta parte e verificar a relação entre desenvolvimento regional e a Usina Mauá. Tentamos construir uma percepção ao longo do texto com base em dados qualitativos e quantitativos; e desde o início havia poucas evidências desta tendência do empreendimento em proporcionar desenvolvimento econômico e social efetivo nos territórios sob sua influência. E isso se concretizou ao longo da análise, pois realmente não foram encontrados argumentos capazes de provar a associação do binômio energia/desenvolvimento, não no contexto regional. (SILVA, R. 2015, p.182).

Os três trabalhos acadêmicos citados partilham um mesmo tema: a relação de causalidade entre Usinas Hidrelétricas e desenvolvimento regional. Partilham também, seja para contestar ou ratificar, a ideia de que empreendimentos dessa natureza podem ou não trazer desenvolvimento regional, mas não que podem ser associados à ideia de empobrecimento local, com precarização dos serviços públicos e piora nos indicadores

sociais nos municípios em que são instalados.

Começaremos o debate sobre os conflitos socioambientais envolvendo as ideias de desenvolvimento local e Usinas Hidrelétricas na bacia do Rio Teles Pires pelo seu documento mais paradigmático: a Carta do Teles Pires, em suas três versões. Esse documento, atualizado em três momentos distintos durante o ano de 2011, traz em seu bojo exatamente a ideia citada no parágrafo anterior: a de que Usinas Hidrelétricas geram para as regiões em que se instalam empobrecimento, marginalização social, precarização da oferta dos serviços públicos e aumento da violência. Tal carta, assinada por todos os municípios atingidos pelas 4 (quatro) hidrelétricas atualmente em construção ou construídas no rio Teles Pires, constitui-se verdadeiro manifesto, tendo um papel fundamental, como mecanismo de pressão política, nos conflitos entre empreendedores, Ministério Público e Municípios durante os processos de licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas na região.

#### 4.1 “CARTA DO TELES PIRES”: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HIDRELÉTRICAS SOBRE A ÓTICA LOCAL

Em 09 de junho de 2011, os municípios de Sinop, Itaúba, Cláudia, Colíder, Nova Canaã do Norte, Paranaíta e Alta Floresta, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Entidades e lideranças locais e regionais encontraram-se em Sinop para discutir os impactos das Usinas Hidrelétricas no Rio Teles Pires. Desse encontro, foi redigido um manifesto denominado “Carta do Teles Pires I”, encaminhado aos órgãos ambientais (SEMA-MT e Ibama), Ministérios Públicos Estadual e Federal, Governo do estado do Mato Grosso e Governo Federal.

O objetivo do manifesto foi o de denunciar ao:

(...) Governo Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, ao IBAMA, ao Governo Estadual, ao Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, à SEMA, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e a toda a sociedade brasileira que o complexo das UHEs da Bacia do Rio Teles Pires começam a impactar toda a sociedade que mora na região com o

aumento na demanda por serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, saneamento básico, prostituição e exploração sexual infanto-juvenil etc.). Denunciam, ainda, que não participaram da realização dos estudos e que não houve discussão ampla com a sociedade assim como não houve um estudo integrado que contemplasse de forma sinérgica e cumulativa todos os danos que o conjunto dos empreendimentos resultarão. (ITAÚBA, Prefeitura de; CLÁUDIA, Prefeitura de; COLÍDER, Prefeitura de; NOVA CANAÃ DO NORTE, Prefeitura de; PARANAÍTA, Prefeitura de; ALTA FLORESTA, Prefeitura de; CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE; ENTIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS E REGIONAIS, 2011, p.2).

Exigindo, em seguida que os órgãos públicos competentes adotassem:

(...) as providências que forem necessárias com o objetivo de impedir na região a violação dos direitos humanos das comunidades locais e populações migrantes (...) a exemplo do ocorrido em diversas outras localidades impactadas com a instalação de Usinas Hidrelétricas. (ITAÚBA, Prefeitura de; CLÁUDIA, Prefeitura de; COLÍDER, Prefeitura de; NOVA CANAÃ DO NORTE, Prefeitura de; PARANAÍTA, Prefeitura de; ALTA FLORESTA, Prefeitura de; CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE; ENTIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS E REGIONAIS, 2011, p.2).

Como medidas a serem adotadas, o Manifesto reivindica que os empreendedores “sejam obrigados a absorverem todo o aumento pela demanda de serviços públicos que os empreendimentos, com a migração de milhares de trabalhadores, gerarão aos Municípios que estão na bacia do Rio Teles Pires” (IBDEM, p.3).

De acordo com o Manifesto, apesar de naquele momento não ter sido emitida licença de instalação para quaisquer das Usinas Hidrelétricas licitadas ou planejadas da Bacia do Teles Pires, os impactos socioeconômicos já estavam sendo sentidos:

Os impactos ao meio ambiente socioeconômico já estão sendo sentidos em alguns dos municípios, a exemplo de Colíder, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta e Paranaíta que começaram, ainda em escalas diferentes, receber pessoas em busca de empregos e oportunidades. Ocorre que estes municípios não estão dotados de infraestrutura suficientes para receber tal população. Não há moradias disponíveis nem condições do sistema público de saúde, educação, saneamento básico e principalmente segurança pública. A prostituição e exploração sexual infanto juvenil começa a aumentar drasticamente na região. Os representantes dos municípios reconhecem e afirmam que o aumento na demanda dos serviços públicos decorrentes da construção das barragens deverá ser previamente previsto e concomitantemente suportado pelos empreendedores. Assim afirmam por terem consciência de que os serviços públicos oferecidos pelo Estado nos municípios que estão em áreas de influência dos empreendimentos já funcionam no limite (e, em alguns casos, como saúde e segurança pública), abaixo do mínimo necessário para atendimento das demandas sociais. Os pro-

gramas socioambientais que se afirma existirem não estão sendo implementados, nem suficientes e não estão dando respostas a tais impactos. Percebem que estes programas são apenas cartas de intenções que não estão funcionando porque não estão mitigando os impactos que os empreendimentos começam a gerar. (IBDEM, p.2).

Nos outros dois encontros que ocorreram em 15 de julho e 19 de agosto de 2011, nas cidades de Colíder e Alta Floresta, respectivamente, e que resultaram nos Manifestos “Cartas do Teles Pires II e III”, seus assinantes <sup>61</sup> reaperentaram as reivindicações expressas na primeira Carta transformando-as em solicitações de condicionantes <sup>62</sup> das licenças ambientais, inclusive com a separação de quais deveriam ser as condicionantes para emissão da licença prévia e quais deveriam ser incluídas para a emissão da licença de instalação. Tais condicionantes propostas <sup>63</sup>, baseadas, como

---

<sup>61</sup> De acordo com a Carta, são seus assinantes: municípios de Sinop, Cláudia, Itaúba, Colíder, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, além do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Alto Teles Pires, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Vale do Teles Pires, Conselhos municipais de Meio Ambiente, Lideranças políticas e administrativas, lideranças de entidades civis e movimentos sociais.

<sup>63</sup> As condicionantes propostas foram: 1) que os empreendedores ajustassem as propostas de projetos e atividades para o reforço da infraestrutura e dos equipamentos sociais, detalhando ao máximo a medida a ser adotada conforme cronograma de obra; 2) Fornecer aos municípios que estão em áreas de influência direta e indireta do empreendimento consultoria para fins de auxílio nos levantamentos, por cada um dos entes do poder público, dos impactos ao meio ambiente socioeconômico e avaliação da suficiência e adequação das medidas mitigatórias e compensatórias que forem propostas no PBA. As consultorias deverão compreender desde o período anterior a expedição da licença prévia até pelo menos um ano após o início da operação do empreendimento. A empresa ou instituição de consultoria será indicada pelos municípios e deverá possuir notória especialização; 3) Criar, em conjunto com cada Município que estiver em área influência direta e indireta, um grupo de trabalho de acompanhamento dos programas de mitigação e compensação socioambiental, o qual terá o objetivo de deliberar sobre as atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais. O grupo de trabalho deverá ser composto por representantes do Município impactado, do empreendedor, do órgão ambiental convidando-se, ainda, o Ministério Público; 4) Arcar com os custos de elaboração de programas, projetos, obras, contratações e execuções que forem necessárias para fins de mitigação e compensação dos impactos que forem decorrentes da instalação e operação do empreendimento. Todos os programas ambientais que forem necessários para fins de mitigação e compensação dos danos ao meio ambiente socioeconômico deverão ser executados às expensas do empreendedor. Para tanto, o Município impactado indicará a contratação, às expensas do empreendedor, e acompanhará a execução dos projetos e obras, indicará as necessidades discriminadas de aquisição de equipamentos e bens/mercadorias de uso público e mão de obra que sejam necessárias para suportar a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento. O Município impactado acompanhará, ainda, a execução orçamentária e financeira de modo que os valores contratados estejam de acordo com valores de mercado. Apresentar relatórios trimestrais dos programas ambientais previstos no PBA, contemplando uma síntese

veremos, na Licença Prévia emitida pelo Ibama para a UHE Teles Pires, acabaram por estabelecer tanto as obrigações quanto os procedimentos e instrumentos que foram definidos como de responsabilidade dos empreendedores das Usinas Hidrelétricas para minimizarem os impactos decorrentes do aumento populacional gerado pelas populações migrantes atraídas pelas obras. Antes de entrarmos no estudo de caso da UHE Teles Pires, objeto do próximo capítulo, analisaremos as formas como os Estudos de Impacto Ambiental das hidrelétricas de Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel trataram a questão do desenvolvimento regional versus precarização da qualidade de vida, assim como os modelos de responsabilizações que propuseram para os empreendedores.

#### 4.2 DESENVOLVIMENTO VERSUS PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

O tema da precarização das condições de vida das populações locais residentes nos municípios – sede de Usinas Hidrelétricas tem aparecido mais frequentemente nos processos de licenciamento ambiental nos últimos dez anos, sendo mais comum nos processos conduzidos pelo Ibama. No caso dos empreendimentos hidrelétricos da Bacia do Rio Teles Pires, o tema apareceu já nos quatro estudos ambientais, embora com tratamentos distintos entre eles. A forma como os estudos abordam o assunto, como são apresentados às populações e poderes públicos locais, assim como a

---

de todas as medidas adotadas para mitigação e compensação de impactos ambientais, apresentando informações quantitativas para fins de monitoramento e controle pelo órgão licenciador, pela sociedade civil e órgãos interessados; 5) Forneçam meios para garantir a participação efetiva da administração das Prefeituras Municipais das áreas impactadas pelo empreendimento, das administrações do Governo do Estado de Mato Grosso, das entidades civis e dos movimentos sociais na definição dos programas socioambientais e socioeconômicos, em especial do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, por se tratar de programa ambiental que interfere na política pública municipal, e, como tal, não deve ser elaborado unilateralmente pelos empreendedores.

natureza das manifestações expressas nas Audiências Públicas são momentos fundamentais na emergência do conflito, pois podem ser fatores de seu incentivo ou retardamento.

Nesta seção debateremos como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) abordaram o tema, evidenciando as diferenças de tratamentos apresentadas por eles. A partir daí toda a análise que seguirá, no capítulo seguinte, focará no estudo de caso da UHE Teles Pires. Interessa-nos compreender como emergiu e se consolidou o conflito, ou seja, como a notícia da implantação da Usina e os estudos ambientais foram recebidos pelos grupos sociais (população, Ministério Público, poderes públicos locais, etc.), quão responsivo foi o órgão ambiental, ou seja, quão capaz ele foi de incorporar as reivindicações dos grupos sociais e instituições envolvidas no processo e por fim debateremos quais foram os principais agentes do conflito, assim como os mecanismos sociais, políticos e/ou institucionais por eles utilizados no alcance de seus objetivos.

#### *4.2.1 SE O RIO É O MESMO E O IMPACTO É IGUAL, PORQUE O TRATAMENTO É DIFERENTE?*

Analisamos os Estudos Ambientais das Usinas Hidrelétricas de Colíder, Sinop, Teles Pires e São Manoel com foco no tratamento que cada um deu ao tema “impactos da Usina Hidrelétrica sobre os municípios” e dessa análise emergiram dois modelos. Ambos consideram que “desenvolvimento” em nível regional/local, é possível, desde que empreendedores e prefeitos assumam determinadas tarefas e comportamentos específicos. O que os distingue é, em consequência, a natureza de tais tarefas e comportamentos, assim como o grau de participação dos poderes públicos locais nas definições sobre a alocação de eventuais recursos financeiros.

O primeiro modelo, que denominamos de “desenvolvimento regional/local gerenciável” baseia-se na ideia de que o desenvolvimento regional/local vincula-se preponderantemente à correta gestão pública dos recursos financeiros gerados pela obra. Nesse modelo, o papel do empreendedor seria similar à de um “quarto poder” de Estado: caberia a ele acompanhar a “correta” gestão e aplicação de tais recursos, exercendo um

papel fiscalizador. Eventuais aportes financeiros dependeriam, exclusivamente, de decisão do empreendedor, cabendo aos poderes públicos locais somente encaminhar tais demandas. Nesse modelo, o grau de responsabilização do empreendedor é baixo.

Dessa forma, encontramos nesses estudos afirmações do tipo:

Todo o tipo de apoio ou doação deverá ser acertado em reuniões e formalizado em documentos assinados por representantes das prefeituras e suas respectivas secretarias, o que permitirá tornar mais transparente a condução dos processos e avaliar os resultados de convênios e parcerias. Preferencialmente, a política da empresa será a de adotar formas de apoio técnico-operacional e em recursos humanos. No entanto, investimentos complementares que possam contribuir para ampliar as capacidades de atendimento das redes de saneamento e unidades de saúde dos municípios e tornar os serviços mais eficientes serão analisados e incentivados (JGP, 2009, v.5, p.108).

Quanto aos balanços de receitas e despesas, deverão ser discriminadas a arrecadação por receita própria ou transferência e os gastos municipais por função. O acompanhamento desses dados permitirá identificar os efeitos do empreendimento sobre os diferentes setores da economia, e acompanhar o retorno social dos tributos pagos em termos de investimentos públicos. (JGP, 2009, v.5, p.108).

O EIA da UHE Sinop, ao propor um “Programa de Apoio aos Municípios” é ainda mais claro sobre a natureza das responsabilidades do empreendedor e das prefeituras:

Este Programa é de caráter preventivo e de controle, e objetiva dar suporte às administrações dos municípios no relacionamento com os empreendedores, além de apoio institucional e administrativo, com vistas a evitar processos de desorganização na gestão dos cinco municípios envolvidos na Área de Influência Direta – AID da implantação da UHE SINOP.

Dado o atual caráter do processo de implantação de usinas hidrelétricas, com sua execução e operação a cargo da iniciativa privada, as administrações dos municípios envolvidos perderam espaço na reivindicação de benefícios que, até então, buscavam junto a instâncias superiores do poder público em outros momentos históricos do país. A implantação deste tipo de empreendimento, que ficava a cargo do poder público estadual ou federal, abria espaço para que as administrações municipais buscassem soluções a atendimentos de diversas demandas de interesse público e social.

Foram, assim, reduzidas as possibilidades de inclusão de demandas não vinculadas diretamente com o empreendimento propriamente dito. Porém, muitas delas podem ser legitimadas em função de entendimentos e articulações entre as diversas instâncias dos poderes públicos e o empreendedor. Assim, é notória a necessidade de se estabelecer um canal de diálogo entre as partes, além de se fornecer apoio às administrações locais para sua devida articulação. (THEMAG, 2010, v. 9, p. 117).

Já o segundo modelo, que denominamos “desenvolvimento regional/local como meta”, baseia-se na premissa de que o desenvolvimento regional/local, em decorrência da implantação de uma Usina Hidrelétrica, deve ser uma meta a ser alcançada através do combate aos fatores que podem gerar o seu oposto (favelização, marginalização social, aumento de violência, aumento de pressão sobre os equipamentos e serviços públicos, etc.), ou seja, desde que adotadas ações específicas para minimizar os impactos socioeconômicos negativos sobre os municípios, sendo a responsabilidade financeira compartilhada entre poderes públicos locais e empreendedores. Nesse modelo, as decisões sobre áreas de aplicação de recursos são feitas com a participação de representantes dos poderes públicos locais e o grau de responsabilização do empreendedor é médio.

Os EIAs/RIMAs das Usinas de Teles Pires e São Manoel, elaboradas pela mesma empresa de Consultoria Ambiental <sup>64</sup>, enquadram-se nesse modelo. Diferente do modelo anterior, esses estudos ambientais consideram o impacto “geração de empregos” como negativo, exatamente por representarem o afluxo populacional que poderá acarretar crescimento populacional desordenado e definem, embora simplificadamente, serem de responsabilidade do empreendedor aportes financeiros ou a construção/aquisição de serviços e equipamentos públicos em quantidade suficiente para atender o aumento de demanda decorrente das obras. Nesse modelo, encontram-se afirmações do tipo:

Este programa (de apoio aos municípios) tem como objetivo identificar e suprir as deficiências da infraestrutura e dos equipamentos sociais públicos nos municípios da região prevista para implantação da Usina Hidrelétrica, de modo a absorver a demanda crescente com a chegada de novo contingente populacional. Para tanto, o empreendedor deverá promover reuniões com os atores sociais envolvidos (associações de bairros, sindicatos, empresários, representantes de órgãos públicos e a população interessada) e definir ações prioritárias através de grupos de trabalho para as áreas de saúde, educação, segurança pública, habitação, saneamento, sistema viário e transporte. (LEME-CONCREMAT, 2011, Rima,p.60).

Durante os quatro anos que perfazem o período de obras da implantação da UHE São Manoel, haverá um aumento significativo da população dos municí-

---

<sup>64</sup> Concremat.



pios de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga, que, com menor intensidade, poderá se estender para a fase de operação da usina e do reservatório. Este incremento do contingente populacional provocará um aumento das demandas por serviços públicos e, conseqüentemente, uma maior pressão sobre as infraestruturas e equipamentos urbanos existentes (LEME-CONCREMAT, 2011, v.5, p. 147).

Os Estudos Ambientais do Complexo Hidrelétrico Teles Pires indicaram serem necessários, nos picos das obras, cerca de 20.000 empregos diretos, desconsiderando, em todos os casos, o alto grau de rotatividade da força de trabalho, o chamado “*turn-over*” característico desse tipo de atividade.

TABELA 12 - EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS PREVISTOS NAS USINAS NO RIO TELES PIRES

INDICADORES	EMPREENDEIMENTOS			
	SINOP	COLÍDER	TELES PIRES	SÃO MANOEL
<b>Municípios Atingidos</b>	Sinop, Itaúba, Cláudia, Ipiranga do Norte e Sorriso	Itaúba, Colíder, Cláudia e Nova Canaã do Norte	Paranaíta, Jacareacanga, Alta Floresta	Paranaíta, Jacareacanga, Alta Floresta
<b>Emprego Direto (Média)</b>	1500	1800	3400	1800
<b>Prazo total de obras (meses)</b>	48	40	46	48
<b>Emprego Direto Pico</b>	3000	2700	10000	4000
<b>Duração Período de Pico (meses)</b>	12	15	17	13
<b>Empregos Indiretos (média)</b>	Não calcula	5400	6800	7200
<b>Empregos Indiretos (pico)</b>	Não calcula	8100	20000	16000

Trata-se, como se pode desprender da tabela acima, de um potencial migratório total para a região, considerando-se empregos diretos e indiretos, de algo entre 27.000 a 63.000 indivíduos, desconsiderando-se o *turn-over* e as famílias dos trabalhadores migrantes que podem acompanhá-los.

Dos dez municípios atingidos pelas Usinas Hidrelétricas, seis possuíam, à época, populações menores que o melhor cenário de migração populacional para a região. Os municípios que sediam os canteiros de obras, no caso, Itaúba (UHE Sinop), Nova Canaã do Norte (UHE Colíder) e Paranaíta (UHEs Teles Pires e São Manoel) encontram-

se, de acordo com os dados do PNUD Brasil – 2010, em faixa média de Desenvolvimento Humano.

TABELA 13 - POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS IMPACTADOS PELAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES

MUNICÍPIOS	UHES	CENSO IBGE 2010
<b>Sinop</b>	Sinop	113.029
<b>*Itaúba</b>	Sinop, Colíder	4.575
<b>Colíder</b>	Colíder	30.766
<b>Cláudia</b>	Colíder e Sinop	11.028
<b>Ipiranga do Norte</b>	Sinop	5.123
<b>Sorriso</b>	Sinop	66.521
<b>*Nova Canaã do Norte</b>	Colíder	12.127
<b>Alta Floresta</b>	Teles Pires, São Manoel	49.991
<b>*Paranaíta</b>	Teles Pires, São Manoel	10.684
<b>Jacareacanga</b>	Teles Pires, São Manoel	14.103

FONTE: IBGE, Censo 2010.

\*Municípios-sede das obras.

Nenhum dos quatro estudos ambientais apresenta qualquer estimativa sobre as consequências da migração populacional sobre os indicadores socioeconômicos e sobre a capacidade dos serviços públicos locais em absorver o aumento de demanda. O máximo que se encontra, no caso dos EIAs/RIMAs das UHEs São Manoel e Teles Pires, é aquilo que o Ministério Público do estado do Mato Grosso (MPE-MT) chamará, em suas intervenções, de “cartas de intenções” do empreendedor, ou seja, promessas destituídas de ações concretas e mecanismos de operacionalidade.

TABELA 14 - IDH-M MUNICÍPIOS - SEDE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TELES PIRES

INDICADORES	MUNICÍPIOS			
	Itaúba	Nova Canaã do Norte	Paranaíta	Mato Grosso
<b>IDHM</b>	0,690	0,686	0,672	0,725
<b>IDHM – Longevidade (Anos)</b>	73,53	73,90	73,54	74,25
<b>IDHM-Educação</b>	0,569	0,572	0,555	0,635
<b>IDHM – Renda Per Capita (R\$)</b>	680,94	591,90	540,22	762,52
<b>Faixa de Desenvolvimento</b>	Médio	Médio	Médio	Alto

FONTE: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em 06/01/2016.

Entretanto, tais “cartas de intenções” transformaram-se, em decorrência dos conflitos socioambientais, em medidas concretas que foram executadas, em diferentes graus, por todos os concessionários durante o licenciamento ambiental dos empreendimentos. Para compreendermos os contextos e as configurações sociopolíticas dos conflitos socioambientais supracitados, que transformaram simples “cartas de intenções” em ações compensatórias milionárias, focaremos no estudo de caso do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, separando - o em três momentos: o primeiro denominado “emergência do conflito” engloba o período que vai do protocolo de solicitação de licença prévia até sua obtenção, e diz respeito ao aparecimento e desenvolvimento da preocupação das populações, poderes locais e Ministério Público (Estadual e Federal) com os impactos socioeconômicos sobre os serviços públicos; o segundo, que denominaremos “conflitos sobre a legitimidade do agente” diz respeito ao período pós emissão da Licença Prévia até emissão da Licença de Instalação, período em que os conflitos sobre a existência e magnitude do impacto foram substituídos por disputas referentes à legitimidade dos agentes (prefeitos, secretários, et.) em pronunciar-se em um campo em que o principal capital é constituído pela reputação técnica e os científica dos agentes; o terceiro momento, que engloba a fase propriamente dita de construção da Usina, ou seja, da emissão da licença de instalação até a obtenção da licença de operação, momento em que se reedita o conflito sobre a legitimidade, direcionando a problemática dos agentes para os conteúdos dos discursos.

Conforme já exposto anteriormente, Zhouiri (2012, p.47) define que “o capital específico do campo é caracterizado pela formação e pela reputação técnica e/ou científica dos agentes, pela ‘representatividade’ de determinado grupo social e, finalmente, pelas relações pessoais”. Embora concordemos com a autora de que, de fato, são esses os capitais específicos do campo do licenciamento ambiental, chamamos a atenção de que tais capitais são, entretanto, assimétricos. Há entre eles uma hierarquia. Dessa forma, o capital “reputação técnica e/ou científica dos agentes” no campo do licenciamento ambiental goza de maior legitimidade, seguido pelo capital “representatividade de determinado grupo social” e por fim, pelas “relações pessoais”. Essa diferenciação é fundamental para compreendermos, na sequência, o sentido das ações do Ministério

Público (Estadual e federal) e dos municípios atingidos pela UHE Teles Pires no decorrer do processo de licenciamento ambiental.

TABELA 15 - DATA DE EMISSÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DA UHE TELES PIRES

USINA HIDRELÉTRICA	PROTOCOLO SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA	DATA DA LICENÇA PRÉVIA	DATA DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO	DATA (OU PREVISÃO) DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Teles Pires	10/05/2010	13/12/2010	18/08/2011	19/11/2014

FONTE: [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento).

## **5 ESTUDO DE CASO DA UHE TELES PIRES: UM DETALHAMENTO DA EMERGÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL**

De acordo com a legislação ambiental brasileira <sup>65</sup>, o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental independe de consulta aos municípios impactados, cabendo a eles somente emitir os documentos exigidos:

“§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes. (RESOLUÇÃO CONAMA n°237 de 1997, Art.10, inciso VIII, parágrafo 1º).

A não ser, portanto, que haja recomendação expressa do órgão ambiental para que o empreendedor consulte os poderes públicos locais na etapa de elaboração dos estudos, tal diálogo pode simplesmente não acontecer, sem por isso configurar qualquer falha do processo de licenciamento ambiental.

Não há também qualquer mecanismo de caráter deliberativo que permita às populações locais decidirem se querem ou não a instalação de uma grande obra de infraestrutura em seus territórios. A chamada “Audiência Pública”, regulamentada através da Resolução Conama 009/1987, destina-se apenas a “expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito”.

Depreende-se, portanto, que as localidades, através de seus representantes ou diretamente, não possuem instrumentos administrativos para decidirem ou influenciarem as decisões que serão tomadas sobre o porquê, o onde e como serão instaladas essas grandes obras. Nesse contexto, os primeiros contatos que os poderes públicos e as populações têm com o conteúdo dos estudos dar-se ora através da ação do Ministé-

---

<sup>65</sup> Lei n° 6.938 de 1981; Resolução Conama n°001 de 1986; Resolução Conama n°237 de 1997.

rio Público, ora através das Audiências Públicas, que funcionam como gatilhos que transformam um assunto então tratado como ordinário em ponto de relevante conflito socioambiental. O caso da UHE Teles Pires é simbólico neste sentido.

### 5.1 “SAINDO DO PAPEL”: A CONSTITUIÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA TELES PIRES COMO ELEMENTO DA REALIDADE LOCAL

O processo de licenciamento ambiental da Usina iniciou-se em 21/08/2008, tendo como “empreendedor” a Empresa de Pesquisa Energética. O EIA/RIMA foi protocolado em 14/05/2010, mais de quinze meses após a emissão, pelo Ibama, do Termo de Referência (TR) <sup>66</sup> para a realização dos estudos.

Não há, no TR supracitado, qualquer referência à necessidade de realização de consultas junto aos poderes públicos e populações locais acerca de suas posições ou percepções sobre os impactos que poderiam ser gerados sobre os municípios pela implantação do empreendimento. Entretanto, o TR não ignora a existência de tais impactos e dedica uma seção do documento ao que chama “Estudos para os Municípios de Paranaíta e Alta Floresta”, no qual, entre outro, exige que:

Todos os estudos e levantamentos realizados na AII, AID e ADA para este componente devem permitir avaliar a capacidade de suporte infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos de modo a inferir, por meio de projeções, a necessidade de incremento, que garanta os direitos sociais e a qualidade de vida. Devem-se considerar os cenários potenciais de aumento populacional, especialmente nos municípios de Paranaíta – MT e Alta Floresta – MT. (IBAMA, 2009, p. 32).

Cerca de um mês após o protocolo do Estudo Ambiental, em 16 de junho de 2010, o Ministério Público Federal (MPF), através do Procurador Mario Lúcio de Avelar, encaminhou ao órgão ambiental o Ofício PR/MT/1º OF.CIVEL/N.3367/1010 solicitando

---

<sup>66</sup> Emitido em 16 de janeiro de 2009.

cópia dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos UHE Teles Pires e São Manoel “com o objetivo de acompanhar a implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na Bacia Hidrográfica do Rio Telles Pires (...)”.

A primeira manifestação do Ministério Público do estado do Mato Grosso (MPE – MT) ocorreu em 11/10/2009, através do Procurador Alberto Esteves Scaloppe, que enviou ao Ibama o Ofício 080/PJEDAOU/2009 onde encaminhou uma “(...) representação, na qual são feitas considerações sobre a competência do Ibama para o licenciamento e avaliação integrada <sup>67</sup> das hidrelétricas previstas para a Bacia do Rio Teles Pires (...)”. Entre outras considerações, o procurador já expressa àquela que dará a tônica das ações do MPE-MT no que diz respeito aos impactos sobre os municípios.

São notórias as negativas heranças sociais deixadas por várias construções de Usinas Hidrelétricas aos municípios que as abrigaram, causando custos, aos desprovidos entes municipais, muito superiores aos valores recebidos por compensação.

Estes impactos são variados, e, consubstanciam-se em: riscos epidêmicos, tanto pela alteração na dinâmica da população de vetores, quanto pela indução em decorrência da formação do reservatório; atração de fluxos migratórios durante a construção, com posterior saldo migratório negativo e perdas de empregos e moradias ao término desta; aumento da demanda de serviços públicos de saúde durante a construção; pressões sobre as infraestruturas e os serviços públicos urbanos; apropriação parcial da capacidade local de disposição de resíduos sólidos; retração econômica ao final da construção; entre outros.

De acordo com os documentos constantes no processo de licenciamento ambiental, é possível afirmar que o primeiro contato que as prefeituras tiveram com o Estudo de Impacto Ambiental deu - se somente em 28/09/2010, após o Ibama enviar ao então “empreendedor”, a EPE, o Ofício nº980/2010 Dilic/IBAMA, solicitando o envio do EIA/RIMA para os três municípios impactados (Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta).

---

<sup>67</sup> Vários foram os conflitos socioambientais envolvendo a implantação da UHE Teles Pires. Um dos principais foi a ação civil pública do Ministério Público do estado do Mato Grosso (MPE-MT) que questionou a competência da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT) em conduzir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas de Colíder e Sinop. A alegação do MPE-MT foi a de que os licenciamentos ambientais desses empreendimentos deveriam ser conduzidos pelo Ibama, uma vez que o Rio Teles Pires é federal. Tal ação civil pública não logrou êxito.

Além de não serem considerados “órgãos intervenientes”<sup>68</sup> no processo de licenciamento ambiental, os poderes públicos locais tiveram menos de dois meses para analisarem os estudos e se prepararem para as Audiências Públicas.

Sem as informações necessárias para um debate informado sobre os impactos e medidas propostas no EIA/RIMA, à população e poderes públicos locais só restou, nas Audiências<sup>69</sup>, manifestar suas preocupações e indagações:

Participante 1 - Será que vão dar prioridade para pessoas daqui do município ou será (sic) pessoas de fora que virão trabalhar?

Participante 2 - Após o término da construção da Usina Hidrelétrica, qual será a perspectiva econômica local?

Participante 3 - No auge da construção da UHE vai ter um fluxo de dez mil trabalhadores, e quando as obras se encerrarem, qual vai ser a solução para estes trabalhadores e seus familiares? Vão ficar desempregados?

Participante 4 - É necessário (sic) a construção de uma UHE para melhorar a saúde, educação e infraestrutura do município?

Participante 5 - Sabemos dos benefícios que uma obra desta magnitude traz a uma cidade pequena como Paranaíta, mas o que importa agora são os “pontos negativos”, diante deles o que podemos fazer para que obras compensatórias sejam realizadas a este município, nos aspectos ecológicos e sociais. Se possível onde devemos percorrer a quem? Como devemos nos organizar para que depois da obra a cidade volte para o retrocesso ou a inércia? A cidade merece um grande impulso no sentido de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento.

Participante 6 - A população de Paranaíta é de um pouco mais de doze mil habitantes. A UHE Teles Pires precisará de dez mil, logo haverá um aumento considerável da população, principalmente do sexo masculino, este quadro é favorável ao aumento da prostituição, principalmente entre adolescentes. Que medidas estão sendo pensadas neste sentido?

Participante 7 - Os trabalhadores que virão acompanhados de sua família precisarão de escolas para seus filhos. Educação não se faz sem investimentos. Por outro lado, a maior parte dos recursos recebidos pelas escolas considera o número de alunos do ano anterior. Como faremos para lidar com o atendimento de

---

<sup>68</sup> Órgãos intervenientes são aqueles que, por força de lei, devem anuir à implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental. São alguns dos órgãos intervenientes: Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Cultural Palmares, etc.

<sup>69</sup> As Audiências Públicas da Usina Hidrelétrica Teles Pires ocorreram em Paranaíta (20/11/2010), Alta Floresta (21/11/2010) e Jacareacanga –PA (22/11/2010) e tiveram participação de 711 pessoas, 384 e 395 pessoas, respectivamente. Fonte: licenciamento. ibama.gov.br



uma demanda crescente com um recurso inferior? Qual a contrapartida ganhadora com esta problemática?

Participante 8 - Que benefícios os habitantes e Paranaíta terão com uma hidrelétrica?

Participante 9 - O Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito. Há uma previsão constitucional do princípio de livre concorrência. O Ibama não tem legitimidade para obrigar um ente jurídico a direcionar a contratação de pessoal ou adquirir insumo de determinado fornecedor ou produtor. As afirmações na Audiência de Paranaíta, dos consultores do consórcio “Leme Concremat” sobre os impactos relativos à dinamização da economia local não se constituíram apenas em especulações? Os impactos positivos relativos à geração de empregos não estariam, na verdade, vinculados a um impacto negativo de grande magnitude e significância que seria a sobrecarga da infraestrutura urbana? Gostaria que os técnicos do Ibama explicassem a população que a geração de empregos é um impacto “positivo” e não uma medida mitigadora ou compensatória.

Participante 10 - Quantos funcionários a UHE vai empregar na fase operacional? Para onde vai a energia produzida? Existe um planejamento para realocar a mão de obra utilizada durante a construção após o término da obra? Para onde vai essa mão de obra de 10.000 pessoas?

Participante 11 - Alta Floresta é referência na área de saúde. Com o aumento da demanda após o início da obra, haverá um comprometimento da empresa executada da obra com essa questão? Há precedentes nessa questão, em outros municípios?

Participante 12 - Em que medida estão sendo considerados os impactos cumulativos e sinérgicos do conjunto de empreendimentos hidrelétricos planejados na bacia hidrográfica? Como o município de Alta Floresta irá arcar com o aumento de população e a demanda por serviços públicos? Quais as propostas?

As manifestações da população presente nas três Audiências Públicas<sup>70</sup>, nem de perto lembra àquelas que ocorreram durante as Audiências Públicas da UHE Jirau, etnografada por Baraúna e Marin (2011, p. 103) em que as autoras observaram um clima de euforia por parte da população:

O clima dentro do auditório era de euforia: as pessoas demonstravam alegria e isso era algo que lembrava um campeonato esportivo. Havia grupos de pessoas que mais pareciam torcidas com faixas em cada canto do auditório, com declarações de apoio à obra de Jirau. Não se constatava nenhum tipo de manifestação contrária às obras.

<sup>70</sup> Fonte:

[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL05.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL05.pdf). Acesso em 18/11/2015.

Ao contrário, não há nas atas das Audiências quaisquer transcrições de apoio popular à implantação do empreendimento. Percebe-se, nesse caso, uma mudança na natureza da percepção sobre os impactos de uma grande obra de infraestrutura: a época em que tais obras eram celebradas como marcos de desenvolvimento local parece, portanto, estar esgotando.

Além das manifestações populares, registaram-se nas audiências as manifestações da então prefeita de Alta Floresta, Maria Izaura Dias Alfonso (PDT) e do então prefeito de Jacareacanga, Raulien Oliveira de Queiroz (PT), que externalizaram suas preocupações quanto aos impactos sofridos pelos municípios. Ambos foram bastante cuidadosos em suas colocações e ressaltaram a falta de informações sobre tais impactos, como uma estimativa de atração populacional e cálculos sobre os quantitativos necessários para reforçar a infraestrutura desses municípios. Partiu do prefeito Raulien, na audiência em Jacareacanga, a primeira manifestação pública sobre a necessidade de uma articulação regionalizada dos prefeitos dos municípios atingidos pela Hidrelétrica visando à responsabilização do empreendedor sobre tais impactos, propondo a criação “de um consórcio intermunicipal” a ser formado pelos municípios afetados pelos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Rio Teles Pires.

Outra presença fundamental nas audiências públicas foi a do então promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso, Henrique Schneider. Assim como os prefeitos, o promotor optou por manifestar suas preocupações, sobretudo em relação à dimensão socioeconômica dos impactos, destacando a necessidade de ações compensatórias, por parte do empreendedor, nas áreas de saúde, educação e segurança dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta.

Embora no processo de licenciamento ambiental, o mecanismo da Audiência Pública não seja, em si mesma, espaço em que é possível a realização de debates aprofundados sobre os empreendimentos de infraestrutura, seu papel permanece fundamental, seja pela democratização das informações, até então presas no círculo “empreendedor-órgão ambiental – empreendedor” seja pelo fato de permitir a constatação, pelos indivíduos, grupos sociais e poderes locais que dela participam, da existência de certas preocupações que se manifestam em caráter geral. No caso da UHE Teles Pires,

a Audiência Pública foi o “gatilho” para a contestação, política, social e institucional, que ocorreria em seguida.

## 5.2 A EMERGÊNCIA DO CONFLITO

Os conflitos socioambientais envolvendo empreendedor, órgão ambiental, Municípios, Ministério Público Estadual (MPE MT) e Federal do Pará, evidenciaram-se após as Audiências Públicas da Usina Hidrelétrica Teles Pires e tornaram-se mais intensas na medida em que as ações das Prefeituras e MPE passaram a ser coordenadas.

Logo após a Audiência Pública realizada em Jacareacanga (PA), a Prefeitura de Alta Floresta (MT) encaminhou ao Ibama, em 03/12/2010, documento <sup>71</sup> em que se posiciona frente aos resultados do Estudo de Impacto Ambiental, assim como propõe quarenta e quatro medidas a serem incorporadas como condicionantes na Licença Prévia do empreendimento:

A legislação ambiental deixa claro que o Ibama é o órgão responsável pelo licenciamento de quaisquer empreendimentos que denotem impacto ambiental, cabendo a este órgão prever condições para que os danos sejam mitigados, isto quando não puderem ser evitados.

Nesta esteira, o município de Alta Floresta considera que o estabelecimento das condicionantes ora apresentadas enquadra-se perfeitamente dentro da competência do Ibama, enquanto órgão protetor dos recursos renováveis.

Mais que isso, as condicionantes aqui trazidas devem ser estipuladas sob pena de a população sofrer com um aumento da região sem as estruturas e serviços públicos necessários. Ademais, uma população desordenada afeta diretamente o meio ambiente, o que deve ser sopesado.

Apenas três dias após Alta Floresta, em 06/12/2010, as Prefeituras de Paranaíta <sup>72</sup>, Alta Floresta e Jacareacanga encaminharam ao Ibama, através do Ofício Circ. nº

<sup>71</sup> [http:](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL06.pdf)

[\\licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL06.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL06.pdf).

<sup>72</sup> O Prefeito à época era o Pedro Hideuo Myinzima, do PP.

421/2010/GAB, documento em que expõem suas preocupações quanto às solicitações de inclusão de condicionantes ambientais na licença prévia do empreendimento.

Embora o ofício encaminhado ao órgão ambiental tenha a rubrica da prefeitura de Paranaíta, trata-se, de fato, do primeiro documento formulado e divulgado em conjunto pelos três municípios atingidos pela usina hidrelétrica, iniciando um movimento de articulação intermunicipal que em um primeiro momento resultou nos “Encontros Regionais para discussão das Hidrelétricas no Rio Teles Pires”, incorporando todos os municípios atingidos pelas quatro Usinas então em planejamento ou instalação na bacia do Rio Teles Pires, e, num segundo momento, na criação da Associação dos Municípios Atingidos por Usinas Hidrelétricas – AMIUH <sup>73</sup>.

Os Prefeitos dos Municípios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta, motivados pela realização das Audiências Públicas, reuniram suas equipes para discutir os assuntos envolvendo a implantação da UHE Teles Pires e resolveram instituir um Grupo de Trabalho Intermunicipal com a função de criar um “Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Área de Influência da UHE Teles Pires”. Os Prefeitos se comprometem a, tão logo se conheça o vencedor do leilão, publicar os instrumentos necessários para a estruturação do Grupo de Trabalho e do Consórcio Intermunicipal.

Os principais objetivos do Consórcio Intermunicipal serão: formular e acompanhar a execução de um Plano de Desenvolvimento dos territórios da área de influência da UHE Teles Pires; acompanhar a execução do “Programa de Fortalecimento das Infraestruturas de Serviços Públicos dos Municípios Utilizados como núcleo de apoio às obras da Usina”; organizar as ações necessárias para o melhor enfrentamento da situação que se apresenta com a implantação UHE Teles Pires <sup>74</sup>.

E solicitaram, em seguida, a incorporação de condicionantes ambientais na Licença Prévia do empreendimento:

Que seja incluída a formulação e execução de um “Plano de desenvolvimento dos territórios da Área de Influência da UHE Teles Pires”, sob responsabilidade do empreendedor da UHE Teles Pires, ao qual, se espera o apoio técnico, financeiro e político a fim de organizar as ações necessárias para o melhor enfrentamento dos impactos negativos esperados.

---

<sup>73</sup> A Associação dos Municípios Atingidos por Usinas Hidrelétricas no rio Teles Pires (AMIUH) foi criada em 07/10/2013.

<sup>74</sup> Fonte: :

[\\licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL06.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL06.pdf). Acesso em 08/12/2015.

Que tanto o Plano acima referido quanto o “Programa de Fortalecimento das Infraestruturas de Serviços Públicos dos Municípios Utilizados como Núcleo de Apoio às Obras da Usina” sejam amplamente discutido com o Poder Público Municipal, com o “Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Área de Influência da UHE Teles Pires” e com a população, visando garantir a adequação e eficácia das ações previstas, de forma a maximizar os recursos e complementar a estratégia de desenvolvimento local.

Responsabilização do empreendedor frente ao quadro de sobrecarga dos serviços públicos e o estabelecimento de mecanismos de participação das populações e poderes locais nas decisões sobre tais investimentos constituirão os pilares que sustentarão as reivindicações desses agentes no decorrer do licenciamento ambiental da Usina Teles Pires, pilares que também sustentarão a posição do Ministério Público. No bojo das manifestações pós-Audiências Públicas, inclui-se a do MPE - MT, através do então promotor de Alta Floresta, Marcelo Caetano Vacchiano, que em 08 de dezembro de 2010 encaminhou ao órgão licenciador documento expondo o posicionamento do Ministério Público:

(...) os impactos nos meio sócio-econômicos trazem maior preocupação em virtude do afluxo populacional. Somente para a UHE Teles Pires, conforme consta no EIA (volume 5, capítulo VII), entre a instalação e conclusão do empreendimento serão criados e instintos 10.000 empregos diretos e 20.000 empregos indiretos (que podem chegar a 25.000). Dos empregos diretos aproximadamente 8.500 (85%) se referem a trabalhadores não qualificados, em sua maioria da construção civil. Nos 20.000 empregos indiretos, caso se utilize o mesmo percentual para as obras de construção do empreendimento para trabalhadores não qualificados (85%), serão criados aproximadamente 16.000 postos.

O estudo reconhece, no capítulo VIII, p.141 (vol. 5) que se trata de mão de obra de elevada rotatividade. Assim, o fluxo de trabalhadores para a região (Paranáíta e Alta Floresta) será certamente muito superior ao número de empregos diretos e indiretos gerados (vale lembrar que se despreza o afluxo populacional decorrente das outras UHEs).

Serão de 30.000 a 35.000 trabalhadores que chegarão e ficarão desempregados, sendo que certamente boa parte dos mesmos permanecerão na região e integrarão “bolsões de pobreza” aumentando a demanda por serviços públicos (já insuficientes), criminalidade etc., principalmente em Alta Floresta, cidade pólo.

Como Alta Floresta não está inserida na área considerada de influência direta<sup>75</sup> não receberá compensação financeira. O município de Jacareacanga não suportará efeitos da migração de trabalhadores e moradores para a região porque seu núcleo urbano está situado há aproximadamente 1.000 km (um mil quilômetros) do local onde serão feitas as obras.

<sup>75</sup> O município de Alta Floresta não tem território atingido pelo reservatório, motivo pelo qual não faz jus à CFURH.

Os Municípios de Alta Floresta e Paranaíta não possuem condições estruturais para atender a demanda nas áreas de educação (cuja oferta já é inferior à demanda), sendo que no ano de 2010, inclusive, em virtude da incapacidade de fornecimento suficiente de água na cidade, houve suspensão de aulas em algumas escolas.

O Hospital municipal de Alta Floresta (único que atende toda a região) vive à beira da falência. Não há médicos e enfermeiros suficientes: não há UTI; não há estrutura etc. O aumento na demanda decorrente de acidentes de trabalho e transporte, aumento da criminalidade, incidência e disseminação de doenças, dentre outros, o caos hoje já existente.

É imprescindível seja estruturado um Hospital, criados Centros de Diagnósticos e PSFs que atendam a demanda com a contratação de profissionais habilitados.

As medidas mitigadoras e compensatórias apresentadas não são reais, concretas, imediatas e objetivas. Não se faz prognósticos do número de vagas que serão necessárias para educação. Não se sabe nem se prognosticou: o déficit habitacional; b) qual será a necessidade de ampliação de atendimento pelo esgotamento sanitário; c) em quanto aumentará a demanda pelo abastecimento de água; d) qual será a demanda pela coleta e disposição de resíduos; e) em quanto será o aumento da criminalidade; f) qual será o aumento pela demanda na saúde, etc.

Na verdade, as medidas mitigadoras apresentadas não passam de protocolos de intenções no sentido a “sensibilizar” o empreendedor de sua responsabilidade social mediante “articulações” “parcerias” “realizações de melhorias” e fornecimento de “apoios”. (...)

Enfim, é imprescindível que o EIA e o licenciamento ambiental contemplem, de forma clara e objetiva, quais serão as condicionantes socioeconômicas para a instalação e operação da UHE. É preciso que fique claro quem absorverá os custos para que os impactos indicados sejam mitigados e compensados.

(...)

Diante de todo o exposto, o Ministério Público requer sejam analisadas e acolhidas as vertentes consignadas nesta manifestação para que o Estudo de Impacto Ambiental seja complementado e refeito o relatório de Impacto Ambiental. Caso se mantenha o EIA pugna sejam incluídas como condicionantes no licenciamento ambiental medidas reais, efetivas e concretas que mitiguem e compensem os dados ambientais que ocorrerão inclusive no Município de Alta Floresta, - que deve ser considerado como área de influência direta a exemplo de Paranaíta e Jacareacanga<sup>76</sup>.

A Licença Prévia (LP)<sup>77</sup> do empreendimento foi emitida pelo Ibama em 13/12/2010, apenas quatro dias antes do leilão que licitou a concessão da UHE Teles Pires, que teve como vencedor o Consórcio “UHE Teles Pires” constituído pelas empresas Neoenergia S.A (50,10%), Furnas Centrais Elétricas (24,5%), Eletrosul Centrais

<sup>76</sup> [http:](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL07.pdf)

[\\licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL07.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL07.pdf).

Acesso em 18/12/2015.

<sup>77</sup> Licença Prévia nº386/2010.

Elétricas (24,5%) e Odebrecht Participações e Investimentos S.A com 0,90% de participação.

Nessa licença, o órgão ambiental incluiu, como condicionantes ambientais, as reivindicações encaminhadas pelos municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Jacareacanga e expressas no Ofício Circ. nº 421/2010/GAB e pelo Ministério Público:

TABELA 16 - ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES PELO IBAMA

REIVINDICAÇÃO	AUTOR	CONDICIONANTE INCLUÍDA NA LP
<b>Formulação e execução de um “Plano de desenvolvimento dos territórios da Área de Influência da UHE Teles Pires”</b>	Municípios	Apresentar proposta de Plano de Desenvolvimento dos Territórios da Área de Influência da UHE Teles Pires, na forma apresentada no Ofício Circ. nº 421/2010/GAB da Prefeitura de Paranaíta.
<b>Discussão do “Plano de desenvolvimento dos territórios” e do “Programa de Fortalecimento das Infraestruturas de Serviços Públicos dos Municípios Utilizados como Núcleo de Apoio às Obras da Usina” com o Poder Público Municipal, com o “Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Área de Influência da UHE Teles Pires” e com a população.</b>	Municípios	Apresentar Termo de Compromisso assinado com cada ente do Poder Público (Município e Estado) identificando a medida a ser adotada, a respectiva responsabilidade na execução da atividade e projeto, contrapartidas necessárias e cronograma de implantação da ação, que deve ser compatível com o histograma de contratação da obra visando amenizar o máximo a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento.
<b>Elaborar prognósticos com estimativas quantitativas sobre: a) número de vagas que serão necessárias para educação; b) para cobrir déficit habitacional; c) para ampliação do sistema de esgotamento sanitário; c) para abastecimento de água; d) para ampliação do sistema de coleta e disposição de resíduos; e) para enfrentar o aumento da criminalidade; f) para atender o aumento da demanda na saúde.</b>	Ministério Público	Apresentar estimativa atualizada de atração populacional em decorrência do empreendimento, com a distribuição esperada de faixa etária, considerando no cálculo o percentual de rotatividade dos trabalhadores da obra.  Ajustar as propostas de projetos e atividades para o reforço da infraestrutura e dos equipamentos sociais à estimativa atualizada de atração populacional, detalhando ao máximo a medida a ser adotada.  Prever, no âmbito do futuro Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais, ações visando dotar a região de capacidade operacional em termos de infraestrutura de segurança pública, saúde pública e assistência social especializada para lidar com a temática prostituição e exploração sexual infantil.

FONTE: <https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>. Acesso em 08/09/2015.

A emissão da licença prévia com a inclusão de algumas das reivindicações encaminhadas pelos Municípios e Ministério Público, sem, entretanto, estabelecer de fato as obrigações tangíveis e detalhadas (inclusive financeiramente) sobre quais seriam as obrigações sob responsabilidade do empreendedor, apontam que o Ibama possuiu um certo grau de responsividade frente às demandas oriundas da sociedade e de seus representantes, embora tal responsividade, nas fases seguintes do processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, tenha ficado cada vez menor.

Se o conflito passou a ficar mais evidente após as Audiências Públicas, culminando com a solicitação de algumas condicionantes que acabaram por ser incluídas na LP, ele atingirá o ápice na fase de solicitação da licença de instalação. A pressa<sup>78</sup> da EPE em obter a Licença Prévia para viabilizar a participação do empreendimento no leilão pode ter contribuído para sua não manifestação, ao menos formalmente, no processo de licenciamento após a realização das Audiências. Não há qualquer documento por parte da EPE que conteste as solicitações feitas nos documentos supracitados, inclusive considerando-se a extensa lista de reivindicações encaminhadas por Alta Floresta.

Entretanto, após a concessão da UHE Teles Pires, com o estabelecimento de um empreendedor de natureza privada, as manifestações e reivindicações de Municípios, com apoio e atuação direta do Ministério Público, passaram a ser respondidas pelo empreendedor. Travou-se, na sequência, uma disputa sobre a legitimidade dos agentes e do conteúdo dos discursos e reivindicações dos Municípios e Ministério Público, disputa baseada na presença ou não do principal capital do campo: a competência técnica e/ou científica.

---



### 5.3 LEGITIMIDADE E ESTRATÉGIAS DOS AGENTES NA FASE DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Uma vez que na LP foram incorporadas as principais reivindicações dos Municípios e MPE-MT como condicionantes ambientais, a expectativa desses agentes residia no cumprimento de tais exigências pelo empreendedor, o que resultaria em participação dos entes públicos na formulação das medidas compensatórias a serem adotadas assim como na definição das áreas e serviços públicos a serem atendidos.

Entretanto, seguindo as condutas padrões de empreendedores nos processos de licenciamentos ambientais no Brasil, o “Consórcio Teles Pires”, concessionário da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, protocolou o Projeto Básico Ambiental <sup>79</sup> (PBA) em 14/03/2011, sem ter efetuado qualquer reunião com as populações ou representantes locais e sem ter cumprido parte das condicionantes sociais exigidas na licença ambiental.

Mais surpreendente ainda foi a realização, pelo Ibama, entre 03 e 05 de maio daquele ano, de Seminário para discussão do Projeto Básico Ambiental com a participação exclusiva dos técnicos do órgão e do empreendedor, sem o direcionamento de qualquer convite ao MPE-MT ou às Prefeituras dos municípios atingidos. O tecnicismo do órgão e a sua incapacidade em compreender que as percepções e posições dos atores envolvidos com grandes projetos de engenharia também são legítimas, e, portanto, devem ser ouvidos e considerados nas decisões emanadas pelo órgão licenciador, tem contribuído para o alto grau de judicialização dos processos de licenciamento ambiental sob sua competência.

No PBA, o “Consórcio Teles Pires” apresentou o que denominou de “informações mais precisas sobre o contingente de mão de obra a ser empregado (...) considerando o cenário real da obra a ser executada” (JGP, 2011, p. 1). Grosso modo, o PBA procurou construir a ideia de que o impacto da atração populacional sobre os municípios seria significativamente menor do que o previsto no EIA/RIMA, com uma

---

redução das estimativas em mais de 75%, passando de um fluxo médio esperado de 30.000 para 6.890 pessoas na região. Além disto, o empreendedor comprometia-se, entre outros que:

O planejamento em curso para a construção da UHE Teles Pires já definiu que, dada a distância entre as sedes municipais da AID e AII e o local da futura barragem, todos os trabalhadores diretamente ligados à construção do empreendimento ficarão instalados em alojamentos junto ao canteiro de obras, que serão de responsabilidade do empreendedor, e deverão ser dotados de toda a infraestrutura necessária para o atendimento a essa população durante o período de construção. Outra definição importante para o cálculo de demandas sobre infraestrutura municipal refere-se à meta de contratação de 45% dos trabalhadores para as obras nos municípios da AII. Portanto, somente uma parcela da mão de obra a ocupar os empregos diretos virá de fora da região. (JGP, 2011, p. 1).

A tabela 17 apresenta as estimativas comparadas em relação à geração de empregos e fluxo migratório para a região:

TABELA 17 - COMPARAÇÃO DAS ESTIMATIVAS EM RELAÇÃO À GERAÇÃO DE EMPREGOS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (EIA X PBA)

COMPONENTE	EIA/RIMA	PBA
<b>Empregos diretos</b>	3.400 (média)	4.253 empregos diretos (média)
		7.073 empregos diretos pico (mês 21)
	10.000 (pico)	1.914 empregos diretos a serem ocupados por trabalhadores da AII <sup>80</sup> . (Meta de 45%) 2.339 empregos diretos a serem ocupados por trabalhadores de fora da AII. 351 trabalhadores diretos que permanecerão mais tempo na obra (15% da média).
<b>Familiares de trabalhadores de emprego direto (fora da região)</b>	Não estimou	702 Familiares que acompanham os trabalhadores diretos com tempo de permanência mais longa Número estimado de crianças e adolescentes relacionadas aos trabalhadores diretos com tempo de permanência mais longa
<b>Empregos Indiretos na Região</b>	6.800 (média)	2.323 empregos indiretos estimados no setor de prestação de serviços e no setor de bens materiais/comércio
	20.000 (pico)	77 empregos indiretos relacionados as famílias dos trabalhadores diretos no setor bens materiais/comércio Total de 2.400 empregos indiretos gerados pelos setores de comércio e serviços 2.400
<b>Média de empregos diretos e indiretos</b>	10.200	6.576 (em média) empregos gerados direta ou indiretamente pelo empreendimento
<b>Empregos a serem ocupados por pessoas da região</b>	Não estimou	4.168 pessoas residentes na AII disponíveis para postular pelos novos postos de trabalho diretos Total de pessoas residentes a serem ocupadas por empregos diretos: 1.723, Total de pessoas residentes na AII disponíveis para postular novos postos de trabalho indiretos: 2.445
<b>Empregos a serem ocupados por pessoas de fora da região</b>	Não estimou	1.283 Empregos Indiretos a serem ocupados por pessoas de fora da região
<b>Atração de residentes</b>	Não	Aumento de residentes relacionados aos

<b>em função de postos de trabalho do empreendimento</b>	estimou	empregos diretos (familiares): 702 Aumento de residentes relacionados aos empregos indiretos: 3.849 Aumento total de residentes nas sedes municipais: 4.551
<b>Aumento médio da população migrante</b>	Não estimou	Aumento médio de pessoas de fora da AII considerando os residentes atraídos pelos postos de trabalho do empreendimento e os trabalhadores diretos do empreendimento que estarão alojados em domicílios coletivos no canteiro de obras: 6.890
<b>Aumento de população migrante nos 3 meses de pico de obra</b>	Não estimou	Nos três meses de pico deverá haver um acréscimo de cerca de 1.500 trabalhadores, alojados no canteiro, somados à média acima estimada.

FONTE: LEME-CONCREMAT (2009); JGP (2011).

Apesar de expressa na Licença Prévia que ao empreendedor caberia tanto celebrar Termos de Compromissos com os municípios quanto detalhar “ao máximo” as ações a serem realizadas, o PBA esforçou-se em demonstrar que o impacto da atração populacional seria significativamente menor do que o previsto inicialmente. O trecho abaixo demonstra a preocupação do empreendedor em reforçar a redução do impacto:

Portanto, consolidando todas as estimativas acima, a variação demográfica em decorrência da construção da UHE Teles Pires é resumida a seguir. Deve-se ressaltar que 100% da mão de obra a ocupar os postos de trabalho diretos estará alojada no canteiro de obras. Destes, estimou-se que 55% serão formados de trabalhadores de fora da região e que os outros 45% já se encontram residindo na AII. O pico de trabalhadores envolvidos na obra, apesar de atingir 7.073 empregos diretos no mês 21, deverá manter-se em uma média de 4.253, sendo que somente 2.339 serão oriundos de fora da AII. Estes, como os demais, estarão alojados no canteiro (JGP, 2011, p.4).

Além disso, a natureza de “Carta de Intenções” do estudo ambiental foi reforçada: com a exceção do compromisso em construir e equipar vinte salas de aula em Paranaíta e Alta Floresta e construir um Posto de Saúde da Família, o PBA continuou esquivando o empreendedor de assumir compromissos reais junto às municipalidades:

Deverão ser realizadas reuniões técnicas junto a órgãos da administração

municipal ou estadual, autarquias e concessionárias para planejar o reforço de capacidade dos serviços contemplados neste Programa. A definição destas ações conjuntas, uma vez acordadas em um Convênio entre as partes, deverão ser detalhadas em planos de ação, com cronograma, orçamento e detalhamentos de projetos de maneira a propiciar a sua execução. Este processo de planejamento deverá envolver os vários grupos setoriais especializados, incluindo representantes do setor saúde, educação, segurança pública, habitação, saneamento e sistemas viários e de transportes.

Os Planos de Ação acordados deverão ser públicos e deverá existir uma instância de consulta e reclamações recebendo contribuições e sugestões sobre as ações propostas. Após a definição das ações de reforço à infraestrutura e aos equipamentos sociais, deverá ser firmado um Termo de Convênio entre o empreendedor, Prefeituras Municipais e Governos do Estado, na qual estarão claramente detalhadas as ações a serem executadas, incluindo a descrição de responsabilidades de cada uma das partes. Deverá também ser apresentado um cronograma para implantação das ações em compatibilidade com o histograma de contratação visando amenizar ao máximo possíveis sobrecargas sobre os serviços públicos. Reuniões entre empreendedor e autoridades municipais deverão detalhar e ajustar as ações de apoio, adequando-as à estrutura municipal já existente. (JGP, 2011, p. 9)

As ações posteriores dos Ministérios Públicos (Estadual do Mato Grosso e Federal) e dos municípios atingidos pela UHE Teles Pires podem ser compreendidos como atos de defesa do cumprimento das regras do licenciamento ambiental, na medida em que acionaram os mecanismos aos seus alcances para forçarem o empreendedor, e diga-se, o órgão ambiental (Ibama), a simplesmente cumprirem suas obrigações legais.

Entre 27/05/2011 e 17/08/2011, MPE-MT e Municípios reiniciaram uma série de movimentos articulados que mobilizaram mecanismos políticos, administrativos e legais visando impedir a emissão da Licença da Instalação do empreendimento enquanto não cumpridas as exigências ambientais expressas como condicionantes na LP emitida pelo IBAMA.

Nesse contexto, as ações desses agentes podem ser divididas no atendimento de duas reivindicações principais:

- Contratação de consultoria independente, custeada exclusivamente pelo Consórcio Teles Pires, para identificar a capacidade de atendimento e dos serviços públicos de Paranaíta e Alta Floresta com monitoramento durante a fase de obras;

- Estabelecimento de Termos de Compromissos entre empreendedor, Municípios Atingidos e Estados do Pará e Mato Grosso;

O primeiro ato dessa ação coordenada foi a Manifestação do Município de Alta Floresta, em 27/05/2011, através do Ofício nº 146/2011-GP, propondo “cooperação” com o empreendedor, através de repasse financeiro, para contratação de estudo independente para identificar a capacidade de atendimento dos municípios e monitorar a pressão sobre os equipamentos e serviços públicos durante a fase de obras. A contratação de consultoria independente tonou-se, no decorrer do processo, um instrumento importante para os Municípios, à medida que associavam suas demandas por repasses financeiros aos resultados de estudos técnicos, de caráter científico, buscando afastar contestações sobre a legitimidade de suas reivindicações, tratadas por empreendedor e pelo órgão ambiental como simples “barganhas”.

Tal documento, enviado ao Consórcio Teles Pires, não foi respondido. No bojo da eminência da emissão da Licença de Instalação, sem cumprimento pelo empreendedor e órgão licenciador das condicionantes expressas na LP, o Ministério Público do Mato Grosso (MPE-MT) encaminhou ao Ibama as Notificações Recomendatórias nº16/2011 e 17/2011, em 06 e 13 de junho de 2011, respectivamente.

Na Notificação encaminhada em 06 de junho, MPE - MT expõe o conteúdo de reuniões realizadas com os municípios de Paranaíta e Alta Floresta, nas qual esses entes afirmam tanto não terem participado dos estudos ambientais quanto terem recebido do empreendedor proposta de celebração de Convênio de forma unilateral, sem haver ocorrido qualquer reunião ou estabelecimento acordo entre as partes:

A senhora Prefeita (de Alta Floresta) e secretários informam que não participaram de discussões e estudos sobre tais programas, sendo que receberam da UHE proposta de Convênio no qual o empreendedor se dispõe investir R\$5.230.000,00 em programas ambientais. Contudo as autoridades municipais não sabem quais obras serão necessárias para suportar os impactos ao meio ambiente decorrentes da instalação da UHE (...). A proposta de convênio apresentada pelo empreendedor não é específica, não apresenta cronogramas de execução e não indica que será suficiente para absorver os impactos (MPE-MT, /2011, p. 7).

(O prefeito de Paranaíta) Esclareceu que recebeu uma minuta de um termo de convênio onde o empreendedor repassará R\$5.760.000.00 para o Município de Paranaíta, independentemente das medidas previstas no PBA, sendo que a assinatura do referido convênio é essencial para o processo de licenciamento do empreendimento, tendo entregue cópia ao promotor de Justiça (...) Por fim, concordam que a proposta de convênio apresentada pelo empreendedor é totalmente insuficiente para suportar os impactos e suprir as necessidades básicas da demanda que será aumentada em razão da construção da usina (...) (MPE-MT, 2011, p. 7).

Além de recomendar, ao Ibama, uma série de medidas que deveriam ser acatadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental da Usina Teles Pires:

- Seja dada publicidade ao requerimento de Licença de Instalação observando prazos razoáveis para manifestações das comunidades diretamente interessadas;
- Não expeça Licença de Instalação enquanto não forem realizados, pelos Municípios, às expensas da CHTP, estudos aprofundados sobre os impactos ao meio ambiente sócio econômico (notadamente em razão do afluxo populacional). Estes estudos deverão indicar as medidas (programas e ações) nas áreas sociais, ambientais, econômicas, urbanísticas, infância, juventude, educação, saúde, segurança pública, dentre outra. Estas medidas deverão ser detalhadas inclusive quanto à execução com o fim de mitigar e compensar os impactos. Recomenda não seja expedida a Licença de Instalação até que sejam assinados convênios com os Municípios tendo por base os estudos cuja realização ainda de fazem necessários;
- Sejam realizadas Audiências Públicas em Paranaíta e Alta Floresta visando apresentar e discutir o PBA e as medidas mitigadoras e compensatórias, garantindo o detalhamento dos programas e ações e apresentem cronograma de execução compatível com o histograma de contratação da obra visando amenizar o máximo a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados com o empreendimento;
- Não expeça Licença de Instalação enquanto não forem cumpridas todas as condicionantes constantes na Licença Prévia, O cumprimento das mesmas

deverá ser verificado in loco pelo órgão ambiental, discutido com as autoridades municipais e sociedade organizada por meio de reuniões e audiências públicas.

- Para a definição das áreas destinadas ao turismo no entorno do reservatório sejam promovidas previamente as discussões, consultas públicas e provação do Pacuera<sup>81</sup> na forma estabelecida pela resolução Conama nº 302;
- Seja a presente notificação recomendatória juntada aos autos do processo Ibama nº02001.006711/2008-79.

Há, no processo de licenciamento do empreendimento <sup>82</sup> (Ibama, 2011, v. 10, p. 5), uma mensagem, escrita à mão em documento oriundo do Gabinete da Presidência do Ibama que encaminha à Notificação Recomendatória nº16/2011 para análise técnica, digna de menção. Tal mensagem, dirigida ao “Senhor Coordenador Geral”, diz:

Sugiro encaminhamento à COHID<sup>83</sup>, para elaboração de Nota Técnica acerca da pertinência e fundamentação do atendimento aos itens “a” e “f” da Recomendação em Anexo. Ressalta-se que o AGU já emitiu entendimento acerca da não obrigatoriedade de atendimento, desde que fundamentada em justificativa técnica.

A mensagem diz muito sobre a orientação interna do órgão ambiental sobre o tratamento que as solicitações do MPE-MT e Municípios terão: a regra é não aceitá-las, devendo cuidar-se, portanto, da elaboração de pareceres técnicos que sustentem tais decisões, principalmente quando confrontadas em processos judiciais. A análise da “Nota Técnica nº38/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Ref: notificações nº 16 e 17/2011 do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, encaminhados pelos ofícios nº 337/2011 – 1º PJ Cív” atesta a situação:

---

<sup>81</sup> Trata-se do Plano Ambiental para Conservação e Utilização do Entorno dos Reservatórios Artificiais. Para maiores informações, vide: Resolução Conama nº303/2022 e Lei Federal nº12.651 de 2012.

<sup>82</sup> [http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL10.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL10.pdf).



TABELA 18 - ANÁLISE IBAMA ACERCA DAS RECOMENDAÇÕES DO MPE-MT NA NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº16/2011<sup>84</sup>

RECOMENDAÇÕES MPE - MT	POSIÇÃO IBAMA	JUSTIFICATIVA
Seja dada publicidade ao requerimento de Licença de Instalação observando prazos razoáveis para manifestações das comunidades diretamente interessadas;	De acordo.	Recomendação está em cumprimento pelo Ibama.
Não expeça Licença de Instalação enquanto não forem realizados, pelos Municípios, às expensas da CHTP, estudos aprofundados sobre os impactos ao meio ambiente sócio econômico (notadamente em razão do afluxo populacional). Estes estudos deverão indicar as medidas (programas e ações) nas áreas sociais, ambientais, econômicas, urbanísticas, infância, juventude, educação, saúde, segurança pública, dentre outra. Estas medidas deverão ser detalhadas inclusive quanto à execução com o fim de mitigar e compensar os impactos. Recomenda não seja expedida a Licença de Instalação até que sejam assinados convênios com os Municípios tendo por base os estudos cuja realização ainda de fazem necessários	Discorda.	Entende que estudos elaborados pela CHTP são suficientes.
Sejam realizadas Audiências Públicas em Paranaíta e Alta Floresta visando apresentar e discutir o PBA e as medidas mitigadoras e compensatórias, garantindo o detalhamento dos programas e ações e apresentem cronograma de execução compatível com o histograma de contratação da obra visando amenizar o máximo a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados com o empreendimento;	Concorda parcialmente.	Afirma ser possível a realização das Audiências, embora entenda “não ter havido” manifestação conforme Resolução Conama nº009 de 1987.

<sup>84</sup> À medida que as reivindicações da Notificação Recomendatória nº17/2011 ratificam as expressas na Notificação Recomendatória nº 16/2011, trataremos aqui apenas da última.

<b>Não expeça Licença de Instalação enquanto não forem cumpridas todas as condicionantes constantes na Licença Prévia, O cumprimento das mesmas deverá ser verificado <i>in loco</i> pelo órgão ambiental, discutido com as autoridades municipais e sociedade organizada por meio de reuniões e audiências públicas.</b>	De acordo.	Recomendação está em cumprimento pelo Ibama.
<b>Para a definição das áreas destinadas ao turismo no entorno do reservatório sejam promovidas previamente as discussões, consultas públicas e provação do Pacuera na forma estabelecida pela resolução Conama nº 302</b>	De acordo.	Programa seguirá termo de compromisso específico.
<b>Seja a presente notificação recomendatória juntada aos autos do processo Ibama nº02001.006711/2008-79.</b>	De acordo.	Juntado.

Apesar do MPE-MT e Municípios entenderem que os estudos apresentados no EIA/RIMA e PBA além de contraditórios entre si, eram insuficientes para subsidiar qualquer decisão de investimentos em medidas compensatórias aos municípios, o Ibama, alinhado ao empreendedor, entendeu como suficientes os dados apresentados pelo CHTP, embora claramente enviesados no sentido de desenhar uma situação de menor impacto.

Além disso, o órgão ambiental, nas justificativas, utiliza a própria Resolução Conama que define os procedimentos de solicitação de Audiência Pública para não cumpri-la. O artigo 2º da Resolução Conama 009/1987 define que “Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública” afirmando, no parágrafo 2º deste mesmo artigo “que no caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão não realizá-la, a licença concedida não terá validade”. O Ibama afirma até aquele momento não ter havido “solicitações” para realização de Audiência Pública além de não ter vislumbrado a “necessidade” de realização das mesmas:

Neste aspecto, convém destacar, que não houve até o momento solicitação de interessados, na forma da Resolução Conama nº 09/87, para realização de AP nas cidades de Paranaíta e Alta Floresta. Destaca-se, que com base nos documentos incorporados ao processo Administrativo da UHE Teles Pires, O Ibama não verificou, até o momento, a necessidade, por sua iniciativa, de promover uma AP referente à discussão do projeto Básico Ambiental e Relatório de Atendimento de Condicionantes, apresentados pela CHTP como subsidio para o exame do requerimento de LI.

Contudo, a realização de discussões entre a sociedade civil e o empreendedor é sempre salutar e desejada e, podem ocorrer por iniciativa exclusiva do requerente da LI (caráter de participação e controle social), com ou sem a participação direta do órgão licenciador na promoção do evento <sup>85</sup>.

Entretanto, a pressão do IBAMA e do CHTP em obter a assinatura dos prefeitos às propostas de celebração de convênio encaminhadas unilateralmente pelo empreendedor não lograram efeito. Sempre atuando regionalmente, com o apoio permanente do MPE-MT, o Consórcio Teles Pires viu-se obrigado a ceder e negociar os Termos do Convênio.

Foram, nos dias seguintes, realizadas três rodadas de reuniões entre CHTP, Prefeituras dos Municípios de Paranaíta, Alta Floresta, Jacareacanga e MPE - MT: em 21/06/2011, 01/07/2011 e 11/07/2011. Nota-se que o Ibama não esteve presente em nenhum desses momentos.

Com a participação de representantes do empreendedor dos Municípios de Alta Floresta, Paranaíta, além do Procurador Geral do MPE-MT, Marcelo Ferra de Carvalho e do Promotor de Justiça da Comarca de Alta Floresta, Marcelo Caetano Vacchiano, as reuniões objetivaram o estabelecimento de “Termos de Compromissos” entre as partes visando evitar, nas palavras do Procurador - Geral “a judicialização do conflito”. Nas reuniões, empreendedor, Municípios e MPE - MT apresentaram seus principais argumentos sobre os impactos causados pela Usina Hidrelétrica sobre os serviços públicos locais. A tabela 19 apresenta, de maneira sucinta, os principais argumentos de cada agente:

---

<sup>85</sup> [http:](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL10.pdf)

[\\licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL10.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL10.pdf)

TABELA 19- PRINCIPAIS AGENTES E ARGUMENTOS DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

AGENTE	ARGUMENTOS
<b>Empreendedor</b>	<p>Obras e alojamentos ficarão a mais de 80 km de Paranaíta.</p> <p>Operários não precisarão sair dos alojamentos, que ofertará lazer e terá Unidade de Tratamento intensivo.</p> <p>CHTP contratará, no mínimo, 45% da mão de obra necessária na região.</p> <p>Famílias não acompanharão o empregado.</p> <p>Geração de empregos levará desenvolvimento econômico à região, principalmente à Paranaíta.</p> <p>CHTP quer estabelecer relação harmoniosa com municípios.</p> <p>Estabelecimento de consenso sobre as compensações devidas aos municípios não podem atrasar o início das obras.</p> <p>Estudo exigido por prefeituras é incompatível com cronograma da obra, pois atrasaria a emissão da Licença de Instalação.</p>
<b>Municípios</b>	<p>Não há mão de obra ociosa nos municípios para atendimento da meta de 45% de contratação de mão de obra local.</p> <p>Não é possível estimar valores ou ações sem um estudo técnico sistemático que monitore os impactos socioeconômicos.</p>
<b>MPE</b>	<p>É necessária a Celebração de um Termo de Compromisso Ambiental.</p> <p>Emissão de licença de instalação parcial enquanto resultados do estudo não estiverem prontos.</p> <p>Dados apresentados no EIA e no PBA são contraditórios entre si.</p>

FONTE:

[\\licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP\\_VOL15.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/Processo%20Teles%20Pires/TP_VOL15.pdf).

Nas negociações sobre o melhor modelo de estabelecimento de “Termo de Compromisso”, MPE - MT e Municípios foram ágeis em manipular a principal mercadoria em disputa naquele momento: o prazo. O modelo regulatório do setor elétrico estabelece, no contrato de concessão, entre outras penalidades, que:

Conforme previsto no Edital de Leilão nº. 04/2010, no caso de descumprimento do cronograma, a Concessionária deverá celebrar contratos de compra de energia para garantir os contratos de venda originais, conforme art.5º do Decreto nº. 5.163, de 2004 e Resolução ANEEL nº. 165, 19 de setembro de 2005,

ressalvados os casos previstos na Subcláusula Terceira da Cláusula Sétima”.  
(Aneel, 2010) <sup>86</sup>.

Ou seja, caso haja atraso na entrega da energia vendida para as distribuidoras, a Concessionária deverá comprar essa energia no mercado de forma a cumprir sua obrigação contratual. Ora, considerando que o preço de venda do megawatt de energia produzido pela UHE Teles Pires ficou em R\$ 58, 35, alardeado à época como “a mais barata do Brasil”, e os preços da energia elétrica podiam chegar à R\$ 800,00 em períodos de estiagem com o ligamento da matriz termelétrica, a CHTP poderia ter que arcar com o custo da compra de energia <sup>87</sup> enquanto o empreendimento não entrasse em operação comercial.

A mercadoria “prazo” tornou-se para o empreendedor o principal produto em negociação, uma vez que qualquer mês de atraso na entrada em operação da Usina poderia gerar uma perda financeira superior ao que seria gasto em um eventual programa compensatório aos municípios.

A pressa do CHTP em obter a licença de instalação do empreendimento associada à pressão de MPE - MT e Municípios pelo estabelecimento de Termos de Compromisso negociados culminaram em um acordo que não só atendeu todas as reivindicações municipais, mas superou - a, uma vez que além de atender as reivindicações expressas por esses agentes, partiu da CHTP a proposta de criação de um “fundo garantidor” na ordem de R\$10.000.000,00 a ser usado pelos Municípios de acordo com o aumento de pressão sobre os equipamentos públicos monitorados pela Consultoria independente

Os Termos de Compromisso assinados entre CHTP, MPE – MT, Municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Jacareacanga e com os Estados do Mato Grosso e Pará

<sup>86</sup> [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais\\_geracao/documentos/ANEXO%207%20-%20Minuta%20de%20Contrato%20de%20concess%C3%A3o%20\\_19-03-10\\_%20FINAL%2012H01-Leil%C3%A3o%2004-2010.pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/ANEXO%207%20-%20Minuta%20de%20Contrato%20de%20concess%C3%A3o%20_19-03-10_%20FINAL%2012H01-Leil%C3%A3o%2004-2010.pdf)

<sup>87</sup> Para fins de exemplificação, utilizaremos um cálculo bem simplificado, não corrigido. Dos 915 MW de energia firme/hora, a receita mensal seria de aproximadamente R\$ 38.440.980,00. Com o atraso da obra, o CHTP teria que comprar, por mês de atraso, 658.800 MW, no mercado (ACL). O que resultaria, considerando, por exemplo, o preço de venda de energia da UHE Santo Antônio no ACR (o que é premissa falsa, porque o empreendedor teria que comprar a energia no ACL) à R\$78,87, o CHTP teria que desembolsar, em apenas um mês R\$51.959.556.. Não consideramos ainda as multas contratuais que seriam cobradas pela ANEEL.

estabeleceram:

1. Criação e participação do CHTP, representante do Ministério Público, representante do município de Alta Floresta, Paranaíta e Jacareacanga de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental, que terá como objetivo deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para a aferição dos resultados apresentados no âmbito do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais;
2. Arcar com as despesas de contratação de empresa de consultoria indicada por Municípios e MPE - MT com o objetivo de avaliar os resultados dos impactos ao meio ambiente socioeconômico de Alta Floresta e Paranaíta e monitorá-los;
3. Disponibilizar, a título de investimento, para o Município de Alta Floresta, R\$5.330.000,00 para contratação de projetos, execução de obras, aquisição de veículos, mercadorias e equipamentos públicos e contratação de mão de obra e prestação de serviços para atender as necessidades da Municipalidade para o período compreendido entre a Assinatura deste termo de Compromisso (11/06/2011) até o dia 31/03/2012. Deste valor, 35% deverá ser aplicado no setor de educação, 35% no setor de saúde; 20% no de infraestrutura e 10% a critério do Município de Alta Floresta;
4. Disponibilizar, a título de investimento, para o Município de Paranaíta, R\$5.760.000,00 para contratação de projetos, execução de obras, aquisição de veículos, mercadorias e equipamentos públicos e contratação de mão de obra e prestação de serviços para atender as necessidades da Municipalidade para o período compreendido entre a Assinatura deste termo de Compromisso (11/06/2011) até o dia 31/03/2012. Deste valor, 25% deverá ser aplicado no setor de educação, 35% no setor de saúde; 25% no de infraestrutura e 15% a critério do

Município de Alta Floresta;

5. Disponibilizar, a título de investimento, para o Município de Jacareacanga, R\$4.550.000,00 para contratação de projetos, execução de obras, aquisição de veículos, mercadorias e equipamentos públicos e contratação de mão de obra e prestação de serviços para atender as necessidades do Município.
6. Contratar e pagar os projetos, bem como a execução dos mesmos;
7. Arcar com os custos de elaboração de programas, projetos, obras, contratações e execuções que forem necessárias para fins de mitigação e compensação dos impactos que forem decorrentes da instalação e operação da UHE Teles Pires;
8. Arcar com os custos de arbitragem caso seja necessária a contratação de uma Câmara de Arbitragem;
9. Criar fundo garantidor no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não constitui antecipação de verbas tributárias (compensação financeira, ICMS, etc) que será depositado pela CHTP em seu nome em instituição financeira pública, a ser utilizado, se necessário, pelos Municípios de Alta Floresta e Paranaíta, com vistas a compensar eventuais impactos ambientais ou socioeconômicos que tenham sido indicados tanto pela consultoria referida no presente termo quanto pelos estudos de monitoramento. Caso o valor se mostre insuficiente para suportar os impactos que o empreendimento gerará será o mesmo complementado.

Pode-se afirmar, a partir do teor dos Termos de Compromissos pactuados, a eficácia da estratégia adotada pelo MPE - MT e Municípios: ao mesmo tempo em que souberam manipular a mercadoria “prazo” para provocarem negociação do CHTP, utilizando a possibilidade da “judicialização” para resolução do conflito, mobilizaram concomitantemente todos os municípios impactados na bacia para a realização “I Encontro Regional para Discussão das Usinas do Teles Pires”, ato que culminou na

difusão das reivindicações e estratégias utilizadas por MPE-MT, Paranaíta e Alta Floresta para todos os municípios atingidos pelas UHEs no rio Teles Pires.

Ao Ibama, ausente de todo esse debate, só restou a incorporação dos termos pactuados à Licença de Instalação do empreendimento, só emitida em 19/08/2011 após o protocolo, pela CHTP do Termo de Compromisso com o estado do Pará <sup>88</sup>, dando-se então por cumpridas todas as condicionantes ambientais da licença prévia:

2.18. No Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais (P.36):

- a) Apresentar, em até 30 (trinta) dias após a emissão da LI, a relação das atividades, ações, projetos a serem executados nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta – conforme Termos de Compromissos - contendo detalhamento e cronograma de implantação;
- b) As obras previstas nos Termos de Compromissos firmados entre a CHTP e o Poder Público local deverão ser concluídas até o 14º mês de implantação da UHE Teles Pires;
- c) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovação da instalação e do funcionamento Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental;
- d) Inserir, no prazo de 90 (noventa) dias, indicadores específicos para acompanhamento da problemática da prostituição e exploração sexual infantil, dentro do Monitoramento Socioeconômico;
- e) Considerar a temática da prostituição e da exploração sexual infantil como área para investimento em ações segurança pública, saúde pública e assistência social especializada, mediante discussão no âmbito do Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental;
- f) Destinar auxílio técnico e financeiro aos serviços de apoio e assistência social que lidam com a temática da prostituição e da exploração sexual infantil (em Alta Floresta e Paranaíta), com intuito de aumentar a capacidade operacional das instituições. (IBAMA, 201, p.5).

Quem estuda ou trabalha com processos de licenciamentos ambientais, sabe que, via de regra, o que é dito, mesmo que formalizado, não necessariamente torna-se cumprido. Apesar do sucesso dos Municípios de Paranaíta e Alta Floresta e MPE-MT no atendimento de todas as suas reivindicações, tal sucesso só poderia ser corretamente avaliado após o pleno atendimento dos termos pactuados. Na próxima seção analisaremos os conflitos envolvendo agora, a execução das medidas acordadas entre as partes.

---

<sup>88</sup> Protocolado no Ibama em 10/08/2011 através da Carta Dir ADM / FIN nº 132-2011 CHTP.



#### 5.4 QUE SE CUMPRA O ACORDADO: CONFLITOS SOBRE A LEGITIMIDADE TÉCNICA DOS RESULTADOS APRESENTADOS

Durante a fase de obras propriamente dita, iniciada após a emissão da licença de instalação do empreendimento e concluída no final de 2014, o conflito socioambiental envolvendo os impactos sobre os municípios atingidos pela implantação da UHE Teles Pires concentrou-se em torno das disputas sobre a legitimidade das demandas apresentadas pelos Municípios e MPE - MT, assim como sobre a legitimidade das informações de monitoramento dos impactos socioeconômicos divulgadas pelo CHTP.

Conforme vimos na seção anterior, um dos mecanismos adotados por Municípios e MPE - MT para dar maior credibilidade e, portanto, legitimidade às suas demandas compensatórias, foi a contratação de empresa de consultoria para monitorar os impactos sobre os municípios assim como para assessorá-los sobre os melhores modelos de investimentos dos recursos a serem repassados pelo empreendedor. Em decorrência, os investimentos seriam calculados a partir dos dados apresentados por essa “Consultoria Independente” e liberados para os Municípios após aprovação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental.

Entretanto, apesar do disposto no Termo de Compromisso assinado pelas partes, que vinculava os impactos identificados por esta “Consultoria Independente” às medidas compensatórias, o CHTP contratou sua própria empresa especializada, que produziu as informações “oficiais” de monitoramento dos impactos socioeconômicos sobre os municípios. Somente esses dados de monitoramento foram protocolados no órgão ambiental, balizando a conduta do Ibama sobre o assunto.

A contratação da empresa de consultoria<sup>89</sup> pela e para o CHTP ocorreu em 29/09/2011, três meses antes da contratação da empresa da consultoria independente. Essa diferença deu-se pela negativa do CHTP em contratar e custear a época, consultoria independente a ser prestada pela Universidade de São Paulo (USP)

---

<sup>89</sup> IPED- Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão.

indicada por Municípios e MPE - MT. A alegação do CHTP foi a de inconformidade técnica dos serviços apresentados pela USP, embora no TC não houvesse qualquer dispositivo que delegasse ao empreendedor a possibilidade de escolha da empresa a ser contratada e tampouco avaliar “tecnicamente” o escopo do serviço por ela apresentado.

O conflito sobre a contratação da “Consultoria Independente” só foi finalizado após acordo extrajudicial, em 10/01/2012, relativo à Ação Civil Pública nº 949.67.2011.811.0095 impetrada pelo MPE-MT, quando houve a concordância dos agentes pela contratação de equipe da Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo o contrato sido assinado na sequência. Em decorrência da negativa do CHTP, a USP retirou sua proposta.

Durante os cinco meses de incertezas em relação à contratação da consultoria para Municípios e MPE-MT, houve uma intensa movimentação documental no Ibama: enquanto CHTP enviou ofícios<sup>90</sup> ao órgão ambiental “cobrando” dos municípios a indicação de empresa de consultoria, municípios enviavam ao órgão ambiental ofícios denunciando a conduta do CHTP ao mesmo tempo em que o MPE-MT e MPF-Pará protocolaram a notificação recomendatória nº 25, no qual solicitaram, entre outras medidas, as seguintes:

- Suspensão da Licença de Instalação nº 818/2011 até que fossem realizados os estudos identificando o aumento na demanda dos serviços públicos causados pela instalação da UHE Teles Pires, bem como, que fossem definidas as medidas de mitigação de impacto ambiental através de método participativo, a exemplo da metodologia definida pelo EIA;
- Exigência que a CHTP custeasse uma consultoria especializada para os municípios de Alta Floresta e Paranaíta, com o objetivo de suprimir a assimetria de poderes envolvidos com a definição das medidas de mitigação de impactos causados pela UHE Teles Pires;

---

<sup>90</sup> Carta DIR CHTP – nº0183 – 2011 e Carta DIR CHTP – nº0181 – 2011, respectivamente, “notificações” às prefeituras de Alta Floresta e Paranaíta, emitidas em 27/09/2011..

Novamente, na análise <sup>91</sup> que faz Notificação Recomendatória protocolada pelo MPE e MPF, o Ibama negou integralmente as reivindicações ali expressas:

Em relação à argumentação apresentada, conforme já exposto, ressalta-se que as informações apresentadas nos Estudos Ambientais foram consideradas suficientes para o levantamento dos impactos e dimensionamento das medidas mitigadoras/compensatórias associadas ao aumento populacional. Por meio da Nota Técnica nº38/2011 (parágrafos 8 a 14), o Ibama reafirmou que os dados apresentados pela CHTP foram suficientes para estimar as ações e medidas necessárias ao enfrentamento dos impactos da implantação da UHE Teles Pires, em face do processo migratório esperado.

Embora tenham sido assinados Termos de Compromisso entre o empreendedor e as prefeituras de Paranaíta e Alta Floresta, nos quais consta cláusula específica sobre a contratação de empresa de consultoria com objetivo de avaliar os resultados dos impactos ao meio socioeconômico e monitorá-los, o Ibama não considera necessário novo levantamento de impactos.

(...)

A contratação da referida consultoria especializada constou como uma exigência celebrada no âmbito dos termos de compromissos assinados entre a CHTP e as prefeituras com interveniência do MPE. Desta maneira, nunca figurou como condicionante da licença emitida pelo IBAMA.

Nessa fase do licenciamento ambiental, via de regra, o Ibama ausentou-se dos conflitos envolvendo CHTP, de um lado, e MPE-MT/Municípios de Paranaíta e Alta Floresta, de outro, no que tange os impactos sociais e econômicos causados pelo empreendimento sobre os municípios, alegando que a condicionante ambiental expressa na Licença de Instalação exigiu apenas a celebração de Termo de Compromisso, não sendo seu conteúdo e cumprimento de tal acordo de responsabilidade do órgão licenciador.

Entre 24/08/2011, data da Criação do Grupo de Trabalho, até a emissão da licença de operação da Usina, em 19/11/2014, foram realizadas cerca de dezesseis reuniões, sendo 10 (dez) em 2012, 3 (três) em 2013 e 3 (três) em 2014, envolvendo apenas a participação de representantes do empreendedor, de Paranaíta e Alta Floresta e MPE-MT.

Entre o final de 2011 e o início de 2012, o MPE-MT, realizou alguns seminários com o objetivo de subsidiar os representantes dos poderes públicos locais e lideranças sociais das informações consideradas pelo MPE-MT como fundamentais para garantir a

---

<sup>91</sup> Nota Técnica nº65/2011 – Cohid/CGENE/Dilic/Ibama.

participação informada desses atores nas reuniões dos Grupos de Trabalho. Uma dessas reuniões ocorreu em outubro de 2011 na cidade de Paranaíta, tendo sido conduzido pelo promotor de Alta Floresta, Marcelo Vacchiano. Nesse seminário, realizado também em Alta Floresta, o promotor mostrou dados dos impactos socioeconômicos ocorridos em Porto Velho em decorrência da construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e debateu, com os secretários e população presente, as responsabilidades do empreendedor frente ao quadro de precarização dos serviços públicos em decorrência da obra, diferenciando o que seriam reivindicações de compensação em decorrência dos impactos associados à obra daqueles oriundos de uma carência histórica.

FIGURA 9 - VISTA EXTERNA DO LOCAL EM QUE OCORREU O SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO MPE-MT EM PARANAÍTA



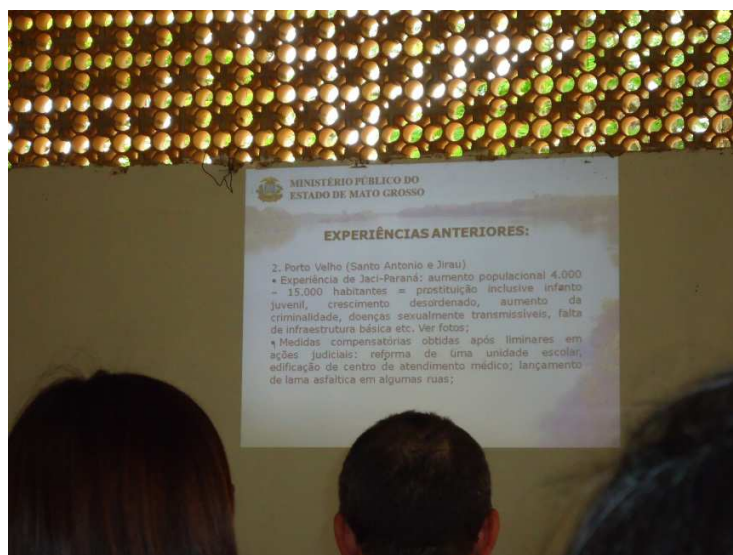
FONTE: a autora, 2011.

FIGURA 10 - PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTA FLORESTA



FONTE: a autora, 2011.

FIGURA 11- EXEMPLO DE TEMA TRATADO NO SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DOS IMPACTOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS ORGANIZADA PELO MPE-PT EM PARANAÍTA (MT) EM OUTUBRO DE 2011.



FONTE: A autora, 2011.

FIGURA 12 - VISTA GERAL SEMINÁRIO SOBRE USINAS HIDRELÉTRICAS ORGANIZADA PELO MPE-PT EM PARANAÍTA (MT) EM OUTUBRO DE 2011



FONTE: a autora, 2011.

Após a resolução do impasse envolvendo a contratação da “consultoria independente”, travou-se, em seguida, uma disputa sobre a legitimidade dos resultados dos trabalhos de monitoramento dos impactos socioeconômicos, assim como sobre a legitimidade das demandas apresentadas pelos municípios. Enquanto CHTP argumentava que tais reivindicações não estavam associadas, ou melhor, não apresentavam relações causais com a implantação da Usina, MPE - MT e Municípios acusavam o empreendedor de manipular os dados de monitoramento por ele apresentados e protocolados semestralmente no Ibama. Vejamos na sequência os detalhes desse conflito.

#### **5.4.1 CONFLITOS EM TORNO DA LEGITIMIDADE E CREDIBILIDADE DOS RESULTADOS APRESENTADOS**

Uma vez que ambos os agentes, MPE-MT/Municípios e CHTP contrataram



equipes de especialistas, municiando-se, portanto, do principal capital específico do campo, os conflitos socioambientais em torno da legitimidade dos discursos deixarem de estar associados aos sujeitos da fala e vincularam-se aos conteúdos dos documentos técnicos produzidos.

A consultoria independente contratada para assessorar MPE-MT/Municípios apresentou, em reunião do Grupo de Trabalho, uma listagem de investimentos visando suprir os municípios de Alta Floresta e Paranaíta com os insumos necessários para garantir a suficiência dos serviços públicos locais no contexto de construção da Usina. Tal estudo baseou-se exclusivamente em estimativa de crescimento populacional até 2014 e estabeleceu as prioridades para investimentos através de reuniões com os poderes públicos locais e da participação popular. Com a realização de entrevistas e “seminários de elaboração de prioridades”. Tal estudo, cujo conteúdo foi aprovado conforme sistemática disposta no Termo de Compromisso, foi severamente criticado pelo CHTP por não associar as demandas apresentadas aos resultados de monitoramento dos impactos socioeconômicos. Ressalta-se que não se encontra, nos documentos disponíveis no site do Ibama ou em outras fontes documentais, qualquer referência a dados de monitoramento dos impactos produzidos no âmbito da “Consultoria Independente”.

Em contrapartida, o Consórcio construtor da Usina apresentou ao Ibama cinco relatórios semestrais, com dados e análises referentes ao monitoramento dos impactos sobre os equipamentos públicos de Paranaíta e Alta Floresta. Os principais dados apresentados pelo Consórcio Teles Pires são dispostos na tabela abaixo:

TABELA 20 - DADOS DO MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO APRESENTADO PELO CHTP

	RELATÓRIOS SEMESTRAIS				
	1° (2°/2011)	2° (1°/2012)	3° (2°/2012)	4° (1°/2013)	5° <sup>92</sup> (2°/2013)
<b>Mão de obra: Média Mão de obra local efetivamente contratada (%)</b>	43,96	28,43	23,47	20,21	17,55

<sup>92</sup> Os municípios de Paranaíta e Alta Floresta, em decorrência de conflitos envolvendo as medidas compensatórias a serem assumidas pelo empreendedor, não divulgaram dados públicos para o CHTP durante este período, não tendo ocorrido, portanto, monitoramento.

<b>no período</b>					
<b>Saúde: Consultas de pronto Atendimento em Paranaíta (rural e urbano)</b>	8.084 <sup>93</sup>	11.967 <sup>94</sup>	5.968 <sup>95</sup>	-	-
<b>Saúde: Consultas de pronto Atendimento em Alta Floresta</b>	-	8.695 <sup>96</sup>	14.958 <sup>97</sup>	-	-
<b>Saúde: atendimentos de média e alta complexidade em Alta Floresta</b>	31.678 <sup>98</sup>	15.910 <sup>99</sup>	-	-	-
<b>Educação: matrículas em escolas públicas municipais de Paranaíta (anual)</b>	2.307	2.272		2.402	
<b>Educação: matrículas em escolas públicas municipais de Alta Floresta (anual)</b>	9.897	8.717		9.300	
<b>Segurança: Ocorrências registradas na polícia civil de Paranaíta</b>	478 <sup>100</sup>	821 <sup>101</sup>		476 <sup>102</sup>	
<b>Segurança: Ocorrências registradas na polícia civil de Alta Floresta</b>	2.222 <sup>103</sup>	3.031 <sup>104</sup>		993 <sup>105</sup>	
<b>Segurança: Ocorrências</b>	110 <sup>106</sup>	129 <sup>107</sup>		130 <sup>108</sup>	

<sup>93</sup> Dados de julho a outubro de 2011. CHTP não apresentou informações de novembro e dezembro.

<sup>94</sup> Dados de fevereiro a maio de 2012. Não foram apresentadas informações de junho e julho.

<sup>95</sup> Dado referente somente ao mês de dezembro de 2012. Relatório do CHTP afirma que os dados não foram disponibilizados pelo município de Paranaíta.

<sup>96</sup> Dado relativo apenas ao mês de fevereiro de 2012.

<sup>97</sup> Dado relativo aos meses de janeiro a maio de 2012.

<sup>98</sup> Dado referente ao ano completo de 2011.

<sup>99</sup> Dado refere-se aos meses de fevereiro a setembro de 2012.

<sup>100</sup> Dado referente ao ano de 2011.

<sup>101</sup> Dado referente ao ano de 2012.

<sup>102</sup> Dado referente aos meses de fevereiro a julho de 2013.

<sup>103</sup> Dado refere-se as ocorrências registradas entre janeiro e dezembro de 2011.

<sup>104</sup> Dado referente aos meses de janeiro a novembro de 2012.

<sup>105</sup> Dado referente aos meses de fevereiro a julho de 2013.

<sup>106</sup> Dados referentes aos meses de outubro a dezembro de 2011.

<sup>107</sup> Dados referentes aos meses de janeiro a abril de 2012.



<b>registradas na polícia militar de Paranaíta</b>			
<b>Segurança: Ocorrências registradas na polícia militar de Alta Floresta</b>	3.163 <sup>109</sup>	2.611 <sup>110</sup>	1.263 <sup>111</sup>

FONTE: <http://licenciamento.ibama.gov.br>. Acesso em 03/12/2015.

Os dados apresentados pelo CHTP, contestados por MPE-MT/Municípios, apresentam uma série de inconsistências. A primeira é a ausência de um padrão de apresentação dos dados e de exigência de padronização pelo Ibama, o que torna o trabalho de comparação impossível. As várias notas de rodapé associadas a cada levantamento atestam essa característica: em um mesmo indicador, existem periodicidades distintas de monitoramento, sendo de fato, difícil encontrar indicadores que apresentem dados de monitoramento por períodos iguais.

Uma segunda inconsistência, talvez mais grave, seja a utilização de variáveis diferentes para um mesmo indicador nos relatórios. No indicador “saúde: consultas de pronto-atendimento”, por exemplo, enquanto nos três primeiros relatórios semestrais foram apresentados dados referentes ao número de consultas de pronto - atendimento nas Unidades Básicas de Saúde de Paranaíta e Alta Floresta, tal indicador desapareceu nos dois últimos semestres, estranhamente, no período em que se esperava o pico da obra (1º semestre de 2013).

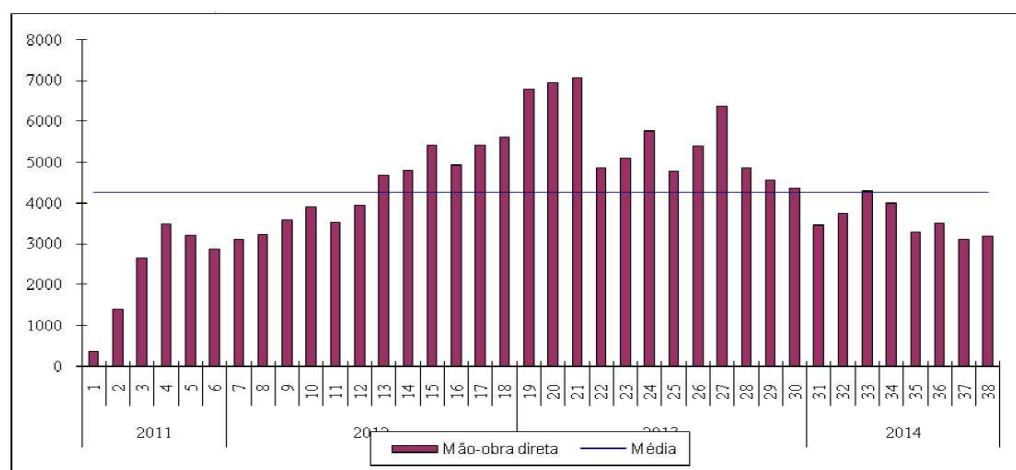
<sup>108</sup> Dados referentes aos meses de outubro a dezembro de 2012.

<sup>109</sup> Dado refere-se ao ano completo de 2011.

<sup>110</sup> Dado refere-se ao ano completo de 2012.

<sup>111</sup> Dado referente aos meses de fevereiro a julho de 2013.

FIGURA 13- HISTOGRAMA PREVISTO DE MÃO DE OBRA DA UHE TELES PIRES



Fonte: JGP, 2011.

Uma terceira inconsistência é a clara falta de preocupação no estabelecimento de relações de causalidade entre os fenômenos, o que permitiu ao empreendedor, quando confrontado com dados que sugeriam fortes evidências de impacto social do empreendimento, fazer afirmações como a que seguem abaixo:

As informações de fevereiro a março de 2012 são do município e de abril a maio do sistema único de saúde-sus- o qual não disponibilizou informações referentes aos meses de junho a julho. Pela análise dos dados de fevereiro a maio verifica-se que houve uma evolução na ordem de 60,92% no número de consultas medicas em Paranaíta, o que representa um incremento no período analisado de 1.244 novas consultas. Como os dados são sazonais os mesmos não permitem uma análise mais pontual sobre as causas desse incremento. (CHTP, 2012, p.29).

Curiosamente, a partir da sistematização e análise dos dados do monitoramento apresentados pelo CHTP, em todos os setores que apresentaram aumentos significativos de demanda, o empreendedor afirmou não existirem evidências de relação de causalidade. Tais afirmações, frequentes nos dados de saúde reproduziram-se também nos de segurança, embora o número de registros de ocorrências policiais feitas pela Polícia Militar de Paranaíta tenha saltado de 478, em 2011, para 821 em 2012, o Consórcio Teles Pires logo tratou de afirmar que:

Portanto, verificou-se um incremento em volume de ocorrências não representando necessariamente uma elevação nos índices de criminalidade. Por outro lado, o número de homicídios triplicou, bem como outras ocorrências graves como ameaças e lesão corporal. No entanto, até o momento não é possível atribuir efetivamente este incremento à presença da UHE Teles Pires no município (CHTP, 2012, p.36).

A tentativa de tornar as disputas sobre o grau de impacto da obra sobre os municípios de Alta Floresta e Paranaíta mais “técnica e científica” através de monitoramento intensivo dos indicadores socioeconômicos locais não logrou êxito. Enquanto MPE-MT/Municípios não conseguiram gerenciar os contratos com as empresas de consultoria independente de forma a obter os dados necessários para uma atividade de monitoramento, o CHTP, tendo tais dados, utilizou-os de maneiras contestáveis, impedindo, de fato, qualquer análise técnica sobre os impactos de fato gerados pela obra.

Ambas as partes nunca consideraram, portanto, legítimos os dados e argumentos apresentados pela outra. A ausência do Ibama nesse embate contribuiu para o agravamento do quadro, uma vez que a figura do “mediador” desse conflito específico, nessa fase do licenciamento ambiental, nunca existiu.

O ápice dessa etapa do conflito ocorreu em 22/11/2013, quando Paranaíta decretou “estado de emergência” em decorrência dos impactos socioeconômicos da obra, através do Decreto Municipal nº545/201. Tal medida, entretanto, não logrou êxito como mecanismo de pressão política.

A celeuma persistiu até o ano de 2014, tendo sido resolvido nos mesmos moldes do conflito envolvendo a contratação da consultoria independente: em 02/07/2013, MPE-MT ajuizou a Ação Civil Pública nº 559 -29.2013.811.0095, na qual pleiteou:

- Condenação da CHTP por dano extrapatrimonial com pagamento de indenização a ser arbitrada pelo magistrado e depositada nos fundos municipais de meio ambiente de Paranaíta e Alta Floresta;
- Tutela específica para contratação da consultoria independente sem a disposição que exonera a CHTP de qualquer pagamento caso haja outra rescisão contratual por parte dos municípios;

- Tutela específica para bloquear as contas bancárias da CHTP o valor das proposições aprovadas pelo Grupo de Trabalho no total de R\$41.695.748,81 e manutenção de R\$10.000.000,00 do fundo garantidor para execução de eventual medida a ser deliberada pelo Grupo de Trabalho;
- Cumprir o ajustado com os municípios de Paranaíta e Alta Floresta na execução das proposições aprovadas pelo Grupo de Trabalho;
- Regularização de obras entregues com defeitos para o município de Paranaíta no prazo de 90 dias, sob pena de multa a ser definida pelo magistrado;
- Multa diária de R\$500.000,00 para o descumprimento de cada uma das obrigações.

As primeiras tentativas de acordo extrajudicial, ainda em 2013, não surtiram efeito, uma vez que o CHTP não reconheceu, nesse documento, a existência de vínculos entre as exigências compensatórias e dados de monitoramento dos impactos socioeconômicos da obra sobre os municípios. Somente em meados de 2014 (04/06/2014), MPE-MT, CHTP e Municípios estabeleceram consenso, no qual ficou acertado que o CHTP liberaria acesso dos municípios ao saldo do Fundo Garantidor em troca da assinatura, por MPE-MT e Municípios de Alta Floresta e Paranaíta de “Termos de Quitação Integral dos Termos de Compromisso pelo CHTP”.

Assim, após a série de embates envolvendo questões como legitimidade dos agentes e discursos, com a utilização de mecanismos políticos, legais e administrativos por ambos os agentes, os conflitos envolvendo MPE-MT, Municípios e CHTP encerraram-se através de um acordo político.

Entretanto, enquanto extinguíam-se os conflitos socioambientais com o Consórcio Teles Pires, em decorrência tanto do acordo firmado quanto da finalização da obra, Paranaíta e Alta Floresta, preparavam-se para, na sequência, o início do processo de implantação de outra grande Usina Hidrelétrica na região: a UHE São Manoel, licitada em dezembro de 2013.

Reeditava-se assim, com uma nova Usina Hidrelétrica, os mesmos conflitos envolvendo os impactos sociais e econômicos das grandes obras de engenharia sobre os municípios, assim como sobre as responsabilidades do empreendedor na absorção e no financiamento das medidas necessárias para minimizar tais impactos. A incorporação das estratégias e mecanismos de ação de MPE-MT e Municípios nesse novo processo de licenciamento, assim como as aprendizagens decorrentes dos embates com o CHTP, só poderão ser avaliados em um novo estudo. De qualquer maneira, enquanto os interesses setoriais continuarem prevalecendo sobre os interesses regionais, cada processo de licenciamento ambiental reeditará os mesmos conflitos e os impasses. Somente uma profunda alteração tanto no modelo regulatório do sistema elétrico quanto no processo de licenciamento ambiental alterará esse quadro.

A licença de operação da UHE Teles Pires foi emitida pelo Ibama em 18/11/2014, dando-se por cumpridas, à época, todas as condicionantes ambientais exigidas na licença de instalação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos negativos gerados por Grandes projetos de Investimentos sobre os municípios é tema ainda pouco desenvolvido na área de Sociologia Ambiental. Embora exista uma boa quantidade de estudos que buscam verificar a existência de relação de causalidade entre a construção de uma Usina Hidrelétrica e desenvolvimento local/regional, mobilizando indicadores consagrados da economia, raros são os estudos em que se encontra um debate aprofundado sobre implantação de hidrelétricas, marginalização social, precarização dos indicadores sociais, sobrecarga nos serviços públicos e aumento das taxas de criminalidade nos municípios-sede das obras.

A incorporação dessa problemática nos processos de licenciamento ambiental é também recente, remontando a meados dos anos 2000, acompanhando o ressurgimento de políticas públicas desenvolvimentistas de expansão da infraestrutura, através dos “Planos de Aceleração do Crescimento (PAC)”.

Embora recente essa questão representa hoje um dos maiores conflitos socioambientais relacionados à implantação de Usinas Hidrelétrica no Brasil. É tema de tão acalorada discussão que o Governo Federal viu-se obrigado a planejar, implantar e coordenar ações de desenvolvimento regional nas regiões atingidas por grandes reservatórios artificiais: O “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu”<sup>112</sup>, criado pelo Decreto Federal nº 6.047 de 2007 e o “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tapajós”<sup>113</sup>, em elaboração pelo governo federal, são ferramentas que visam, partir da co-responsabilização de poder público e iniciativa privada, promover as medidas necessárias para que as regiões-sede das grandes obras hidrelétricas beneficiem-se daquilo que se convencionou chamar de

---

<sup>112</sup> Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu foi instituído em 2010, pelo Decreto nº 7.340. O objetivo da ação do Governo Federal é promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência, que compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.  
Fonte: [www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/xingu-sustentavel](http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/xingu-sustentavel).

<sup>113</sup> <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/desenvolvimento-territorial-do-tapaj%C3%B3s-%C3%A9-tema-de-oficina-em-itaituba>.

“desenvolvimento”.

Via de regra as populações dos municípios atingidos por reservatórios artificiais, assim como seus representantes políticos, não mais celebram a chegada de empreendimentos dessa natureza com suas promessas de geração de empregos, aumento das receitas públicas, dinamização da economia, etc. Seja no caso da usina Hidrelétrica Teles Pires ou nas usinas planejadas no Rio Tapajós, o temor das populações locais é maior do que a esperança quanto à melhoria de suas condições de vida. Sobre a expectativa da população de Itaituba (PA) sobre a implantação da UHE Tapajós, vislumbra-se que:

(...) enquanto os projetos avançam, o receio é que os benefícios do desenvolvimento passem à margem da cidade. Se construída, a hidrelétrica de São Luiz será a terceira maior do Brasil em potência. E, com pouca infraestrutura, Itaituba corre o risco de passar pela mesma situação que Altamira, onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte. Lá, a cidade vive o impacto das obras com o crescimento desordenado que provoca especulação imobiliária, problemas no atendimento à saúde e crescente violência.<sup>114</sup>

São também nacionalmente conhecidos os impactos que a Usina de Belo Monte gerou sobre a cidade de Altamira.

A chegada do projeto da usina de Belo Monte somada a uma estrutura precária de políticas públicas contribui para o agravamento de situações de violência em Altamira. A cidade vive uma onda de crescimento de exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e indígenas desde o início da construção da usina de Belo Monte. A alta nos preços dos aluguéis e venda de imóveis chega a afetar instituições que trabalham no combate à exploração sexual na cidade, já que não há recursos disponíveis para arcar com a alta dos custos. As informações foram reveladas por uma pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), feita durante os anos de 2013 e 2014.<sup>115</sup>

O debate sobre os impactos sociais e econômicos sobre os municípios tem, portanto, legitimidade social, sendo atualmente reconhecido como um dos maiores problemas relacionados à implantação de Usinas Hidrelétricas no Brasil.

O caso da UHE Teles Pires é exemplar no sentido de mostrar como um impacto

<sup>114</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/la-vem-o-progresso-8521.html>

<sup>115</sup> <http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1000>.

negativo, até então frequentemente marginalizado nos processos de licenciamentos ambientais, tornou-se um dos principais conflitos envolvendo a implantação da Usina no norte do Mato Grosso. O Consórcio Teles Pires (CHTP) viu-se obrigado a ceder e negociar em diversos momentos, sob pena de ver paralisadas as obras e ser onerado pelo atraso da geração comercial da usina. Da assinatura dos “Termos de Compromisso” à assinatura dos “Termos de Quitação das Responsabilidades do CHTP”, foram repassados aos municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Jacareacanga cerca de R\$ 26.000.000,00<sup>116</sup> utilizados para a aquisição de uma série de equipamentos sociais e obras urbanas para utilização das populações locais (ANEXO 5).

Se os municípios não alcançaram o atendimento de todas as suas reivindicações, tampouco ficaram desassistidos: a articulação regional envolvendo Paranaíta e Alta Floresta, assim como o apoio constante do MPE-MT e eventual do MPF-PA foram cruciais para que parte importante das demandas fosse atendida.

O caso da UHE Teles Pires foi importante também no sentido de ter influenciado todos os outros licenciamentos ambientais de Hidrelétricas na região. As obras da UHE Colíder, que ocorriam simultaneamente às da UHE Teles Pires, foram judicialmente paralisadas em meados de 2011, após MPE-MT impetrar Ação Civil Pública exigindo que seu empreendedor, a Companhia Paranaense de Energia, compensasse os efeitos negativos que a obra estava causando às suas regiões-sede. O impasse só foi resolvido após a celebração de Termos de Compromisso na qual a Copel comprometeu-se em monitorar os impactos socioeconômicos nos municípios atingidos, constituir e participar de grupos de trabalho orientados para a discussão dos investimentos reivindicados pelas municipalidades, contratar Consultoria Independente para os Municípios e ainda, repassar, como compensação inicial, cerca de R\$ 6.000.000,00 para os Municípios – sede da Usina. Tais mecanismos foram também incorporados aos licenciamentos da UHE Sinop e UHE São Manoel, licitadas no final de 2013.

---

<sup>116</sup> Foram R\$7.813.369,81 para Alta Floresta; R\$ 8.278.852,43 para Paranaíta e R\$4.853.595,34 para Jacareacanga. Foi ainda disponibilizado para os municípios o saldo do Fundo garantidor, no valor, à época, de R\$ 4.700.183,22 totalizando R\$25.646.000,70.



Apesar da relevância da questão e da mobilização das populações e poderes públicos locais frente à ameaça de sobrecarga nos equipamentos públicos e aumento da violência, não há sinais de que haverá, no médio prazo, alterações no marco regulatório do setor elétrico e no sistema e procedimentos de licenciamento ambiental brasileiro de forma a incluir os posicionamentos e interesses das localidades nos processos de planejamento e implantação de Usinas Hidrelétricas. Fazemos nossas as palavras de Vainer; Araújo (1992, p.44), ao afirmarem que:

(...) a inserção adequada dos grandes projetos no espaço regional suporia, como condição, a inserção dos interesses regionais no processo em que se decide sobre a realização do investimento. Isto significaria o estabelecimento de formas de negociação – institucionalizadas ou não – em que o empreendedor forneceria informações substanciais acerca do projeto e de suas características para que as forças regionais pudessem identificar a melhor forma de preservar seus interesses frente à intervenção externa.

Sem alteração do marco regulatório, as regiões continuam ausentes dos debates e das decisões que implicarão diretamente o cotidiano dos indivíduos que ali residem, dependendo, caso a caso, da ação política de seus representantes eleitos e da atuação do Ministério Público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294p.

ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. **Desenvolvimento E Natureza: Estudos Para Uma Sociedade Sustentável**. 1ed. SÃO PAULO: CORTEZ, 1995,

ACSELRAD, H; CAMPELLO, C.A.; MELLO, G.N.B. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H ; BEZERRA, G. . Inserção econômica internacional e resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina . In: Andréa Zhouri e Klemens Laschefs-ki. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Minas Gerais: UFMG, 2010, v. 1, p. 34 - 62

AGRA FILHO, S. S.. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1ed.Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, v. , p. 351-359.

ALMEIDA, A.W.B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, V.6, N.1 / maio 2004, pp. 9 maio 2004, pp.9-32.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Vasconcelos. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

BERMANN, C. **O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma**. Novos Cadernos NAEA, v. 15, p. 5-23, 2012.

BOURDIEU, P; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (org). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **A profissão de Sociólogo – Preliminares Epistemológicos**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **CARTILHA DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO**/Ministério de Minas e Energia. Brasília: 2006. Disponível em:  
<[http://ucel.eln.gov.br/gse\\_doc/cartilha.novo%20modelo.pdf](http://ucel.eln.gov.br/gse_doc/cartilha.novo%20modelo.pdf)> . Acesso em 12/03/2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2006/2015** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2006. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20060702\\_01.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20060702_01.pdf)> . Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2007. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111\\_2.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111_2.pdf) >. Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2009. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20091119\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20091119_1.pdf)> . Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2010/2019** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2010. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20101129\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20101129_1.pdf)> . Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2011/2020** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2011. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20120302\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20120302_1.pdf)>. Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2012/2021** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2012. Disponível em:  
< [http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf)> . Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2013/2022** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2013. Disponível em:  
<<http://www.epe.gov.br/PDEE/Relat%C3%B3rio%20Final%20do%20PDE%202022.pdf>>  
. Acesso em: 03 fev.2015.

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2014/2023** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2014. Disponível em:  
<<http://www.epe.gov.br/PDEE/Relat%C3%B3rio%20Final%20do%20PDE%202023.pdf>>.  
Acesso em: 03 fev.2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**.  
Texto para discussão. EESP/FGV, 157. Versão 31 de maio de 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Do antigo ao novo desenvolvimento na América Latina**.  
FGV-SP (texto para discussão nº 275, Novembro de 2010).

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**.

In: Luiz Carlos Delorme Prado; Rosa Freire d'Aguiar. (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012, v. 1, p. 27-66.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Clovis Cavalcante. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995, v., p. 29-40.

BURAWOY, M. **Por uma sociologia pública. Política e Trabalho**, Recife, n. 25, p. 9-50, out. 2006.

CARMINATI, J. G. O. ; SCALCO, P.R. . Relações de Causalidade entre Energia e Crescimento Econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Energia**, v. 19, p. 1, 2013.

CASTRO, E. V., ANDRADE, L.: Hidrelétricas do Xingu, o Estado contra as sociedades indígenas. In: Santos, L; Andrade, L. (orgs). **As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. Comissão Pró-Índio de SP, São Paulo, 1988.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 128-138.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. Trad. A.Z Guimarães. In: GUIMARÃES, A.Z. (ORG). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p.87-121.

CONCEIÇÃO, A. L.; SEIXAS, S. R. C. . Hidrelétricas, qualidade de vida e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Energia**, v. 19, p. 1-17, 2013.

DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth, and employment. **Econometrica**, 1946. p. 137-47.

DUPAS, G. **O Mito do Progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

FERREIRA, L. C. A. **Questão Ambiental - Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FERREIRA, L C. **Ideias para uma Sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FRONTEIRA. Prefeitura Municipal de Fronteira. **Portal**. Disponível em: < <http://www.frenteira.mg.gov.br/>>. Acesso em 13/05/2014

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Portal**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/>. Acesso em 13/05/2014

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 10ª ed., 2000.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOLDEMBERG, J. Energia e Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 7-15, 1998.

GOMES, J.P.P; VIEIRA, M. M.F. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. In: **Ver.Adm.Pública**. Rio de Janeiro, v.43, nº2, mar/abr.2009.

HERNANDEZ, F. D. M. Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? **Boletim Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, vol. 7, nº 3, p. 791-811, set-dez 2012.str

HARROD, R.F. 1939: An essay in dynamic theory. **Economic Journal**, 1939. p.14-33.

ITAÚBA, Prefeitura de; CLÁUDIA, Prefeitura de; COLÍDER, PREFEITURA DE; NOVA CANAÃ DO NORTE, PREFEITURA DE; PARANAÍTA, Prefeitura de; ALTA FLORESTA, Prefeitura de; CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE; ENTIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS E REGIONAIS, 2011, p.1)

JGP, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Colíder – 300 MW**. São Paulo, 2009,.5 V.

JGP, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. **Projeto Básico Ambiental UHE Teles Pires**. São Paulo, 2011.

KARPINSKI, C. **Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas), 2011, v., p. 21-60.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LAURELLI, E. Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio. In: ROFMAN, Alejandro (Coord.). **Los grandes proyectos y el espacio regi-**

**onal. Presas hidrelétricas y el sistema decisional.** Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 1987, p. 131- 155 (Cuadernos del CEUR, nº 19).

LEGROS, P et al. **Sociologia do imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

LEME-CONCREMAT. **Avaliação Ambiental Integrada da bacia do rio Teles Pires.** São Paulo, 2009.

LEME-CONCREMAT. **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires.** São Paulo, 2010.

LEME-CONCREMAT. **Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel.** São Paulo, 2011.

LEMONS, C.F. **Audiências Públicas, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidrelétricos: Os casos de Tijuco Alto e Irapé.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

LEVI-STRAUSS, C. **Mito e Significado.** Lisboa: Edições 70, 1989.

MIGUEL, L. F. Em torno do conceito de mito político. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, p. 635-661, 1998.

MONTIBELLER FILHO, G. **Texto de Economia.** Florianópolis, v.4 , nº 1, 1993.

ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1994.

PEGOLLO, C.A.G. Política energética nacional e o novo modelo para o setor energético. **Revista Integração.** Jul/ago/set -2007.ano XIII nº50-277-282.

PEREIRA, D. B. e PENIDO, M. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In. ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI, Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel – Fundap, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond & SEBRAE, 2004.

SACHS, I. (2009). **A terceira margem: em busca do ecodeenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHUMPETER, J. **History of Economic Analysis**. New York: Oxford University Press., 1954.

SEVÁ FILHO, A. O. . Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI,A.; LASCHEFSKI,K.. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. 1.ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, v. , p. 114-147.

SILVA, G. **O impacto da Compensação Financeira pela Utilização de recursos hídricos no desenvolvimento de municípios, o caso do reservatório da Usina Hidrelétrica Três Marias**. UNB, Mestrado em Geografia, Brasília, 2007.

SILVA, L. L. **A Compensação Financeira das Usinas Hidrelétricas como instrumento de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental**. Brasília. UNB, 2007.

SILVA, R.B. **A Usina Hidrelétrica de Mauá e suas dinâmicas socioambientais**. Curitiba, UFPR, 2015.

SILVA, M. B. O. **Desenvolvimento Sustentável: um conceito em disputa, um direito a ser conquistado**. Justiça do Direito (UPF), v. 23, p. 28-41, 2009.

SOLOW, R. 1956: "A contribution to the theory of economic growth". **Quarterly Journal of Economics**, 956. p. 65-94.

STOPPINO, M. Ideologia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI,N.; & PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

THEMAG, E. **Estudos de Impacto Ambiental da UHE Sinop**. São Paulo, 2010.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, p. 27, 2006.

TOLMASQUIM, M.T. (org). **Geração de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Interciência LTDA, 2005.

TOLMASQUIM, M.T. **Novo Modelo do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Synergia; EPE: Brasília, 2011..

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa**



**em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUCURUÍ. Prefeitura Municipal de Tucuruí. **Portal**. Disponível em: <http://www.pmt.pa.gov.br/>>. Acesso em 13/05/2014

&lt;

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F.G.B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Revistas Estudos Avançados** , v. 21, n. 59, 2007

VAINER, C. B. . Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F.D. (Org.). **Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. 1ed. Viçosa: UFV, 2008, v. , p. 39-63.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, , p. 89-116.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 10, p. 119-135, 2007.

ZHOURI, A. (Org.); LASCHEFSKI, K. (Org.) . **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. v. 1. 484p .

ZHOURI, A. (Org.). **As Tensões do Lugar: hidrelétricos sujeitos e licenciamento Ambiental**. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. V. 1. 327p.

ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais**. 1. Ed. Brasília: ABA, 2012. V. 1. 364p.

ZUCARELLI, M.C. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.



## **APÊNDICE**

### **REGISTRO FOTOGRÁFICO DE VIAGEM À CAMPO EM 10/2011 e 09/2013**

FOTO 1 – PREFEITURA DE PARANAÍTA.



FONTE: Autora, 2011.

FOTO 2 – VISTA GERAL PRAÇA EM PARANAÍTA



FONTE: Autora, 2011.

FOTO 3 – VISTA GERAL PRAÇA EM PARANAÍTA



FONTE: Autora, 2011

FOTO 4 – PREFEITURA DE ALTA FLORESTA



FONTE: Autora, 2011

FOTO 5 – VISTA GERAL AVENIDA PRINCIPA DE ALTA FLORESTA



FONTE: Autora, 2011

FOTO 6 – FIM DO ASFALTAMENTO DA ESTRADA QUE LIGA ALTA FLORESTA À PARANAÍTA



FONTE: Autora, 2011

FOTO 7 – RIO TELES PIRES – ACESSO PRÓXIMO À BARRAGEM DA UHE SÃO MANOEL



FONTE: Autora, 2011

FOTO 8 – RIO TELES PIRES



FONTE: Autora, 2011

FOTO 9 – ACESSO CONTRUÍDO PELO CONSÓRCIO HIDRELÉRICO TELES PIRES



FONTE: Autora, 2011

FOTO 10 – VISTA GERAL VEGETAÇÃO AO LONGO DAS MARGENS DO RIO TELES PIRES



FONTE: Autora, 2011

FOTO 11 – VISTA GERAL GINÁRIO DE JACAREACANGA – CONSTRUÍDO PELO CHTP COMO MEDIDA COMPENSATÓRIA AOS IMPACTOS DA UHE TELES PIRES



FONTE: Autora, 2011

**ANEXOS**

**ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO CHTP E ALTA FLORESTA**



**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES  
PIRES E O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 12.810.896/0001-53, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, situada na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, e, de outro, o **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 15.023.906/0001-07, com sede no Canteiro Central, Paço Municipal, representado por sua Prefeita Municipal, Srª Marialzaura Dias Alfonso, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade n. 292293 SSP/MS e inscrita no CPF sob o n. 022.769.681-68, residente e domiciliada em Alta Floresta/MT, e ambas conjuntamente definidas simplesmente como Partes, resolvem de comum acordo, celebrar este Termo de Compromisso, e, como terceiros intervenientes-anuentes o MUNICÍPIO DE PARANAÍTA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 03.239.043/0001-12, com sede na Rua Alceu Rossi, s/nº, Centro, Paço Municipal, representado por seu Preteito Municipal, Dr. Pedro Hideyo Miyazima, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 7625511 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 403.126.409-78, residente e domiciliado em Paranaíta/MT e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, representado pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Marcelo Ferra de Carvalho e pelo Promotor de Justiça Dr. Marcelo Caetano Vacchiano, ficando certo e ajustado na forma estabelecida pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente Termo de Compromisso regular a cooperação mútua entre o MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA e a COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES, no sentido de viabilizar e consolidar as ações de implantação e operação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na parte inserida nos limites do Município de Paranaíta, de forma ambiental e socialmente sustentável com o objetivo, ainda, de atender as condicionantes inseridas nos itens 2.22, 2.23 e 2.24 da Licença Prévia 386/2010 no que for aplicável às competências dos Municípios e tendo por base o que foi acordado na Reunião realizada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso no dia 1º de julho de 2011, conforme ata em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE VIGÊNCIA DESTE INSTRUMENTO**

2.1 O presente **Termo de Compromisso** tem sua vigência vinculada ao pleno atendimento, de ambas as partes, das obrigações por ele estabelecidas;

2.2 Tais obrigações, definidas nas cláusulas subsequentes, poderão ser objeto de revisão sempre que solicitado por uma das partes, ocasião na qual serão efetuados os ajustes necessários;

2.3 Durante o período de repactuação deste **Termo de Compromisso**, todas as obrigações

estabelecidas por este instrumento permanecem válidas.

2.4 Caso haja discordância entre as partes sobre a divisão de responsabilidades a ser pactuada no **Termo de Compromisso** eventualmente revisado em decorrência do resultado do estudo realizado pela consultoria a ser contratada pela CHTP para dar suporte ao Município de Alta Floresta, após terem sido esgotadas todas as formas de negociação, estas concordarão com a arbitragem de terceira parte delegada, uma câmara de arbitragem certificada, que terá um mês para manifestar sua decisão. Os custos de eventual arbitragem serão suportados pela **UHE TELES PIRES**. A escolha da Câmara de Arbitragem deverá contar com a anuência do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Não será permitido às partes questionamento acerca da decisão da mencionada Câmara de Arbitragem.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 3.1. Considerando a relevante contribuição da **UHE TELES PIRES** para a geração de energia elétrica no País da qual resultará o aumento da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional;
- 3.2. Considerando que é imprescindível promover o contínuo monitoramento das transformações do meio ambiente mediante o desenvolvimento de pesquisas e estudos adequados a tal finalidade e que cumpre ao empreendedor contribuir para o aparelhamento requerido pelo município de Alta Floresta para suportar o aumento da pressão sobre os serviços públicos locais;
- 3.3. Considerando o genuíno e justificável interesse da população de Alta Floresta em acompanhar e participar do processo de elaboração de suas políticas públicas, dentre as quais as necessárias à mitigação e compensação dos impactos causados pela UHE Teles Pires, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **Obrigações do MUNICÍPIO:**

a) Ceder para uso à **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, para estrita execução do presente COMPROMISSO, os cadastros físicos e fiscais de localização dos contribuintes e proprietários de imóveis, inclusive municipais, estaduais e federais, das áreas envolvidas, bem como levantamentos plani-altimétricos, e informações necessárias para o monitoramento socioeconômico observando-se a disponibilidade nos bancos de dados e quadro de funcionários existentes no **MUNICÍPIO**;

b) Indicar os locais onde serão executadas todas as obras e instalados todos os equipamentos para suportar o aumento na pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento;

c) Tornar disponíveis informações necessárias para o monitoramento socioeconômico a ser realizado pela **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**;

d) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de Influência da UHE Teles Pires, o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais – P36 do PBA do projeto, além de selecionar uma empresa de consultoria contratada para esse fim. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante do Ministério Público, um representante da CHTP e um representante do Município de Alta Floresta.

e) No que couber, colaborar com a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES** perante a sociedade civil, dando apoio à área institucional e de comunicação da **UHE TELES PIRES**, providenciando e agilizando a análise e aprovação dos projetos de infraestrutura e atendimento as restrições ambientais de sua competência.

f) Indicar os Programas Ambientais (meio ambiente sócio econômico) que devam ser contratados e executados às expensas da CHTP, observando os limites constantes no item c (das obrigações da CHTP), no prazo de trinta dias contados da assinatura deste Termo de Compromisso. Fica ajustado que o Município de Alta Floresta indicará a contratação, às expensas da CHTP, e acompanhará a execução dos projetos e obras, indicará as necessidades discriminadas de aquisição de equipamentos e bens/mercadorias de uso público e mão de obra que sejam necessárias para suportar a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento. O Município de Alta Floresta acompanhará, ainda, a execução orçamentária e financeira.

g) Indicar uma empresa de consultoria que possua notória especialização na prestação de serviços ambientais com o objetivo de avaliar os impactos ao meio ambiente socioeconômico, indicar as medidas compensatórias e mitigatórias e monitorá-los. Esta indicação poderá ser em conjunto com o Município de Paranaíta e auxiliará na avaliação dos impactos e das medidas mitigatórias e compensatórias correlatas durante a instalação até período de doze meses contados do início da operação da UHE TELES PIRES.

#### Obrigações da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**:

(a) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de Influência da **UHE TELES PIRES**, o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para a aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais – P36 do PBA do projeto. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante do Ministério Público, um representante da CHTP e um representante do Município de Alta Floresta.

(b) Arcar com as despesas de contratação de uma empresa de consultoria pelo município de Alta Floresta com o objetivo de avaliar os resultados dos impactos ao meio ambiente socioeconômicos e monitorá-los na forma do item g constante no tópico "das obrigações do Município".

(c) Disponibilizar para o Município de Alta Floresta, a título de investimentos com o objetivo de preparar o Município para o início das obras de instalação da UHE TELES PIRES, o valor de R\$ 5.330.000,00 (cinco milhões, trezentos e trinta mil reais) em contratação de projetos, execução de obras, aquisição, de veículos, mercadorias e



equipamentos públicos e contratação de mão de obra e prestação de serviços para atender as necessidades da Municipalidade para o período compreendido entre a assinatura deste Termo de Compromisso até o dia 31/03/2012.

(c.1) Incumbirá à CHTP efetuar as contratações e pagamentos de projetos, bem como a execução dos mesmos, conforme constante no item f das Obrigações do Município.

(d) Arcar com os custos de elaboração de programas, projetos, obras, contratações e execuções que forem necessárias para fins de mitigação e compensação dos impactos que forem decorrentes da instalação e operação da UHE Teles Pires na forma delineada neste Termo de Compromisso, inclusive item f.

(e) Arcar com os custos da arbitragem caso seja necessário a contratação de uma Câmara de Arbitragem na forma constante na Cláusula 2ª, item 2.4.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS FINANCEIROS**

4.1. Os custos decorrentes da implantação dos serviços constantes na CLÁUSULA TERCEIRA, serão de competência exclusiva da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, totalizando **R\$5.330.000,00** (cinco milhões, trezentos e trinta mil reais), assim distribuídos:

- a) 35% destinados a educação;
- b) 35% destinados a saúde;
- c) 20% destinados a infraestrutura
- d) 10% destinados a outros setores impactados à critério do Município de Alta Floresta

PARAGRAFO ÚNICO – A critério do Município de Alta Floresta poderá haver remanejamento de verbas para outras rubricas desde que guarde relação de compatibilidade entre investimento e impacto, o que será aferido pelo Município de Alta Floresta.

4.2 Contratação de empresa de consultoria na forma mencionado no item (b) das Obrigações da CHTP, Cláusula Terceira deste instrumento, com custos de acordo com a média do mercado observando-se a respeitabilidade e reconhecimento no mercado da instituição escolhida. O encargo financeiro desta contratação, assumido pela CHTP não está incluso no valor estabelecido no item 4.1.

4.3 A CHTP estabelecerá um Fundo Garantidor, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não constitui antecipação de verbas tributárias (compensação financeira, ICMS etc.), que será depositado pela CHTP em seu nome em instituição financeira pública, a ser utilizado, se necessário, pelos Municípios de Alta Floresta e Paranaíta, com vistas a compensar eventuais impactos ambientais ou socioeconômicos que tenham sido indicados tanto pela consultoria referida no presente termo quanto pelos estudos de monitoramento exigidos pelo Ibama e, após, verificados pelo Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA. Caso o valor se mostre insuficiente para suportar os impactos que o empreendimento gerará será o mesmo complementado. As compensações de impactos serão monitorados semestralmente pelo referido Grupo. Incumbirá a CHTP comprovar a constituição do Fundo Garantidor até 31/12/2011.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS**

#### **MITIGATÓRIAS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E INÍCIO DE OPERAÇÃO DA UHE TELES PIRES**

- 5.1 No mês de janeiro de 2012 o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de Influência da **UHE TELES PIRES** se reunirá para, com base nos relatórios a serem apresentados pelas empresas de consultoria ambiental, definirem outros programas, obras, contratações e execuções que forem necessárias a serem realizadas pela CHTP com o objetivo de mitigar e compensar os danos que não foram previstos e que poderão ocorrer com a continuidade da instalação do empreendimento tendo por base o histograma de contratação da obra.
- 5.2 O Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de Influência da **UHE TELES PIRES** se reunirá semestralmente para fins de monitoramento da suficiência e adequação dos programas, obras, contratações e execuções que forem necessárias ser realizadas pela CHTP. Nestas reuniões poderão ser apresentados outros programas assim como alterados aqueles que estiverem sendo executados e que se mostrem incompatíveis com a mitigação e compensação dos danos que estiverem ocorrendo. Serão feitos relatórios semestrais de monitoramento dos impactos e das medidas compensatórias e mitigatórias.
- 5.3 As reuniões do Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de Influência da **UHE TELES PIRES** serão realizadas até o prazo de doze meses após o início da operação da UHE TELES PIRES.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 6.1. Para todos os efeitos, este **COMPROMISSO** entre as partes tem por vigência o prazo necessário para conclusão da obra e até doze meses após o início da operação da UHE para amenizar os impactos sócio econômicos ocasionados no Município. Referido prazo começa a fluir a partir da assinatura deste termo de compromisso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADITAMENTO E DA MODIFICAÇÃO**

- 7.1. Quaisquer alterações a serem introduzidas no presente **COMPROMISSO** serão precedidas por mútuo consentimento e mediante termo aditivo próprio.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

- 8.1. Dentre os outros modos de rescisão e extinção dos contratos previstos na legislação civil pátria, constitui também cláusula de rescisão a superveniência de determinação legal que o torne formalmente inexequível.

#### **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

- 9.1. Os partícipes providenciarão a publicação do extrato deste **COMPROMISSO**, nos respectivos órgãos oficiais de imprensa, no prazo, na forma e para os devidos fins de Lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO COMPROMISSO**

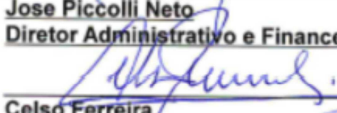
10.1. Os partícipes acordam cláusula compromissória para resolver divergências perante juízo arbitral, na forma estabelecida na Lei n. 9.307/1996 e dos itens 2.2 e 2.4 da Cláusula 2ª deste termo.

E por estarem justos e acordados, os partícipes assinam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para o mesmo fim de direito.


Cuiabá/MT., 11 de junho de 2011.

Pela **COMPANHIA**  
**HIDRELÉTRICA TELES PIRES**

  
**Jose Piccoli Neto**  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

  
**Celso Ferreira**  
**Diretor Técnico**

Pelo **MUNICÍPIO:**

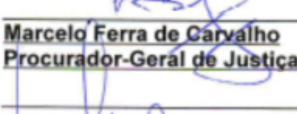
  
**Maria Izaura Dias Alfonso**  
**Prefeita Municipal de Alta Floresta**


  
**Lourdes Volpe Navarro**  
**Procuradora Jurídica de Alta Floresta**

Terceiros Intervenientes-Anuentes

  
**Pedro Hideyo Miyazima**  
**Prefeito Municipal de Paranaíta**

  
**Celso Reis de Oliveira**  
**Procurador Jurídico de Paranaíta**

  
**Marcelo Ferra de Carvalho**  
**Procurador-Geral de Justiça**

  
**Marcelo Caetano Vacchiano**  
**Promotor de Justiça**

**ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO CHTP E JACAREACANGA**

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES  
PIRES E O MUNICÍPIO DE JACAREACANGA**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES, CHTP**, pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 12.810.896/0001-53, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, situada na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, doravante denominada simplesmente **UHE TELES PIRES**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, e, de outro, a **MUNICÍPIO DE JACAREACANGA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso, 34 Centro, CEP: 68.195-000, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 10.221.745/0001-34, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representada pelo Exmo. Prefeito Sr. Raulien Oliveira de Queiroz, e ambas conjuntamente definidas simplesmente como Partes, resolvem de comum acordo, celebrar este **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos permitidos no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, ficando certo e ajustado na forma estabelecida pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso regular a cooperação mútua entre o **MUNICÍPIO DE JACAREACANGA** e a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, no sentido de viabilizar e consolidar as ações de implantação e operação do Empreendimento, na parte inserida nos limites do Município, de forma ambiental e socialmente sustentáveis.

- 1.1 O presente Termo de Compromisso trata-se da execução da primeira etapa das ações no município de Jacareacanga no âmbito da construção da UHE Teles Pires

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 2.1. Considerando os relevantes aspectos sócio-econômicos da **UHE TELES PIRES** na geração de energia elétrica com potência instalada de 1.820 MW e energia firme de 915 MW médios, no aumento da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional e na continuidade do crescimento econômico verificado no país nos últimos anos, o **MUNICÍPIO DE JACAREACANGA** e a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, para fiel cumprimento do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, comprometem-se a:

- 2.1.1. Obrigações do **MUNICÍPIO**:



a. Apoiar, em seus limites, a instalação e a operação da UHE TELES PIRES as ações compensatórias a serem realizadas pela **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**;

b. Ceder, para uso à **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, para estrita execução do presente Termo, os cadastros físicos e fiscais de localização dos contribuintes e proprietários de imóveis, inclusive municipais, estaduais e federais, das áreas envolvidas, bem como levantamentos planialtimétricos, observando-se a disponibilidade nos bancos de dados e quadro de funcionários existentes no **MUNICÍPIO**;

c. Indicar o local onde serão executadas as obras e equipamentos a serem construídos e/ou unidades a serem ampliadas;

d. Arcar com os custos de operação e manutenção das novas instalações reformadas/implantadas;

e. Indicar o terreno de sua propriedade sem passivos ambientais ou de qualquer natureza para implantação do ginásio poliesportivo e da biblioteca, ou demais edificações, caso não sejam identificados prédios municipais que possam ser reformados e adaptados a esses fins;

f. Indicar as necessidades de ampliação de instalações de saúde existentes, se for o caso, assim como arcar com os custos de operação e manutenção das novas instalações a serem avaliadas em conjunto com autoridades do Sistema Único de Saúde;

g. Tornar disponível informações necessárias para o monitoramento socioeconômico a ser realizado pela **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**;

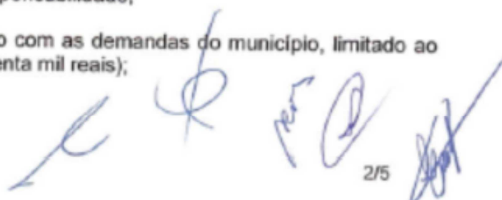
h. No que couber, colaborar com a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES** perante a sociedade civil, dando apoio à área institucional e de comunicação da **UHE Teles Pires**, providenciando e agilizando a análise e aprovação dos projetos de infraestrutura e atendimento às restrições ambientais de sua competência.

#### 2.1.2. - Obrigações da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**:

2.1.2.1. Será de responsabilidade da CHTP a implementação das ações a seguir relacionadas na condição de primeira etapa, podendo essas ações serem revistas em função das necessidades do Município, sem prejuízo do valor total estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA.

a. Cumprir as determinações e restrições contidas nas Exigências e Condicionantes Estabelecidas na Licença Prévia No 386/2010, emitida com base no Parecer Técnico Nº 111/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, por ocasião do licenciamento ambiental do empreendimento, naquilo que for de sua responsabilidade;

b. Reformar o Hospital Municipal, de acordo com as demandas do município, limitado ao valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);



2/5

c. Construir/reformar escolas e quadra poliesportiva, limitado ao valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

d. Apoiar o Município no estabelecimento de convênio com o Ministério da Educação e Cultura, no âmbito do Programa Proinfância, por meio da elaboração de projetos e acompanhamento institucional, com vistas a viabilizar a construção e manutenção de escola voltada à educação infantil no município, assim como no estabelecimento de convênios ou parcerias na busca de linhas de financiamento e fundos para ações públicas prioritárias que visem o seu fortalecimento institucional e administrativo do Município.

e. Reformar e/ou construir duas edificações destinadas à implantação de biblioteca municipal e ginásio poliesportivo, limitado aos valores de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) respectivamente, valores estes estimados pelo Município;

f. Apoiar o Município na construção estrutural dos serviços sociais, limitado ao valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

g. Apoiar o Município nas negociações com o Governo do Estado do Pará nos encaminhamentos do projeto de pavimentação do sistema viário do município, num total de 7 (sete) km de vias.

h. Contemplar no Programa Básico Ambiental - PBA - do empreendimento, no que tange ao Componente Indígena, as demandas do Município com relação à Casa de Saúde Indígena, CASAI e ao fomento à produção agrícola indígena.

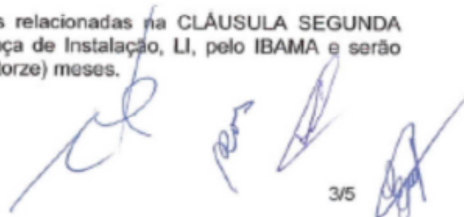
#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS FINANCEIROS**

3.1. Os custos decorrentes da implantação dos serviços constantes na CLÁUSULA SEGUNDA serão de competência exclusiva da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, totalizando e limitados, em qualquer hipótese, a **R\$ 4.550.000,00** (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) distribuídos de acordo com a referida CLÁUSULA.

3.2. Para liberação dos recursos financeiros, se for o caso, será observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 116 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, caso a Prefeitura decida pela coordenação e execução da construção.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

4.1. A implementação da 1ª etapa das ações relacionadas na CLÁUSULA SEGUNDA terão seu início após a emissão da Licença de Instalação, LI, pelo IBAMA e serão concluídas num período máximo de 14 (catorze) meses.



3/5

- 4.2. Ao final da implementação das ações aqui previstas, a segunda etapa será proposta a partir da avaliação das atividades realizadas e com base nas condicionantes da Licença Previa e Licença de Instalação, assim como dos impactos positivos e negativos do empreendimento na ocasião da avaliação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO MONITORAMENTO DOS IMPACTOS E AÇÕES**

O monitoramento dos cenários, da implantação das medidas previstas neste Termo e dos possíveis impactos da instalação e da operação da UHE no Município de Jacareacanga será implementado por meio da realização de oficinas técnicas entre entes administrativos e representantes da CHTP, no mínimo trimestrais, cujos formato e agenda deverão ser previamente acordados entre as partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Para todos os efeitos, este **TERMO DE COMPROMISSO** tem por vigência o prazo de sua plena conclusão, a contar da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADITAMENTO E DA MODIFICAÇÃO**

Quaisquer alterações a serem introduzidas no presente Termo serão precedidas por mútuo consentimento e mediante termo aditivo próprio.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

- 8.1. Este Termo poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, mediante aviso escrito enviado com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, ocasião em que cessarão, de parte a parte, as obrigações individuais das Partes.
- 8.2. Na hipótese de rescisão do presente Termo, cada parte será responsável pelas obrigações e vantagens decorrentes de sua parcela de cooperação no presente ajuste até a efetiva rescisão.
- 8.3. Constitui também cláusula de rescisão a superveniência de determinação legal que o torne formalmente inexecutível.

#### **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

Os partícipes providenciarão a devida publicidade desse Termo nos respectivos órgãos de imprensa, de modo a dele dar conhecimento a todos os interessados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO


As partes elegem de comum acordo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja o Foro da Comarca da cidade de Jacareacanga - PA como competente para dirimir quaisquer conflitos decorrentes da execução do Termo.

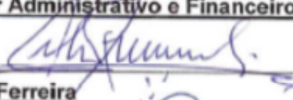
E por estarem justos e acordados, as partes assinam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para o mesmo fim de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Jacareacanga, 14 de julho de 2011.

#### TERMO DE COMPROMISSO Nº 003/2011

Pela COMPANHIA HIDRELÉTRICA  
TELES PIRES

  
\_\_\_\_\_  
**Jose Piccolli Neto**  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

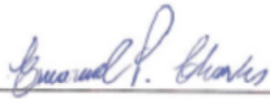
  
\_\_\_\_\_  
**Celso Ferreira**  
**Diretor Técnico**

Pelo MUNICÍPIO:

  
\_\_\_\_\_  
**Raulien Oliveira de Queiroz**  
**Prefeito Municipal**

Testemunhas

1.   
\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:

2.   
\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:

**ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO CHTP E PARANAÍTA**

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES  
PIRES E O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA-MT.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 12.810.896/0001-53, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, situada na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, e, de outro, o **MUNICÍPIO DE PARANAÍTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 03.239.043/0001-12, com sede na Rua Alceu Rossi, s/nº, Centro, Paço Municipal, representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Pedro Hideyo Miyazima, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 7625511 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 403.126.409-78, residente e domiciliado em PARANAÍTA/MT, e ambas conjuntamente definidas simplesmente como Partes, resolvem de comum acordo, celebrar este Termo de Compromisso, e, como terceiros intervenientes-anuentes o **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 15.023.906/0001-07, com sede no Canteiro Central, Paço Municipal, representado por sua Prefeita Municipal, Srª Marialzaura Dias Alfonso, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade n. 292293 SSP/MS e inscrita no CPF sob o n. 022.769.681-68, residente e domiciliada em ALTA FLORESTA/MT e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Marcelo Ferra de Carvalho e pelo Promotor de Justiça Dr. Marcelo Caetano Vacchiano, ficando certo e ajustado na forma estabelecida pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente Termo de Compromisso regular a cooperação mútua entre o MUNICÍPIO DE PARANAÍTA e a COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES, no sentido de viabilizar e consolidar as ações de implantação e operação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na parte inserida nos limites do Município de Paranaíta, de forma ambiental e socialmente sustentável com o objetivo, ainda, de atender as condicionantes inseridas nos itens 2.22, 2.23 e 2.24 da Licença Prévia 386/2010 no que for aplicável às competências dos Municípios e tendo por base o que foi acordado na Reunião realizada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso no dia 1º de julho de 2011, conforme ata em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE VIGÊNCIA DESTE INSTRUMENTO**

2.1 O presente **Termo de Compromisso** tem sua vigência vinculada ao pleno atendimento, de ambas as partes, das obrigações por ele estabelecidas;

2.2 Tais obrigações, definidas nas cláusulas subsequentes, poderão ser objeto de revisão sempre que solicitado por uma das partes, ocasião na qual serão efetuados os ajustes necessários;

2.3 Durante o período de repactuação deste **Termo de Compromisso**, todas as obrigações estabelecidas por este instrumento permanecem válidas.



2.4 Caso haja discordância entre as partes sobre a divisão de responsabilidades a ser pactuada no **Termo de Compromisso** eventualmente revisado em decorrência do resultado do estudo realizado pela consultoria a ser contratada pela CHTP para dar suporte ao Município de PARANAÍTA, após terem sido esgotadas todas as formas de negociação, estas concordarão com a arbitragem de terceira parte delegada, uma câmara de arbitragem certificada, que terá um mês para manifestar sua decisão. Os custos de eventual arbitragem serão suportados pela **UHE TELES PIRES**. A escolha da Câmara de Arbitragem deverá contar com a anuência do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Não será permitido às partes questionamento acerca da decisão da mencionada Câmara de Arbitragem.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 3.1. Considerando a relevante contribuição da **UHE TELES PIRES** para a geração de energia elétrica no País da qual resultará o aumento da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional;
- 3.2 Considerando que é imprescindível promover o contínuo monitoramento das transformações do meio ambiente mediante o desenvolvimento de pesquisas e estudos adequados a tal finalidade e que cumpre ao empreendedor contribuir para o aparelhamento requerido pelo município de PARANAÍTA para suportar o aumento da pressão sobre os serviços públicos locais;
- 3.3 Considerando o genuíno e justificável interesse da população de PARANAÍTA em acompanhar e participar do processo de elaboração de suas políticas públicas, dentre as quais as necessárias à mitigação e compensação dos impactos causados pela UHE Teles Pires, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **Obrigações do MUNICÍPIO:**

a) Ceder para uso à **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, para estrita execução do presente COMPROMISSO, os cadastros físicos e fiscais de localização dos contribuintes e proprietários de imóveis, inclusive municipais, estaduais e federais, das áreas envolvidas, bem como levantamentos plani-altimétricos, e informações necessárias para o monitoramento socioeconômico observando-se a disponibilidade nos bancos de dados e quadro de funcionários existentes no **MUNICÍPIO**;

b) Indicar os locais onde serão executadas todas as obras e instalados todos os equipamentos para suportar o aumento na pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento;

c) Tornar disponíveis informações necessárias para o monitoramento socioeconômico a ser realizado pela **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**;

d) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de Influência da UHE Teles Pires, o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais – P36 do PBA do projeto, além da selecionar uma empresa de consultoria contratada para esse fim. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante do Ministério Público, um representante da CHTP e um representante do Município de Paranaíta.

e) No que couber, colaborar com a **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES** perante a sociedade civil, dando apoio à área institucional e de comunicação da **UHE TELES PIRES**, providenciando e agilizando a análise e aprovação dos projetos de infraestrutura e atendimento as restrições ambientais de sua competência.

f) Indicar os Programas Ambientais (meio ambiente sócio econômico) que devam ser contratados e executados às expensas da CHTP, observando os limites constantes no item c (das obrigações da CHTP), no prazo de trinta dias contados da assinatura deste Termo de Compromisso. Fica ajustado que o Município de PARANAÍTA indicará a contratação, às expensas da CHTP, e acompanhará a execução dos projetos e obras, indicará as necessidades discriminadas de aquisição de equipamentos e bens/mercadorias de uso público e mão de obra que sejam necessárias para suportar a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento. O Município de PARANAÍTA acompanhará, ainda, a execução orçamentária e financeira.

g) Indicar uma empresa de consultoria que possua notória especialização na prestação de serviços ambientais com o objetivo de avaliar os impactos ao meio ambiente socioeconômico, indicar as medidas compensatórias e mitigatórias e monitorá-las. Esta indicação poderá ser em conjunto com o Município de Paranaíta e auxiliará na avaliação dos impactos e das medidas mitigatórias e compensatórias correlatas durante a instalação até período de doze meses contados do início da operação da UHE TELES PIRES.

#### Obrigações da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**:

(a) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de Influência da **UHE TELES PIRES**, o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborado para a aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais – P36 do PBA do projeto. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante do Ministério Público, um representante da CHTP e um representante do Município de Paranaíta.

(b) Arcar com as despesas de contratação de uma empresa de consultoria pelo município de PARANAÍTA com o objetivo de avaliar os resultados dos impactos ao meio ambiente socioeconômicos e monitorá-los na forma do item g constante no tópico "das obrigações do Município".

(c) Disponibilizar para o Município de Paranaíta, a título de investimentos com o objetivo de preparar o Município para o início das obras de instalação da UHE TELES PIRES, o valor de R\$ 5.760.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais) em



contratação de projetos, execução de obras, aquisição, de veículos, mercadorias e equipamentos públicos e contratação de mão de obra e prestação de serviços para atender as necessidades da Municipalidade para o período compreendido entre a assinatura deste Termo de Compromisso até o dia 31/03/2012.

(c.1) Incumbirá à CHTP efetuar as contratações e pagamentos de projetos, bem como a execução dos mesmos, conforme constante no item f das Obrigações do Município.

(d) Arcar com os custos de elaboração de programas, projetos, obras, contratações e execuções que forem necessárias para fins de mitigação e compensação dos impactos que forem decorrentes da instalação e operação da UHE Teles Pires na forma delineada neste Termo de Compromisso, inclusive item f.

(e) Arcar com os custos da arbitragem caso seja necessário a contratação de uma Câmara de Arbitragem na forma constante na Cláusula 2ª, item 2.4.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS FINANCEIROS**

4.1. Os custos decorrentes da implantação dos serviços constantes na CLÁUSULA TERCEIRA, serão de competência exclusiva da **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**, totalizando **R\$5.760.000,00** (cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais), assim distribuídos:

- a) 25% destinados a educação;
- b) 35% destinados a saúde;
- c) 25% destinados a infraestrutura
- d) 15% destinados a outros setores impactados à critério do Município de PARANAÍTA

PARAGRAFO ÚNICO – A critério do Município de PARANAÍTA poderá haver remanejamento de verbas para outras rubricas desde que guarde relação de compatibilidade entre investimento e impacto, o que será aferido pelo Município de PARANAÍTA.

4.2. Contratação de empresa de consultoria na forma mencionado no item (b) das Obrigações da CHTP, Cláusula Terceira deste instrumento, com custos de acordo com a média do mercado observando-se a respeitabilidade e reconhecimento no mercado da instituição escolhida. O encargo financeiro desta contratação, assumido pela CHTP não está incluso no valor estabelecido no item 4.1.

4.3. A CHTP estabelecerá um Fundo Garantidor, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não constitui antecipação de verbas tributárias (compensação financeira, ICMS etc.), que será depositado pela CHTP em seu nome em instituição financeira pública, a ser utilizado, se necessário, pelos Municípios de Alta Floresta e Paranaíta, com vistas a compensar eventuais impactos ambientais ou socioeconômicos que tenham sido indicados tanto pela consultoria referida no presente termo quanto pelos estudos de monitoramento exigidos pelo Ibama e, após, verificados pelo Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE PARANAÍTA. Caso o valor se mostre insuficiente para suportar os impactos que o empreendimento gerará será o mesmo complementado. As compensações de impactos serão monitorados semestralmente pelo referido Grupo. Incumbirá a CHTP comprovar a constituição do Fundo Garantidor até 31/12/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS MITIGATÓRIAS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E INÍCIO DE OPERAÇÃO DA UHE TELES PIRES**

- 5.1 No mês de janeiro de 2012 o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de Influência da UHE TELES PIRES se reunirá para, com base nos relatórios a serem apresentados pelas empresas de consultoria ambiental, definirem outros programas, obras, contratações e execuções que forem necessárias a serem realizadas pela CHTP com o objetivo de mitigar e compensar os danos que não foram previstos e que poderão ocorrer com a continuidade da instalação do empreendimento tendo por base o histograma de contratação da obra.
- 5.2 o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de Influência da UHE TELES PIRES se reunirá semestralmente para fins de monitoramento da suficiência e adequação dos programas, obras, contratações e execuções que forem necessárias serem realizadas pela CHTP. Nestas reuniões poderão ser apresentados outros programas assim como alterados aqueles que estiverem sendo executados e se mostrem incompatíveis com a mitigação e compensação dos danos que estiverem ocorrendo. Serão feitos relatórios semestrais de monitoramento dos impactos e das medidas compensatórias e mitigatórias.
- 5.3 As reuniões do Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental – MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de Influência da UHE TELES PIRES serão realizadas até o prazo de doze meses após o início da operação da UHE TELES PIRES.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 6.1. Para todos os efeitos, este **COMPROMISSO** entre as partes tem por vigência o prazo necessário para conclusão da obra até doze meses após o início da operação da UHE para amenizar os impactos sócio econômicos ocasionados no Município. Referido prazo começa a fluir a partir da assinatura deste termo de compromisso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADITAMENTO E DA MODIFICAÇÃO**

- 7.1. Quaisquer alterações a serem introduzidas no presente **COMPROMISSO** serão precedidas por mútuo consentimento e mediante termo aditivo próprio.

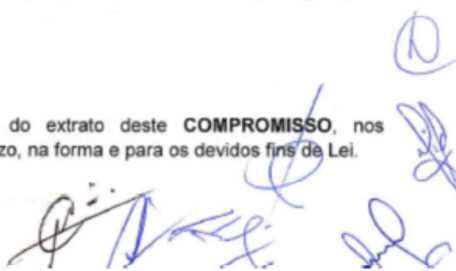
**CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

- 8.1. Dentre os outros modos de rescisão e extinção dos contratos previstos na legislação civil pátria, constitui também cláusula de rescisão a superveniência de determinação legal que o torne formalmente inexecutível.

**CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

- 9.1. Os partícipes providenciarão a publicação do extrato deste **COMPROMISSO**, nos respectivos órgãos oficiais de imprensa, no prazo, na forma e para os devidos fins de Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO COMPROMISSO**

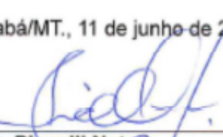


10.1. Os partícipes acordam cláusula compromissória para resolver divergências perante juízo arbitral, na forma estabelecida na Lei n. 9.307/1996 e dos itens 2.2 e 2.4 da Cláusula 2ª deste termo.

E por estarem justos e acordados, os partícipes assinam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para o mesmo fim de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT., 11 de junho de 2011.

Pela **COMPANHIA**  
**HIDRELÉTRICA TELES PIRES**

  
Jose Piccoli Neto  
Diretor Administrativo e Financeiro

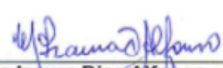
  
Celso Ferreira  
Diretor Técnico

Pelo MUNICÍPIO:

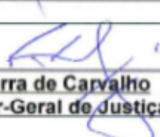
  
Pedro Hideyo Miyazawa  
Prefeito Municipal de PARANÁITA

  
Celso Reis de Oliveira  
Procurador Jurídico de Alta Floresta

Terceiros Intervenientes-Anuentes

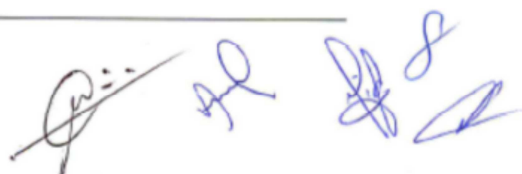
  
Maria Izaura Dias Alfonso  
Prefeita Municipal de Alta Floresta

  
Lourdes Volpe Navarro  
Produtora Jurídica de Alta Floresta

  
Marcelo Ferra de Carvalho  
Procurador-Geral de Justiça



Marcelo Caetano Vacchiano  
Promotor de Justiça



**ANEXO D – VERSÃO INTEGRAL DA CARTA DO TELES PIRES I**

## CARTA DO TELES PIRES I

Os Municípios de Sinop, Itaúba, Cláudia, Colíder, Nova Canaã do Norte, Paranaíta e Alta Floresta, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Entidades e Lideranças locais e regionais, por ocasião do "I ENCONTRO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO RIO TELES PIRES", voltado à discussão dos impactos e perspectivas que a construção das Usinas do Complexo Teles Pires trarão aos municípios, bem como às compensações pelas perdas socioambientais, realizado no município de Sinop em 9 de junho de 2011, e

CONSIDERANDO a polêmica e os questionamentos da comunidade, em relação aos impactos ambientais das Usinas do Complexo Teles Pires;

CONSIDERANDO que as discussões e estudos realizados pela EPE e empreendedores foram feitos sem possibilitar grande mobilização e participação social;

CONSIDERANDO que foram realizadas discussões e exposições pelos representantes de todos os Municípios que estão em áreas de influências dos empreendimentos hidrelétricos do Complexo Teles Pires concluindo, sucintamente, que:

a) A definição dos locais considerados áreas de influência não observa os critérios alusivos à realidade social dos Municípios. Isto porque, para definição de áreas de influência direta consideraram os Estudos de Impactos realizados tão-somente os locais de alagamento acrescidos de 1.000 metros lineares e de instalação das máquinas e equipamentos (meio físico). Por outro lado, desconsideraram totalmente os impactos aos meios bióticos e socioeconômicos - mesmo porque reconhecem que alterará o regime hidrológico do rio e, conseqüentemente, o modo de vida das populações que dele retiram seu sustento (inclusive com exploração de atividades turísticas). Este fato causa prejuízos a todos os municípios que, embora serão impactados nos meios biológicos e socioeconômicos estarão, após concluídas as obras, abandonados com a ressaca do empreendimento.

b) Os barramentos realizados que formarão os reservatórios das UHEs Sinop, Teles Pires e Colíder alterarão todo o regime de cheias e secas a jusante impactando os ribei-



rinhos e comunidades que vivem e dependem do regime do rio. Ocorre que não foram feitos levantamentos socioeconômicos para identificação de tais comunidades e atingidos nem das medidas que serão adotadas para compensá-los.

c) Os impactos ao meio ambiente socioeconômico já estão sendo sentidos em alguns dos municípios, a exemplo de Colider, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta e Paranaíta que começaram, ainda em escalas diferentes, receber pessoas em busca de empregos e oportunidades. Ocorre que estes municípios não estão dotados de infraestrutura suficientes para receber tal população. Não há moradias disponíveis nem condições do sistema público de saúde, educação, saneamento básico e principalmente segurança pública. A prostituição e exploração sexual infantil começa a aumentar drasticamente na região. Os representantes dos municípios reconhecem e afirmam que o aumento na demanda dos serviços públicos decorrentes da construção das barragens deverão ser previamente previstos e concomitantemente suportados pelos empreendedores. Assim afirmam por terem consciência de que os serviços públicos oferecidos pelo Estado nos municípios que estão em áreas de influência dos empreendimentos já funcionam no limite (e, em alguns casos, como saúde e segurança pública), abaixo do mínimo necessário para atendimento das demandas sociais. Os programas socioambientais que se afirma existirem não estão sendo implementados, nem suficientes e não estão dando respostas a tais impactos. Percebem que estes programas são apenas cartas de intenções que não estão funcionando porque não estão mitigando os impactos que os empreendimentos começam a gerar.

Por derradeiro a navegabilidade do Rio Teles Pires restará prejudicada com as barragens causando prejuízos a toda a região por impedir que utilizem o potencial hidráulico para navegação e escoamento de toda a produção mato-grossense. Este fato causa prejuízos a economia local e brasileira por impedir que nossos produtos sejam mais competitivos mediante redução nos custos de produção e escoamento.

ASSIM, denunciam ao Governo Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, ao IBAMA, ao Governo Estadual, ao Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, à SEMA, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e a

toda a sociedade brasileira que o complexo das UHEs da Bacia do Rio Teles Pires comecem a impactar toda a sociedade que mora na região com o aumento na demanda por serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, saneamento básico, prostituição e exploração sexual infanto-juvenil etc.). Denunciam, ainda, que não participaram da realização dos estudos e que não houve discussão ampla com a sociedade assim como não houve um estudo integrado que contemplasse de forma sinérgica e cumulativa todos os danos que o conjunto dos empreendimentos resultarão. Denunciam que há fundadas suspeitas de indícios de irregularidades na realização dos estudos de impacto ambiental, inclusive por não ter sido realizado de forma integrada como um complexo de usinas.

Exigem que os órgãos públicos competentes adotem as providências que forem necessárias com o objetivo de impedir na região a violação dos direitos humanos das comunidades locais e populações migrantes que para cá vierem, a exemplo do ocorrido em diversas outras localidades impactadas com a instalação de empreendimentos hidrelétricos.

Conclamam que as empresas que explorarem o potencial hidrelétrico do complexo sejam obrigadas a promoverem as ações necessárias destinadas a absorver os impactos causados pelo empreendimento antes, durante e após a conclusão das obras, inclusive as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 7342/2010.

Que sejam obrigadas, ainda, a absorverem toda o aumento pela demanda de serviços públicos que os empreendimentos, com a migração de milhares de trabalhadores, familiares etc., gerarão aos Municípios que estão na bacia do Rio Teles Pires.

Que sejam imediatamente obrigadas a incluírem em seus projetos a construção concomitante das eclusas garantindo a navegabilidade do rio e seu uso múltiplo, conforme preconiza a legislação ambiental com relação a exploração hidráulica no Brasil de modo a causar menor impacto ambiental pelos empreendimentos.

Por fim, instituem um Grupo de Trabalho formado pelos Municípios que estão nas áreas e impacto que será presidida pelo Secretário de Meio Ambiente de Sinop. Definem ain-



da, que será realizado o “II Encontro Regional para Discussão das Usinas Hidrelétricas do Rio Teles Pires” no Município de Colíder, no dia 15 de julho de 2011.

Sinop, 09 de Junho de 2011.

Assinam todos os participantes do “I Encontro Regional para Discussão das Usinas Hidrelétricas do Rio Teles Pires”.

**ANEXO E – VERSÃO INTEGRAL DA CARTA DO TELES PIRES II**

### "CARTA DO TELES PIRES II"

Os Municípios de Sinop, Cláudia, Itaúba, Colider, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Alto Teles Pires e Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Vale do Teles Pires, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, lideranças políticas e administrativas, lideranças de entidades civis e movimentos sociais de âmbito local e regional, por ocasião do "II ENCONTRO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO RIO TELES PIRES", realizado na Cidade de Colider-MT em 15 de julho de 2011, voltado à discussão dos impactos e perspectivas que a construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Teles Pires trarão aos municípios, bem como, as compensações pelas perdas socioambientais, considerando:

A manutenção das condições apontadas na primeira Carta do Teles Pires, corroborado por relatos e exposições por representantes dos governos municipais, Ministério Público e por lideranças civis diversas;

Que incumbe ao empreendedor suportar os ônus decorrentes do empreendimento, e compensar e mitigar os danos causados ao meio ambiente socioeconômico;

A dificuldade de aprofundamento dos estudos dos Projetos Básicos Ambientais – PBAs e suas consonâncias com as demandas reais dos municípios envolvidos;

PROPÕEM a contratação de consultorias especializadas indicadas pelos municípios envolvidos e às expensas dos empreendedores com o objetivo de recomendar as atividades e projetos necessários a compensação e mitigação dos impactos ambientais ocasionados pelas UHEs.

Que nas barragens das usinas sejam garantidas as condições da instalação futura das eclusas que garantirão a navegabilidade do Rio Teles Pires e seu uso múltiplo, potencializando assim seu uso hidrográfico, cujos estudos devem ter continuidade.

Que sejam criados Comitês das micro-bacias integrantes de todo o complexo das Usinas do Teles Pires, cujas despesas de funcionamento deverão ser remetidas aos empreendedores, com o objetivo de cumprir a legislação de política nacional de recursos hídricos.

Que sejam realizadas audiências públicas nas cidades de Alta Floresta e de Sinop, antes da emissão das LPs das Usinas Foz do Apiacás, São Manuel e Sinop, como forma de garantir antecipadamente a esses municípios e seus adjacentes as compensações necessárias a serem incluídas nos termos de referência para fins de Licitação, além de subsidiarem os municípios que já estão sendo afetados nas negociações com os empreendedores.

Que seja instituído o Grupo de Trabalho formado por representantes políticos, administrativos e da sociedade dos municípios atingidos pelas Usinas do Complexo em questão com o propósito de organizar e mobilizar os próximos encontros, manter o acompanhamento do cumprimento das medidas apontadas por este fórum, implementar a articulação política nas esferas regionais, estadual e federal, gerenciando por medidas compensatórias que não venham a ser absorvidas pelos empreendedores.

REIVINDICAM uma audiência do Comitê com o Governador do Estado de Mato Grosso, com o fim de obter apoio excepcional aos municípios atingidos pelas Usinas enquanto as receitas públicas destes municípios não sejam eneficiadas pelo dinamismo econômico supostamente proporcionado pelos empreendimentos.

SOLICITAM aos órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos das Usinas Hidrelétricas que insiram, entre as condicionantes da Licença Prévia e Licença de Instalação, as quais entendem como condição sine qua non para resguardar os superiores interesses da sociedade que será impactada pela instalação das Usinas Hidrelétricas:

**- CONDICIONANTES A SEREM INSERIDAS NA LP DE CADA UMA DAS UHES:**

Ajustar propostas de projetos e atividades para o reforço da infraestrutura e dos equipamentos sociais, detalhando ao máximo a medida a ser adotada conforme cronograma de execução da obra.

Apresentar Termo de Compromisso assinado com cada ente do poder público (Município que esteja localizado em área de influência direta e indireta e Estado) identificando as medidas a serem adotadas, a respectiva responsabilidade na execução da atividade e projeto, contrapartidas necessárias e cronograma de implantação da ação, que deve ser compatível com o histograma de contratação da obra visando amenizar ao máximo a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados com o empreendimento.

Os cadastros socioeconômicos deverão contemplar todos os atingidos, assim entendidos todos aqueles que tenham atingidos ou alterados, de forma direta, seus meios de vida em razão da implantação de cada um dos empreendimentos.

Deverão ser considerados atingidos para fins de elaboração do cadastro socioeconômico todos aqueles que tiverem alteradas suas formas de vida, inclusive posseiros, meeiros, garimpeiros, pescadores, trabalhadores rurais etc.

Apresentar cadastro socioeconômico que tenha sido elaborado com a participação de cada ente do poder público (Município que esteja na área de influência direta e indireta).

Apresentar Termo de Compromisso assinado com os pescadores, ribeirinhos, garimpeiros e todos aqueles que forem identificados no levantamento socioeconômico como atingidos ajustando a reinserção dos mesmos no mercado de trabalho sem perda de suas identidades compensando os danos que sofrerem.

Dotar cada um dos Municípios que estão em área de influência direta e indireta de capacidade operacional em termos de infraestrutura de segurança pública, saúde pública e assistência social especializada para lidar com a temática da prostituição e da exploração sexual infantil.

Apresentar no PBA proposta de medidas de mitigação e compensação que visem dotar os municípios de estrutura adequada para prevenção e controle da prostituição infanto-juvenil.

Fornecer aos Municípios que estão em áreas de influência direta e indireta do

empreendimento consultorias para fins de auxílio nos levantamentos, por cada um dos entes do poder público, dos impactos ao meio ambiente socioeconômico e avaliação da suficiência e adequação das medidas mitigatórias e compensatórias que forem propostas nos PBAs. As consultorias deverão compreender desde o período anterior a expedição da licença prévia até pelo menos um ano após o início da operação dos empreendimentos. A empresa ou instituição de consultoria será indicada pelos Municípios e deverá possuir notória especialização.

Apresentação para o órgão ambiental, realização de audiências e aprovação do Plano de Zoneamento e Uso da Área do Reservatório definindo as áreas passíveis de uso ao turismo, lazer e atividades econômicas.

- CONDICIONANTES A SEREM INSERIDAS NA LI DE CADA UMA DAS UHs:

Criar, em conjunto com cada Município que estiver em área de influência direta e indireta, um Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental, o qual terá o objetivo de deliberar sobre as atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por representantes do Município impactado, do empreendedor, do órgão ambiental convidando-se, ainda, o Ministério Público.

Arcar com os custos de elaboração de programas, projetos, obras, contratações e execuções que forem necessárias para fins de mitigação e compensação dos impactos que forem decorrentes da instalação e operação do empreendimento.

Todos os programas ambientais que forem necessários para fins de mitigação e compensação dos danos ao meio ambiente socioeconômico deverão ser executados às expensas do empreendedor. Para tanto, o Município impactado indicará a contratação, às expensas do empreendedor, e acompanhará a execução dos projetos e obras, indicará as necessidades discriminadas de aquisição de equipamentos e bens/mercadorias de uso público e mão de obra que sejam necessárias para suportar a pressão sobre os serviços públicos que serão impactados pelo empreendimento. O Município impactado acompanhará, ainda, a execução orçamentária e financeira de modo que os valores contratados estejam de acordo com valores de mercado.

Apresentar relatórios trimestrais dos programas ambientais previstos no PBA, contemplando uma síntese de todas as medidas adotadas para mitigação e compensação de impactos ambientais, apresentando informações quantitativas para fins de monitoramento e controle pelo órgão licenciador, pela sociedade civil e órgãos interessados.

Finalmente, agendar o III Encontro Regional para o dia 19 de agosto de 2011 na Cidade de Alta Floresta - MT, ficando a organização, definição de local etc. a cargo da Prefeitura daquele município.

Colider-MT, 15 de julho de 2011.

Assinam todos os participantes do "II Encontro Regional para Discussão das Usinas Hidrelétricas do Rio Teles Pires".

**ANEXO F - VERSÃO INTEGRAL DA CARTA DO TELES PIRES III**



Usinas- Carta do Teles Pires III- Carta de Alta Floresta 1

Terça-Feira, 23 de Agosto de 2011

CARTA DO TELES PIRES III

Carta de Alta Floresta I

Os Municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Cláudia, Itaúba, Colíder, Sinop, Nova Canaã do Norte e Apiacás, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Alto Teles Pires e Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Vale do Teles Pires, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, lideranças políticas e administrativas, lideranças de entidades civis e movimentos sociais de âmbito local e regional, por ocasião do “III ENCONTRO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO RIO TELES PIRES”, realizado na Cidade de Alta Floresta - MT, em 19 de agosto de 2011, voltado à discussão dos impactos e perspectivas que a construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Teles Pires trarão aos municípios, bem como as medidas de prevenção, mitigação e compensação pelas perdas socioambientais, e

CONSIDERANDO

- Que, para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, é necessário que o licenciamento ambiental realize uma abordagem integrada do meio ambiente, abrangendo o meio físico, fauna, flora e a sociedade com o objetivo de prevenir, mitigar e compensar os prejuízos à saúde, à segurança, ao bem estar da população e as condições adequadas às atividades sociais e econômicas;

- Que o licenciamento ambiental deve prever todos os mecanismos de mitigação e compensação ambientais, de forma que o empreendedor/poluidor indenize e repare os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, independente da existência de culpa, de modo a proporcionar a manutenção das finanças municipais e da oferta de serviços públicos nas condições existentes, antes dos impactos causados pela instalação da Usina Hidrelétrica;
- Que o órgão ambiental pode realizar exigências mais restritivas que as exigências legais, especificando a cada caso os critérios de viabilidade ambiental do empreendimento, podendo valer-se de condicionantes de validade da licença ambiental, visando garantir que o empreendedor assegure a manutenção dos serviços públicos fundamentais e essenciais prestados à população residente na área impactada pelos empreendimentos hidrelétricos, mantendo assim a sadia qualidade de vida e do bem estar da população;
- Que a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, e, para isso, cada indivíduo deve ter acesso às informações relativas ao meio ambiente que estejam disponíveis às autoridades públicas, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios;
- Que, na Bacia do Rio Teles Pires, os impactos ambientais negativos causados pela instalação de uma hidrelétrica, deverão ser agravados por impactos acumulados pela instalação de sete (7) usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica (UHE's Foz do Apiacás, Salto Apiacás, São Manoel, Teles Pires, Colíder, Sinop e Magessi), além das Pequenas Centrais Hidrelétricas previstas e já em funcionamento, agravando assim os impactos negativos;



- Que a dificuldade de aprofundamento dos impactos ambientais e dos Programas Ambientais contidos nos Estudos de Impacto Ambiental – EIAs e Projetos Básicos Ambientais – PBAs e suas consonâncias com as demandas reais da sociedade e dos municípios envolvidos;

- Que os municípios de Alta Floresta e Paranaíta possuem o seguinte entendimento:

1º. - O Hospital Municipal de Alta Floresta é a única instituição pública da região do Alto Tapajós em condições de assistir os casos de média e alta complexidades da saúde;

2º. - Esse hospital é custeado com grandes sacrifícios financeiros do município de Alta Floresta para atender, com limitações, a população já existente na região, cuja Prefeitura já se confessa incapaz, financeiramente, de arcar com o seu custeio para atendimento dos atuais habitantes locais;

3º. - Os impactos gerados pelo aumento intempestivo da população da região durante as obras de construção das Usinas Hidrelétricas Teles Pires, São Manoel e Foz do Apiacás deverão sobrecarregar esse Hospital, por dez anos e mais, podendo redundar, em curto prazo de tempo, no caos completo do seu atendimento;

4º. - O Governo do Estado de Mato Grosso, que até então tem se mantido distante da vida desse Hospital, deve se envolver com os problemas que se avizinham, por motivações constitucionais, de vez que a população, antes de ser da região, está e estará presente dentro dos limites do Estado de Mato Grosso; e

5º. - Os tributos, impostos e royalties advindos durante e após a conclusão das obras das Usinas, serão fortemente expressivos para os cofres do Governo do Estado de Ma-

to Grosso, o que, por si só, justificam o investimento do Estado no Hospital Municipal de Alta Floresta; e

- Que o município de Sinop tem o entendimento de que o Hospital Municipal sinopense é uma referência regional, com demanda não suportada pela Prefeitura,

#### REITERAM

- A necessidade de uma audiência do Comitê com o Governador do Estado de Mato Grosso, com o fim de obter apoio excepcional aos municípios atingidos pelas Usinas, enquanto as receitas públicas destes municípios não sejam beneficiadas pelo dinamismo econômico supostamente proporcionado pelos empreendimentos;

- A continuidade dos estudos para a implantação da Hidrovia Teles Pires – Tapajós, e que sejam assegurados nos municípios impactados investimento na área da segurança pública, com aumento de efetivos; políticas de prevenção no trânsito, com a ampliação de vias públicas, bem como investimento nos demais serviços públicos, incluindo a melhoria e ampliação da estrutura da UNEMAT nos municípios onde essa Universidade estiver instalada.

SOLICITAM aos órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos das Usinas Hidrelétricas da Bacia do Rio Teles Pires, entendendo como condição sine qua non para resguardar os superiores interesses da sociedade que será impactada pela instalação das Usinas Hidrelétricas na Bacia do Rio Teles Pires, que:

- A promoção de audiências públicas para informar e promover a participação popular sobre os estudos contidos no licenciamento ambiental prévio, de instalação e de operação, sejam realizadas antes da emissão das licenças;

- As audiências públicas sejam pautadas em regras democráticas que assegurem a liberdade e a igualdade de participação, e antes da concessão das licenças ambientais, e que seja apresentada resposta a todos os questionamentos e sugestões (verbais e escritas) apresentados nessas audiências;
- Dêem publicidade aos Termos de Referência para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA, e que seja aberto prazo para a manifestação sobre os mesmos antes de sua aprovação, e quando da divulgação e publicidade do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, seja realizada a divulgação e publicidade do Termo de Referência;
- Garantam a publicidade dos relatórios de atividades e vistorias de acompanhamento da execução do Plano Básico Ambiental, com o objetivo de possibilitar transparência e participação pública na mitigação e compensação dos impactos;
- Forneçam meios para garantir a participação efetiva da administração das Prefeituras Municipais das áreas impactadas pelo empreendimento, das administrações do Governo do Estado de Mato Grosso, das entidades civis e dos movimentos sociais na definição dos programas socioambientais e socioeconômicos, em especial do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, por se tratar de programa ambiental que interfere na política pública municipal, e, como tal, não deve ser elaborado unilateralmente pelos empreendedores.
- Exijam que todos os empreendimentos associados indispensáveis à operação das usinas hidrelétricas, deverão ser licenciados em conjunto e concomitantemente;
- Os estudos de impacto ambiental dos empreendimentos hidrelétricos observem a bacia hidrográfica como área de influência dos projetos licenciados, de forma que seja contemplada a real dimensão dos impactos, após a implantação de todos os empreendimentos planejados;



- Promovam avaliações de impacto ambiental destinadas a mensurar danos sinérgicos e cumulativos decorrentes da instalação de diversos empreendimentos em uma mesma bacia hidrográfica, devendo apontar as medidas de mitigação, prevenção e precaução a serem adotadas por cada empreendimento, e observar a destinação de áreas representativas, visando a manutenção de habitats para a fauna e flora, onde a elaboração da avaliação atenda metodologia definida por órgão ambiental competente; definam alvos de conservação da biodiversidade para a bacia do Rio Teles Pires, os quais devem ser considerados na escolha de novas unidades de conservação.

#### REQUEREM

- Que o Governo do Estado de Mato Grosso proceda a estadualização do Hospital Municipal de Alta Floresta até o final do corrente ano, independente de óbices burocráticos e/ou da escolha de modelos de gestão, uma vez que a licença de instalação da UHE Teles Pires está sendo emitida na presente data, significando que os problemas do Hospital já estarão agravados ao final do presente exercício; e
- Que o Governo do Estado de Mato Grosso equipe o Hospital Municipal de Sinop e agilize a sua estadualização.

DECIDEM pela manutenção das condições apontadas na Carta do Teles Pires I e na Carta do Teles Pires II, corroborado por relatos e exposições por representantes dos governos municipais, Ministério Público e por lideranças civis diversas; e

Fica agendado o IV Encontro Regional para o dia 21 de outubro de 2011, na Cidade de Paranaíta – MT, ficando a organização, definição de local etc, a cargo da Prefeitura daquele município.

Alta Floresta-MT, 19 de Agosto de 2011.

Assinam todos os participantes do “III Encontro Regional para Discussão das Usinas Hidrelétricas do Rio Teles Pires

**ANEXO G – MEDIDAS COMPENSATÓRIAS INDICADAS PELA CONSULTORIA  
INDEPENDENTE**

## ANEXOS

## Anexo 01. Quadros sínteses município Paranaíta/MT

## EDUCAÇÃO – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- uma quadra de esporte em construção.</li> <li>- Não há equipamento para lazer.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- construção de mais salas de aula (alvenaria);</li> <li>- Pensar as práticas agroecológicas e cursos de interesse para a área (parceria com SENAR);</li> <li>- Construção de mais quadras (na área das Escolas) para fortalecer o esporte e o lazer.</li> </ul>

## MEIO AMBIENTE - PARANAÍTA - MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<p>Mananciais (Córrego do BNE) - Paro a cidade não possui água tratada, inclusive o Setor das Chácaras.</p> <p>Não há rede esgoto.</p> <p>APPs degradadas – não há projetos de recuperação.</p> <p>Empresa RECICLIN (reciclar o lixo especificamente do canteiro de obras).</p> <p>Atualmente tudo é depositado no lixo. Foram identificadas 03 famílias trabalhando como catadores na área. Implantar a coleta separando lixo seco e lixo úmido.</p> <p>Existe o Fundo Mun. do Meio Ambiente e está sendo reformulado... (Oito ao COMDEMA atualmente bastante enfraquecido).</p> <p><b>Para as áreas verdes urbanas – Reserva.. Não há projetos.</b></p> <p>Não captação de recursos na secretaria.</p> <p>Mineração: Colgar – exploração de ouro (20 km da sede) Dragas no leito do rio.</p>	<p>Como pensar as áreas de APPs... Eixo tem que compensar as áreas inundadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de recursos humanos (não dispõe de nenhum assessor);</li> <li>- Equipe técnica (área de meio ambiente) para realizar as atividades;</li> <li>- Equipamentos (veículo, GPS e similares)</li> <li>- Necessidade de reativar os viveiros (arborização, frutíferas, ornamentais). O do Assentamento S. Pedro está desativado.</li> <li>- Coleta de lixo (necessidade de ampliar a coleta e campanhas de conscientização).</li> <li>- Implantar a coleta separando lixo seco e lixo úmido.</li> <li>- Rede de esgoto (coleta e tratamento)</li> <li>- Proposta: construção do alero sanitário. – campanhas educativas – ICV (A. Floresta).</li> </ul>

## ESPORTE E LAZER – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDA
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Secretaria tem a política de formação e inclusão de cidadão;</li> <li>- Faz trabalho junto à Secretaria de Educação – o aluno deve ter bom rendimento na escola para participar de times ou de modalidades individuais;</li> <li>- As atividades esportivas regionais envolvem 17 municípios;</li> <li>- Não temos estrutura para atendermos os jovens no final de semana;</li> <li>- Secretaria atende toda a comunidade, não só estudantes;</li> <li>- Assentamento S. Pedro participa das atividades esportivas entre comunidades;</li> <li>- A comunidade fez um barracão (Comunidade Serradourada) para atividades esportivas e serve para outras atividades;</li> <li>- Nosso projeto é valorizar a prática de esporte e a formação do cidadão;</li> <li>- Valorizar e incentivar a prática de esporte pelas mulheres;</li> <li>- Secretaria do Estado – contribui com material;</li> <li>- Construção de uma quadra em parceria;</li> <li>- Não temos convênio com governo federal;</li> <li>- Temos um ginásio que necessita ser reformado; Estamos alugando para o pessoal da usina nos finais de semana; Alugamos, também, para empresas;</li> <li>- Efetivo – 01;</li> <li>- Comissionado – 02;</li> <li>- Da administração com locação na secretaria – 01;</li> <li>- Prof. do CRAS - com 10h na secretaria – 01;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Precisa de uma van ou microônibus para transportar os alunos para as atividades esportivas, porque usamos o veículo da Secretaria de Educação, mas, por questões legais só pode circular durante a semana;</li> <li>- Construir um centro poliesportivo, multiuso – complexo esportivo – pode ser no lugar do ginásio, que pode ser ampliado e reformado para transformar no centro poliesportivo;</li> <li>- Meio de transporte – com capacidade de transportar equipes de várias modalidades;</li> <li>- Funcionários – necessário aumentar o número para as várias modalidades esportivas;</li> <li>- Meta – contribuir para a formação cidadã, tirar a juventude, adolescentes e crianças do mundo das drogas;</li> <li>- Atender toda a comunidade com programas de inclusão.</li> </ul>

## TURISMO – PARANAITÁ – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDA
<p>- FESTPRAIA – 11 ANOS - setembro/2011 Perfil – 5 a 6 mil pessoas (jovens, famílias etc) Custo – 100 mil - Prefeitura – 50 mil Duração – 03 dias</p> <p>- ANIVERSÁRIO – 29/05 – 2010 – - FESTA DAS NAÇÕES/FESTIVAL DE CANÇÕES Barracas típicas que expressam as diversas culturas que construíram Paranaitá (Árabe, Japonesa, Italiana, Alemã, Americana/EUA, Brasileira) com apresentações culturais. Duração – 03 dias</p> <p>- FESTA AGROPECUÁRIA Sindicato Rural – junho Há um Evento específico – Ruralfest (início em 2010).</p>	<p>- acredita que o lago será um ponto de lazer (a própria usina será um local de visitação). E com o lago formado poderá ocorrer o processo de ocupação nos arredores.</p>	<p>- Pensar material arqueológico (Museu) e a Pedra Preta; Ver a questão da legislação, pois as fundações levam o material encontrado; Verificar o trabalho feito pelo IPHAN sobre a Pedra Preta.</p> <p>- 28 km asfalto será construído no sentido Paranaitá a A. Floresta – Isso está aprovado na LDO/2012</p> <p>- O trecho do entroncamento até a UHE (25 km) deverá ser estadualizada para facilitar o asfaltamento.</p> <p>- Programa 38 – Reforço a Infraestrutura Turística – Compensação – construção de uma praia artificial.</p> <p>- Necessidade de qualificação dos trabalhadores (prestação de serviços), principalmente restaurantes, hotéis etc.</p> <p>- Criar as condições para viabilizar o turismo ao Sítio Arqueológico da Pedra Preta (35 km da sede). Atualmente embargado pelo IPHAN.</p>

## INFRAESTRUTURA – PARANAITÁ – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<p>- Qto ao lixo: a maioria é queimado.</p> <p>- Asfalto; estão vindos recursos do ISSQN (1,5 milhão, mensais). Atualmente a receita é isso e deverá dobrar...</p> <p>- Possui: 03 pás carregadeira; motoniveladoras, 01 escavadeira; 05 caminhões caçamba truck e 01 toco; 01 caminhão pipa (molhar as ruas no urbano);</p> <p>- 15% de área urbana com asfalto.</p> <p>- Não possui Plano de Gestão</p>	<p>- fortalecer a agroindustrialização, asfalto; e programas sociais.</p> <p>- Esperam que melhore o município com estradas pavimentadas; indústria para acolher mão-de-obra jovem;</p> <p>- Fluxo intenso de veículos pesados;</p> <p>- Cumprimento dos programas e ações propostos pelos empreendedores;</p> <p>- Novos investimentos de pessoas locais e investidores de fora;</p> <p>- Ampliação da arrecadação;</p>	<p>- asfalto com rede de esgoto e águas pluviais.</p> <p>- Necessidade moradias;</p> <p>- Aterro Sanitário/coleta seletiva (separação do lixo seco e úmido)</p> <p>- Rede de esgoto (coleta e tratamento);</p> <p>- Pavimentação da MT-206 – até no entroncamento para Aplacás – 65 km.</p> <p>- Asfaltamento da área urbana;</p> <p>- Plano Diretor (assegurar novos loteamentos);</p> <p>- Falta transporte para a pá carregadeira.</p> <p>Necessidade de um caminhão prancha (300 mil)</p> <p>- Estrutura para pontes: bate estaca e guincho</p> <p>- Retroescavadeira (225 mil)</p> <p>Estrutura para construção de galerias (fabricação de tubos a partir de 01 metro de diâmetro).</p> <p>- Fábrica de asfalto (Rolo compactador com pé de carneiro) e demais.</p> <p>- Recuperação de estradas e bueiros (1,4 milhão);</p> <p>- Possui 01 APC e pás carregadeiras para construir os tanques... E capacitação dos proprietários. E tbm os tanques redes no lago.</p> <p>- Programa de coleta do lixo seco (semanal); esgoto (fossa negra).</p> <p>- Esgoto, coleta do lixo – não tem;</p> <p>- contato com a Secretaria de Cidades do MT.</p> <p>Possibilidade de trazer 1000 casas para Paranaitá. Como não há terrenos públicos... a INDECO pode vender os terrenos para viabilizar</p> <p>- Qto ao lixo (acordado com a CHTP) que viabilizará o Projeto.</p>



## ECONOMIA – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender que há uma sazonalidade (no período da seca as áreas inundadas são usadas para pastagens).</li> <li>- Suporte para controle de ISSQN ainda é manual;</li> <li>- Quanto aos ISSQN das empresas que trabalham para a Usina, CHTP diz que tem que ser dividido com o município de Jacareacanga, pois, segundo eles, o serviço é prestado lá também; Na verdade é o acordo resultante de que a "casa e máquinas" fica do lado parense. Foi feito um acordo para essa divisão, na verdade, eles chegam aqui com os valores prontos. A Prefeitura só emite a guia para pagamento, quem paga são as terceirizadas, a CHTP e Odebrecht não pagam;</li> <li>- A Odebrecht é que recolhe os impostos das empresas terceirizadas;</li> <li>- Zona Rural - há deficiência no controle e monitoramento dos imóveis rurais e dos serviços prestados;</li> <li>- A fiscalização é ineficiente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização dos terrenos, casas etc;</li> <li>- Especulação imobiliária (aspectos positivos e negativos): Lote 15x30 - 2010 (15 mil) - Atualmente 40 mil - Casa alugada por 500 reais atualmente é alugada por 3 mil</li> <li>- Dificuldade com mão de obra (pedreiros e similares).</li> <li>- Crescimento econômico, dinâmica no comércio etc.</li> <li>- Estrutura da cidade está saturada;</li> <li>- Falta de pessoal qualificado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na produção: assistência técnica para atividade leiteira (cigarinha, morte súbita da pastagem), correção do solo (calcário, equipamentos etc);</li> <li>- Cinturão verde (hortifrut). Casa do Produtor (necessidade de capacitação técnica);</li> <li>- Necessidade de comercialização: demanda por laticínio; agregar valor ao produto.</li> <li>- Manejo adequado (silagem com pecuária)</li> <li>- Necessidade de financiamento (ver com INCRA). Isso está vinculado com a recuperação de APPs. Exemplo: parcerias com a CHTP para a recuperação do viveiro e replantio das áreas degradadas. Valor aproximado - 250 mil.</li> <li>- Projetos de empreendedorismo (trabalho e geração de renda).</li> <li>- Sugestão: Casa do Artesão/Produtor</li> <li>- A Secretaria precisa de suporte técnico para melhorar a qualidade do atendimento;</li> <li>- Necessitamos de um tributarista que nos oriente sobre esses assuntos, também para capacitar os funcionários;</li> <li>- Necessitamos da informatização do sistema;</li> <li>- Penso que devemos ter pessoas/técnicos da Prefeitura no canteiro de obras para fiscalizar os serviços prestados;</li> <li>- Código Tributário Municipal - adequação;</li> <li>- Estrutura de pessoal - qualificar os funcionários públicos;</li> </ul>

## QUESTÕES SOCIAIS – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<p><b>Pré-jovem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa que atende jovens até 17 anos;</li> <li>• Jovens de 0 a 14 anos na área de artes - idéia de criar um grupo de teatro para trabalhar formação emocional e cidadã; esse projeto é para o MPT investir o dinheiro das multas cobradas por irregularidades na área trabalhista;</li> <li>• Secretaria de Segurança está elaborando projeto para - formar cidadão - para jovens;</li> <li>• Área de saúde - faltam médicos</li> <li>• <b>- Programa de vínculos familiares:</b></li> <li>• Para crianças de 0 a 6 anos e idosos - é com o governo federal;</li> <li>• Programa de Assistência a pessoas idosas e deficientes - financiamento do governo estadual;</li> <li>• Paif - trabalho com famílias;</li> <li>• Programa de inclusão produtiva</li> <li>• Capacitação para artesanato, cozinha, etc.;</li> </ul> <p>Estamos estruturando o projeto do comitê de enfrentamento da violência e da exploração sexual;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade é rota de tráfico de pessoas; Já tem prostíbulos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de habitação;</li> <li>• Preço de aluguel subiu muito;</li> <li>• Aumentou o número de solicitações de assistência eventual;</li> <li>• Gravidez - jovens;</li> <li>• Drogas;</li> <li>• Alcoolismo;</li> <li>• Exploração sexual;</li> <li>- aumento da prostituição (atraem adolescentes);</li> <li>- aumento de desentendimentos, brigas = mais casos policiais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessita de assistente social/psicóloga;</li> <li>- casa de acolhimento;</li> <li>- área de lazer; - os jovens não têm atividade;</li> <li>- cinema;</li> <li>- faltam mais equipamentos públicos;</li> </ul>

## SEGURANÇA – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pequenos furtos – associado ao uso das drogas e do álcool.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a segurança, pois comparecem furtos, brigas: ambientes inadequados para as famílias;</li> <li>- Melhorar estrutura: veículos, armamentos, efetivos, necessita também de cadeia pública para município (reformas);</li> <li>- Necessita de outros servidores na delegacia: servidores p/ limpeza (quem limpa a delegacia é o próprio policial);</li> </ul>

## SAÚDE – PARANAÍTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualmente são dois, urbanos e volante; Uma está sendo construído no Ass. S. Pedro que atenderá as necessidades básicas. Pronto Atendimento foi construído (mas não atende adequadamente, pois não há solução). Há um consórcio de saúde municipal (11.500,00) – um real per capita.</li> <li>- Gestão trabalha com indicadores de atenção básica à saúde;</li> <li>- Indicadores de vigilância e saúde;</li> <li>- A gestão cumpriu 66% das metas propostas pela Conferência Municipal de Saúde;</li> <li>- Doenças endêmicas: hanseníase (fazemos programa de prevenção); tuberculose (menor grau); leishmaniose (índice alto – no geral as pessoas tem relação com a zona rural);</li> <li>- Acidentes com animais peçonhentos (índice</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior demanda para o SUS; Já está tendo dificuldade no atendimento à saúde – está demorando mais para marcar consulta e outros atendimentos básicos;</li> <li>- a empresa vai construir um posto na Comunidade Sombra da Manhã – centro do assentamento;</li> <li>- Principais problemas de saúde – pressão alta e coluna;</li> <li>- Já apareceu DST em pessoas ligadas à usina</li> <li>- Dobrou a necessidade de medicamentos;</li> <li>- Aumentou o número de consultas;</li> <li>- Malária – após início da construção da usina, 7 pessoas que vieram de fora já tiveram malária;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- será construída UBS – (Sombra da Manhã) preocupação do poder público com os impactos do empreendimento;</li> <li>- Municipalização do Hospital (aprovado pela Câmara Mun. e estão montando a equipe); Atenção Básica (aumento dos PSFs).</li> <li>- Fortalecimento a saúde pública, tendo o Hosp. Como suporte, buscando maior resolutividade nos PSFs.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>alto, principalmente cobras e escorpião);</li> <li>- Prefeitura vai ampliar o número de agentes de saúde;</li> <li>- Será estruturado mais um PSF;</li> <li>- Temos 4 médicos;</li> <li>- Estamos contratando mais dois;</li> <li>- Enfermeiras – temos 03;</li> <li>- 3 psfs;</li> <li>- 1 nasf;</li> <li>- Laboratório municipal - básico;</li> <li>- 1 fisioterapeuta;</li> <li>- 1 psicólogo; vamos convocar mais – já foi feito o concurso;</li> <li>- A secretaria precisa de outro espaço – estamos tentando encontrar um espaço;</li> <li>- Estamos preparando o arrendamento do hospital que é conveniado ao SUS, processo de municipalização;</li> <li>- Não temos UTI;</li> <li>- Tem dificuldade de repasse do governo estadual;</li> <li>- Ministério da Saúde tem feito o repasse certo;</li> <li>- Alto índice de depressão;</li> <li>- Alcoolismo – juventude – índice alto;</li> <li>- Uso de drogas – índice alto;</li> <li>- Prevenção de HIV e DST;</li> </ul>		
---	--	--

## Anexo 02. Quadros sínteses município Alta Floresta/MT

## EDUCAÇÃO – ALTA FLORESTA - MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ensino superior é procurado em outros municípios</li> <li>Maioria das pessoas do lugar que desconhecem os efeitos socioeconômicos do empreendimento</li> <li>Formação de biologia (Lic) estão saturados.</li> <li>- Secitec atende 700 pessoas.</li> <li>- Já tem autorização para abrir extensão em Paranaita e Carlinda;</li> <li>- Cursos mais importantes: edificações; piscicultura e solos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação e demanda por creche. Ressalta também preocupação com o ensino médio.</li> <li>demanda por creche.</li> <li>Gravidez e aumento da violência.</li> <li>Destaca que o impacto social é mais significativo que o ambiental.</li> <li>Acredita A. Floresta que pode ser um pólo educacional e investimentos em pesquisa e inovação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pólo educacional (mais cursos na UNEMAT);</li> <li>Escolas técnicas (profissionalização dos trabalhadores); também para o ensino fundamental.</li> <li>Em 2012 deve ser implantado no segundo semestre o Instituto Federal - cursos superiores) e campus da UFMT em 2014.</li> <li>Creche de 0 a 5 anos (construção e ampliação).</li> <li>Reativar a Guarda-Mirim. Programas e ações para conter a prostituição;</li> <li>Necessidade de qualificar os servidores municipais (são cerca de 1700, sendo 1000 efetivos), focando atendimento ao público, motivação etc.</li> <li>Técnicas para fazer farinha;</li> <li>Laticínios;</li> <li>Artesanato para clube de mães;</li> <li>Curso de formação de lideranças populares.</li> <li>Necessidade de uma política para a juventude (lazer, esporte etc).</li> </ul>

## MEIO AMBIENTE – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocupação irregular das APPs.</li> <li>problema a captação de água que é insuficiente.</li> <li>A Secretaria possui um orçamento de 500 mil/ano (arborização, fiscalização e técnicos).</li> <li>Não é suficiente e por isso possui parcerias, destacando-se com o BNDES.</li> <li>Atualmente está iniciando a fase II (cerca de 08 milhões). Esta fase possui como objetivos: georreferenciamento completo do município, o fortalecimento da agricultura familiar, o monitoramento do desmatamento etc.</li> <li>Projeto de recuperação das nascentes.</li> <li>Foram selecionadas na primeira fase 1200 nascentes e 800 delas estão sendo reflorestadas (agro floresta).</li> <li>Programa de Educação Ambiental.</li> <li>Redução das queimadas (em 2008 premiação pela redução significativa de 3 mil para 100 focos fogo);</li> <li>Gincana Ecológica;</li> <li>Esqueceram a avaliação da Bacia Hidrográfica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Chama atenção para o impacto ambiental (as castanheiras serão destruídas).</li> <li>Coloca o problema da ictiofauna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação da rede de água tratada, devido o aumento na demanda.</li> <li>Assinar o Pacto por um Município Verde.</li> <li>Recuperar a Bacia Mariana (manancial de abastecimento público).</li> <li>Fazer a transição econômica nas formas de uso do solo na área.</li> <li>Ampliar os programas de recuperação de áreas degradadas (APPs).</li> <li>Acredita que a aprovação do Código Florestal será importante.</li> <li>Faltam projetos de educação ambiental.</li> <li>A preocupação com a necessidade de reflorestar as nascentes que estavam degradadas</li> </ul>

## INFRAESTRUTURA – ALTA FLORESTA-MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- 70% da população residem na periferia;</li> <li>- Coleta de lixo é deficiente (necessidade de mais equipamentos e recursos humanos);</li> <li>- Não há coleta de lixo na zona rural;</li> <li>- Não há aterro sanitário.</li> <li>- Maior problema da região – escoamento da produção.</li> <li>- Rede de esgoto – 45% do rede disponibilizada, mas apenas 20% das residências estão ligadas a rede.</li> <li>- 15% da população não dispõe de água tratada e possui poços (cisternas).</li> <li>- Para 2012 os novos loteamentos terão que se adequar a legislação aprovada na Câmara Municipal (asfalto, água, energia e meio-fio).</li> <li>- Manancial de captação (Taxidermista I e II) - -A questão da drenagem (média pluviométrica elevada e galerias pluviais insuficientes) e asfaltamento. Ex: observaram-se alagamentos nas vias nas áreas centrais.</li> <li>- Os fragmentos florestais (necessidade de dotações de infraestrutura</li> <li>- Agricultura e desenvolvimento contam com:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- 60 comunidades rurais</li> <li>- 4.000 produtores</li> <li>- 4.000 proprietários</li> </ul> </li> <li>- O município possui plano diretor 2006; (Dr. Rosana, engenheira-área de expansão da área urbana)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há infraestrutura. Aeroporto (adequação das instalações físicas)</li> <li>- Considera os impactos sociais, mas percebe que os investimentos em infraestrutura permanecerão no Município.</li> <li>- Os efeitos sociais são “acudidos” através do Programas Sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de informação interligado (comércio, indústria etc.) que recebe informações sobre todos os cidadãos que chegarem ao município;</li> <li>- Maiores investimentos do Estado do MT e da União.</li> <li>- casas agropecuárias e setores mais especializados.</li> <li>- Elaborar o Plano Diretor;</li> <li>- Investimentos (estrutura física, equipamentos de informática e mobiliário).</li> <li>- Abrigos para adolescentes infratores e adolescentes que são vítimas.</li> <li>- Pensar a questão dos usuários de drogas.</li> <li>- zona rural – pouca estrutura (dificuldades de atender a demanda existente).</li> <li>- Estruturar o Conselho Tutelar</li> <li>- asfaltamento da BR – 163 (saída para Santarém)</li> <li>- Na área urbana (asfalto, rede de esgoto e água tratada.</li> <li>- Reordenar o trânsito;</li> <li>- Destaca a necessidade de asfaltamento da Teles Pires, duplicação da MT-208 (perímetro urbano)</li> <li>- Nova sede para o sindicato dos trabalhadores rurais</li> <li>- Incentivar a organização sindical – o Destaca a necessidade de infraestrutura nas propriedades rurais (Luz para Todos).</li> <li>- Há muitas propriedades que estão sem energia (20%).</li> </ul>

## ESPORTE E LAZER – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDA
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Secretaria tem necessidade de melhorar as condições de trabalho;</li> <li>- Possui complexo esportivo – tem todas as modalidades de esporte;</li> <li>- Tem um projeto de formação da seleção da cidade que participa de competições regionais e estaduais;</li> <li>- Programa aberto para a população - hidroginástica;</li> <li>- Tem parceria com a Secretaria de Ação Social – fornece estrutura e profissional para o programa PET – ocupação de jovens em condição de risco social;</li> <li>- Parceria com o Sindicato dos Servidores Públicos – projeto de karatê e capoeira;</li> <li>- Programas para despertar prática esportiva e evitar evasão escolar – realizado com recurso próprio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que já existe é insuficiente para atender a totalidade da demanda atual;</li> <li>- Falta infraestrutura para atender os bairros mais afastados e com população mais carente;</li> </ul>	<p>Infraestrutura – construção de um espaço poliesportivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos – materiais esportivos para as diversas modalidades;</li> <li>• Pessoal qualificado;</li> <li>• Aquisição de um a dois veículos para o trabalho da secretaria – van ou microônibus;</li> <li>• Alocar verbas para o esporte de rendimento;</li> <li>• Investimento no time de futebol de Alta Floresta;</li> <li>• Projeto de futebol amador;</li> <li>• Liga esportiva – estruturar;</li> <li>• Investimento no futsal – inclusive feminino;</li> <li>• Buscar financiamento de projetos esportivos.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- O hospital estadual, antes era municipal;</li> <li>- Usinas=serviços=ISSQN (as oficinas mecânicas são as que mais arrecadam o imposto);</li> <li>- INDECO – monopólio das terras urbanas;</li> </ul> <p>Os secretários não possuem a mesma leitura do município;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta ver recursos da prefeitura;</li> <li>- Há Emenda parlamentar para asfalto</li> <li>- Receita de capital = investimento Meio Ambiente;</li> <li>- Frota baixa, visto a demanda;</li> <li>- sem caminhão de lixo;</li> <li>- Existe uma política de pavimentação – Asfalto de Parceria (população auxilia)</li> </ul> <p>Planos: a média de pavimentação de 120.000m<sup>2</sup> em 4 anos, na segunda gestão passa para 360.000m<sup>2</sup>;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A construção civil em alta no município;</li> <li>- Coleta seletiva a partir de março de 2012;</li> <li>- Aterro sanitário terceirizado “jogado a céu aberto”;</li> <li>- Aterro seco- sem possibilidade de descartar no local fixo hospitalar; sem tratamento;</li> <li>- Sistema de esgoto: falho. Faltam urnas de captação</li> <li>- “o Plano Diretor encontra-se pela metade”: zoneamento, casas populares, falta direcionar o crescimento, instituir uma carta de risco;</li> <li>- 640 famílias em situação irregular: “invasoras”</li> <li>- Problemas sociais mais evidentes: prostituição; uso de drogas.</li> <li>- Agostinho: 4 lojas, maçonaria, igrejas;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção das estradas;</li> <li>- Asfalto, creche, ampliação da educação.</li> <li>- Necessidade de um Centro de Triagem dos chegantes (rodoviária).</li> <li>- Necessidade do planejamento.</li> <li>- Identificar as potencialidades da região.</li> <li>- Necessidade de asfalto.</li> <li>- No planejamento da terronorte – Cuiabá-Santarem – passa perto de Alta Floresta, deveríamos solicitar um braço até Alta Floresta;</li> <li>- Ampliar as condições de trabalho da procuradoria – material de uso; biblioteca; pessoal;</li> <li>- Atual quadro de pessoal – 4 efetivos; 2 na prefeitura e 2 no Procon; 2 comissionados;</li> <li>- Necessidade de ordenar o crescimento da cidade;</li> <li>- Adensar os espaços vazios;</li> <li>- Transporte é precário;</li> <li>- É necessário um novo cadastramento dos imóveis; Política de habitação;</li> <li>- Centro de capacitação de juventude;</li> </ul>
--	--	---

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possui associação de moradores</li> <li>- Escola de marcenaria sem equipamentos;</li> <li>- Albergue (pessoas de rua);</li> <li>- Casa de apoio;</li> <li>- Capacitação do conselho tutelar-Apoio: SENAC; SEBRAE. Programa menor aprendiz (metodologia de potencialidade do município);</li> <li>- A cidade está mudando a fisionomia;</li> <li>- precisa de mais estrutura na saúde, sem equipamentos;</li> <li>- Sem preocupações aparentes com outras atividades = atenções voltadas para a hidrelétrica;</li> <li>- garimpo é a medida comparativa para as atividades;</li> <li>- Trazer indústrias para atrair empregos;</li> </ul>		
---	--	--

## HABITAÇÃO – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
- são 29 Associações de Moradores (necessidade de organização administrativa e jurídica), são vulneráveis por promessas políticas.	- Movimentação do comércio; especulação imobiliária e dos aluguéis	



## ECONOMIA – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- beneficiamento da madeira/fábrica de móveis e pecuária (JBS – 600 cabeças/dia e possui cerca de 330 funcionários); Supermer. Delmoro (180 funcionários). Kinfuku (130 funcionários).</li> <li>- INDECO em Cuiabá selecionava os colonos. Objetivo: implantar agricultura com os colonos. Com a descoberta do ouro (1979-1989) em A. Floresta promoveu um reordenamento territorial.</li> <li>- Os agentes de organização: INDECO, Igreja e Polícia. Conflitos entre os colonos e os garimpeiros.</li> <li>- Crescimento do movimento do comércio (preços dos aluguéis elevados, especulação imobiliária, maior consumo no setor de serviços etc.).</li> <li>- Demanda por mão de obra doméstica e construção civil.</li> <li>- Dificuldades trabalhistas (não reconhecimento das questões)</li> <li>- Área de influência de A. Floresta na parte oeste da região denominada Portal da Amazônia: Nova Monte Verde, Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirante e Paranaíta.</li> <li>- Acredita que cerca de 30% da renda é oriunda dos municípios vizinhos.</li> <li>- Qto a agric. familiar: há problemas, pois os agricultores não cumprem a sua parte (elevado número de inadimplência).</li> <li>- DAP/Cadastro Nacional – custo elevado para os assentados e pequenos agricultores. Possui mais de 3 mil filiados.</li> <li>- Insiste que o espaço da Feira Municipal deve ser apenas para o produtor/agricultor direto.</li> <li>- Qto ao pecuarista: considera como gerador de trabalho: - Falta mão de obra básica na cidade.</li> <li>- Alta Floresta não tem mais trabalho escravo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preocupação com as pessoas que estão chegando, precisamente as que não possuem qualificação e não podem ser absorvidas nas atividades da UHE</li> <li>- Muitos já estão trabalhando no canteiro de obras. Antes da barragem era difícil serviço.</li> <li>- Aquecimento do comércio.</li> <li>- Crescimento do emprego. Se preocupa com o pós-depressão.</li> <li>- Ponto alto do período de construção da usina deverá ocorrer entorno de 2 anos.</li> <li>- Cria muitas empresas pequenas;</li> <li>- Pousadas da região serão impactadas;</li> <li>- Para cá vem jovens recém-formados a procura de oportunidades de trabalho;</li> <li>- Gira dinheiro na cidade e assusta pelo acréscimo de serviços;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de pequenos empreendimentos (construção civil, alimentação).</li> <li>- necessidade de capacitação (mão de obra qualificada).</li> <li>- Informática, técnico em eletrotécnica, investimento na formação ao atendimento ao cliente, construção civil, marcenaria.</li> <li>- Ver uma parceria com a SECITEC para atender as demandas solicitadas</li> <li>- valorização dos imóveis;</li> <li>- geração de empregos,</li> <li>- maior faturamento do comércio (de 40 a 50%);</li> <li>- Ações para assegurar trabalho, renda e cidadania.</li> <li>- Incentivar a pecuária leiteira (necessidade de financiamento, melhoramento do rebanho, das pastagens etc.).</li> <li>- maior apoio do poder municipal.</li> <li>- Estamos discutindo, na convenção coletiva, o valor do salário (previsão de R\$ 950,00) para agricultor;</li> <li>- Insiste que falta política no município de incentivar as ações empresariais.</li> <li>- necessidade de investimentos na fruticultura. Alta Floresta é uma ZPE...</li> <li>- Agroindustrialização;</li> <li>- Reciclagem do material sólido;</li> <li>- Plano Diretor – zoneamento urbano (planejar a gestão)</li> <li>- Necessidade de pessoal técnico – é preciso ver uma forma de contratação, em razão do limite de 60% que pode ser gasto com folha de pessoal pela administração pública;</li> <li>- Investimento no turismo internacional (potencial ecológico)</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há concentração de trabalhadores na gleba Jacomim.</li> <li>- O sindicato possui 3 computadores;</li> <li>- Registrado em cartório;</li> <li>- Parceria com o MP do trabalho;</li> <li>- Uma funcionária;</li> </ul> <p>Atualmente a produção é de matéria prima (madeira e gado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Volume de pescador é grande</li> <li>- Ainda não se encontrou o veio principal do ouro – tem empresa canadense fazendo pesquisa;</li> <li>- Atualmente a cidade está se estabilizando.</li> <li>- Haverá aumento do número de empresas no município; - 102 associados. Com construção da feira vai aumentar para 150. Cerca de 40% são produtores diretos;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de atrair turistas brasileiros;</li> </ul>
--	--	---

## QUESTÕES SOCIAIS – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os filhos do garimpo (sem pais, sem documentação, grande incidência, gravidez na adolescência etc.).</li> <li>- Não há movimentos sociais organizados;</li> <li>- Agricultura familiar – tem problema de assistência do governo e das famílias;</li> <li>- Conselho tutelar - Atendimento diário;</li> <li>- registros de violência familiar, drogas, tráficos, gravidez na adolescência;</li> <li>- há uma secretária de ação social;</li> <li>- expectativas de que irão aumentar os problemas com o aumento da população;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Já está ocorrendo um aumento da demanda pelos serviços de assistência;</li> <li>- Procura de albergue no CRAS já é visível;</li> <li>- Preocupação com a demanda futura, com o avanço da construção da usina;</li> <li>- No centro da cidade já aumentou a demanda de: procura para obter documentos, habitação e trabalho;</li> <li>- Maior parte de homens só;</li> <li>- pode ocorrer um surto populacional antes e depois, com um aumento e uma possível redução drástica da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os programas sociais do governo federal têm sido bem administrados na divisão dos recursos com os municípios, portanto, é possível fazer uma agenda para esses programas;</li> <li>- O desafio é combinar grandes investimentos em infraestrutura e programas sociais emergenciais.</li> <li>- Criar a mobilização da população em defesa das cidades de Alta Floresta e Paranaíta...</li> <li>- Construção de um CRAS – principal estrutura para organizar e fazer funcionar</li> </ul>

contra a mulher; - Há políticas públicas para combater a violência contra crianças e mulheres – programas do governo federal; - A cidade tem conselhos específicos para isso; - Falta estrutura de veículos adequados para a região; - Em Paranaita, não tem cela adequada, a única está sem condições de uso; - Falta efetivo para o trabalho na cidade de Paranaita; - Paranaita é o caso mais grave com falta de estrutura e efetivo policial; - Paranaita: tem três funcionários, não tem viatura; - Ausência de infraestrutura e equipamentos. - Aliado a isso, o aumento da população acelerou casos de violência na cidade (homicídios, assaltos, etc.)		- Necessita de 5 investigadores; um escrivão; reformar delegacia;
---	--	---

- Há a necessidade de que se reconheçam os direitos trabalhistas dos conselheiros; - há palestras de direitos e deveres das famílias e sobre prevenção; - não tem programa de recuperação para jovens que se envolvem com drogas; - Registros na zona rural: Maus tratos, abusos, conflitos familiares.	pós empreendimento;	as ações da secretaria; - Programa de prevenção e tratamento de drogas; - Programa de formação profissional e encaminhamento para emprego para crianças e adolescentes; - Programa de proteção às famílias em situação de risco social;
--	---------------------	--

## SEGURANCA – ALTA FLORESTA – MT

SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTOS	PERSPECTIVAS E DEMANDAS
- Incidência significativa de menores infratores (uso de drogas); - há presença de gangues Cidade Alta, Jardim das Flores - há situação de abuso contra crianças (5 Varas Criminais). Os crimes são maiores que a média nacional; - Não tenho visto, tanto, o aumento da violência; - Delegacia recebeu reforço de efetivo em 2012, mas, ainda é insuficiente; - Prefeitura contribui com R\$ 1.100,00 para manutenção atual. - Maior ocorrência – furto; objetos eletrônicos para trocar por drogas em Sinop; - Há uma rede de tráfico na cidade e região; - Há casos de estupro – população está denunciando mais; - Está aumentando o registro de violência	- equipamentos e recursos humanos deficientes; - aumento de furtos, andarilhos. - aumento do consumo de drogas. - filhos do garimpo e Crescimento da violência - Situação de preocupação com os menores delinquentes que está crescendo. - Aumentou a gravidade dos crimes cometidos por adolescentes. - Há conversa de aumento da violência, porém, ainda não confirmado por estatística; Se aumentar, particularmente os casos com violência, pode haver dificuldades de estrutura;	- programas preventivos e intensificar a fiscalização. - Ampliar a segurança pública; - Necessidade de abrigo para acolher os menores usuários de drogas; - A situação de abuso contra crianças (5 Varas Criminais). Criar programas de prevenção. - Necessidade de aumentar a estrutura de atendimento social às áreas com problemas de risco social; - Estruturar as polícias – civil e militar; - Armamento adequado; - Veículos adequados; - Efetivo maior; - Cadeia pública – melhorar nas duas cidades; - Local para internação de menores infratores;





ALTA FLORESTA - MT										
P.N. - PROGRAMA DE REFORÇO A INFRAESTRUTURA E AOS EQUIPAMENTOS										
Subprograma de Compensação Financeira R\$ 6.380.000,00										
ITEM	AÇÕES	LOCAL DE IMPLANTAÇÃO	Auditoria/Realização	previsto	realizado	previsto	realizado	Licitação (dias)	Prazo de Conservação (dias)	Data de Conclusão
				Apresentação do projeto		Aprovação da Prefeitura				
0	Bandeira									
1	Atuação de Centro de Diagnóstico e de Cirurgias	HOSPITAL MUNICIPAL	10/1/2012	30/9/2011	14/10/2011	4/10/2011	20/10/2011	-	-	-
2	Atuação de Medicamentos e Materiais Hospitalares	HOSPITAL MUNICIPAL	4/11/2012							
3	Atuação de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza	HOSPITAL MUNICIPAL	4/11/2012	14/10/2011	14/10/2011	20/10/2011	20/10/2011	45,00	180,00	1/6/2012
4	Atuação de 01 Consultório Odontológico (Clique 4 e 4 - Dentel)	VISITANTE ESPECIALIZADO	9/9/2011							
5	Atuação de Serviços Físicos	DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	9/9/2011	14/10/2011	14/10/2011	20/10/2011	20/10/2011	45,00	180,00	1/6/2012
6	Reforma em 1 PPS (Classe Alta, 1ª Prioridade, Classe Alta 2, Eng. Teófilo Feres, Rom. Jesus, Clonem Lúcia e Vila Nova)	POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	10/1/2012							
6 (N)	Reforma e implantação do PPS Vila Nova	POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	4/10/2011	-	-	-	-	-	-	30/1/2012
7	Reforma e implantação do PPS Juvá Neri	PPS JUVÁ NERI	10/1/2012	30/9/2011	14/10/2011	4/10/2011	20/10/2011	45,00	180,00	-
8	Construção de Sede UCA (PROUTUBAP)		10/1/2012							30/1/2012
9	Construção PPS - Comunidade 07a RITA	ZONA RURAL	10/1/2012	9/9/2011	14/10/2011	13/9/2011	20/10/2011			
10	Reforma do prédio de Secretaria de Saúde									30/4/2012
11	Atuação de 01 Profissional - Atenção Básica	SECRETARIA DE SAÚDE	4/11/2011							
12	Reposição de Materiais de Uso Médico PPS	SECRETARIA DE SAÚDE	4/11/2011							
13	20 Consultórios Imprescíveis e Nucleos	SECRETARIA DE SAÚDE	18/12/2012							
14	20 Consultórios de emergência	SECRETARIA DE SAÚDE	18/12/2012							
15	Mostruário para os PPS									
16	Conclusão de obra de reforma municipal para destinação social na Comunidade Povo do Cangaço em substituição ao item 1.10		10/1/2012	30/1/2012						
17	Reforma PPS Comunidade Rio Verde substituição ao item 1.10		10/1/2011	30/1/2012						
18	Educação									
1	E.M. Anjo de Deus (Reforma e Equipamentos)	Classe Alta	9/9/2011							30/9/2012
2	E.M. São João (Reforma e Equipamentos)	Classe Alta	9/9/2011							30/9/2012
3	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	Vila Nova (sem rede canal)	9/9/2011							30/9/2012
4	E.M. São Paulo (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
5	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
6	E.M. São João (Reforma e Equipamentos)	Centro urbano e Prefeitura	9/9/2011							30/9/2012
7	E.M. São João (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
8	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
9	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
10	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
11	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
12	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
13	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
14	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
15	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
16	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
17	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
18	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
19	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
20	E.M. Santa Rosa (Reforma e Equipamentos)	São João	9/9/2011							30/9/2012
21	Secretaria Municipal de Educação (veículo)	VEÍCULO PARATI IV								30/1/2012
22	Secretaria Municipal de Educação (veículo)	VEÍCULO PARATI IV								30/1/2012
23	Equipamentos para Escola									
24	Equipamentos para Escola									
25	Equipamentos para Escola									
26	Equipamentos para Escola									
27	Equipamentos para Escola									
28	Equipamentos para Escola									
29	Equipamentos para Escola									
30	Equipamentos para Escola									
31	Equipamentos para Escola									
32	Equipamentos para Escola									
33	Equipamentos para Escola									
34	Equipamentos para Escola									
35	Equipamentos para Escola									
36	Equipamentos para Escola									
37	Equipamentos para Escola									
38	Equipamentos para Escola									
39	Equipamentos para Escola									
40	Equipamentos para Escola									
41	Equipamentos para Escola									
42	Equipamentos para Escola									
43	Equipamentos para Escola									
44	Equipamentos para Escola									
45	Equipamentos para Escola									
46	Equipamentos para Escola									
47	Equipamentos para Escola									
48	Equipamentos para Escola									
49	Equipamentos para Escola									
50	Equipamentos para Escola									
51	Equipamentos para Escola									
52	Equipamentos para Escola									
53	Equipamentos para Escola									
54	Equipamentos para Escola									
55	Equipamentos para Escola									
56	Equipamentos para Escola									
57	Equipamentos para Escola									
58	Equipamentos para Escola									
59	Equipamentos para Escola									
60	Equipamentos para Escola									
61	Equipamentos para Escola									
62	Equipamentos para Escola									
63	Equipamentos para Escola									
64	Equipamentos para Escola									
65	Equipamentos para Escola									
66	Equipamentos para Escola									
67	Equipamentos para Escola									
68	Equipamentos para Escola									
69	Equipamentos para Escola									
70	Equipamentos para Escola									
71	Equipamentos para Escola									
72	Equipamentos para Escola									
73	Equipamentos para Escola									
74	Equipamentos para Escola									
75	Equipamentos para Escola									
76	Equipamentos para Escola									
77	Equipamentos para Escola									
78	Equipamentos para Escola									
79	Equipamentos para Escola									
80	Equipamentos para Escola									
81	Equipamentos para Escola									
82	Equipamentos para Escola									
83	Equipamentos para Escola									
84	Equipamentos para Escola									
85	Equipamentos para Escola									
86	Equipamentos para Escola									
87	Equipamentos para Escola									
88	Equipamentos para Escola									
89	Equipamentos para Escola									
90	Equipamentos para Escola									
91	Equipamentos para Escola									
92	Equipamentos para Escola									
93	Equipamentos para Escola									
94	Equipamentos para Escola									
95	Equipamentos para Escola									
96	Equipamentos para Escola									
97	Equipamentos para Escola									
98	Equipamentos para Escola									
99	Equipamentos para Escola									
100	Equipamentos para Escola									

FONTE: UFG, 2012.